



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROBÉRIO JOSÉ SANTOS JUNIOR

**A REPRESENTAÇÃO DA MORTE EM PARIPIRANGA-BAHIA:
Ritos, Práticas e Discursos (1919-1961).**

SÃO CRISTÓVÃO/ SE

2021

ROBÉRIO JOSÉ SANTOS JUNIOR

**A REPRESENTAÇÃO DA MORTE EM PARIPIRANGA-BAHIA:
Ritos, Práticas e Discursos (1919-1961).**

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Sergipe,
como requisito para obtenção do
grau de Mestre em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio
Lindvaldo Sousa.**

SÃO CRISTÓVÃO/ SE

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237r Santos Junior, Robério José
A representação da morte em Paripiranga – Bahia : ritos, práticas e discursos (1919 – 1961) / Robério José Santos Junior ; orientador Antônio Lindvaldo Sousa. – São Cristóvão, SE, 2021.
137 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. História. 2. Ritos e cerimônias fúnebres. 3. Morte – História - Paripiranga (BA). I. Sousa, Antônio Lindvaldo, orient. II. Título.

CDU 930:242-557(813.8)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROBÉRIO JOSÉ SANTOS JUNIOR

A REPRESENTAÇÃO DA MORTE EM PARIPIRANGA-BAHIA: Ritos, Práticas e Discursos (1919-1961).

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe e aprovada em 21 de Maio de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (UFS)

Orientador e Presidente da Banca

Prof^a. Dra. Verônica Maria Menezes Nunes (UFS)

Examinadora externa

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro dos Santos (UFS)

Examinador interno

Dedico esta dissertação de mestrado a Deus, a minha mãe Eliana de Andrade Nascimento e a minha irmã Paula Roberta de Andrade Nascimento Santos, por sempre estarem presentes em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza e meu refúgio nesses últimos dois anos.

A minha mãe, Eliana de Andrade Nascimento, pela educação que possibilitou ser quem eu sou; pelo apoio moral e financeiro ao longo dessa caminhada acadêmica. Dedico meu mais profundo amor e sinceros agradecimentos, sobretudo por todas as vezes que não me deixou desistir nos momentos de aflição e de desespero. Agradeço do fundo do meu coração por tudo e por tanto, muitas vezes sacrificando-se pelo desejo de ver o meu sucesso acadêmico.

A minha irmã, Paula Roberta de Andrade Nascimento Santos, pelo incentivo e pelo apoio incondicional nos momentos mais delicados da minha jornada, além das ajudas nos meus afazeres, agradeço profundamente por acreditar em mim e em minha capacidade de formação acadêmica a nível de mestrado.

Ao meu amor, Beatriz Oliveira Matos, por todo apoio e todo incentivo nos momentos cruciais na elaboração do texto. Meu muito obrigado, por ser essa pessoa tão especial na minha vida, te amo!

A todos os meus familiares, que me apoiaram direta ou indiretamente no processo de formação, sempre incentivando e ajudando naquilo que foi preciso. Gratidão!

Às pessoas que trabalham no Centro Universitário AGES, as quais sempre me ajudaram de diversas maneiras, sobretudo nos momentos de grande pressa e correria da vida acadêmica, sempre contribuindo nas pesquisas no laboratório de História da instituição.

A Ana Maria Ferreira de Oliveira, pelo incentivo nas minhas pesquisas; a ela atribuo minha experiência como pesquisador; pois foi quem me ensinou as práticas do historiador no trato com as fontes. Por muitas vezes também me ajudou nas construções de projetos de pesquisa e nas produções de artigos científicos. Dessa maneira, não poderia deixar de agradecê-la por ser tão relevante nessa minha jornada no mestrado.

A Vanessa Nascimento Souza, pela atenção e pelas orientações em como se tornar um bom pesquisador, por muitas vezes me ajudou a tirar várias dúvidas e mostrou o caminho certo a seguir, por isso agradeço de forma aprofundada e verdadeira.

À professora, Anailta Dias Rabelo, do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, pois foi a pessoa que me fez despertar o desejo de fazer uma graduação em História.

Ao meu brilhante e inesquecível professor, Alexandre Barreto Júnior, por sempre me incentivar e mostrar o caminho certo a ser seguido. Obrigado por todos os momentos que me mostrou como seria tudo difícil, mas que somente com meu esforço e minha dedicação seria capaz de quebrar todas as dificuldades encontradas no percurso da vida, se não fosse as suas palavras sábias eu não teria feito um curso de nível superior e tampouco conquistado um título acadêmico tão importante como o mestrado.

À professora, Mariana Emanuelle Barreto de Gois, coordenadora do Centro Universitário AGES, pelos puxões de orelha que me trouxeram até aqui; graças a você consegui perceber que o sucesso é relativo ao esforço que se faz, se não fosse por você e pelos seus incentivos eu não teria seguido em frente e alimentado o sonho da formação acadêmica e do mestrado.

Ao professor e amigo, Rafael Santa Rosa Cerqueira, do Centro Universitário AGES, por me apoiar e ser meu parceiro de pesquisa; com ele e por causa dele parti para uma área de estudos relativamente nova, que é a morte, e percebi que era justamente esse o caminho no qual deveria seguir em frente; olhando para este trabalho dissertativo de mestrado, lembro-me das vezes que me ajudou emprestando seus livros para que eu pudesse estudar. Obrigado mestre! Seguirei seus ensinamentos.

Aos meus queridos professores, Santiago Andrade, Igor Fonseca de Oliveira, Francisco José, João Freire, Elaine Lima, Társio Roberto Macedo, por todas as contribuições que forneceram no decorrer dessa jornada acadêmica. Muito obrigado por todos os conhecimentos passados de forma sábia, divertida e inspiradora. Agradeço profundamente a todos vocês e espero encontrá-los sempre nas jornadas acadêmicas.

A todos que fazem parte da Universidade Federal de Sergipe, instituição que me acolheu de braços abertos, fazendo jus a sua linda história como grande e inspiradora universidade que é.

Aos funcionários do departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS).

Aos meus professores do mestrado, pois posso afirmar que nunca tinha adquirido tanto conhecimento em História como o que adquirir com eles nesses últimos dois anos de Universidade Federal de Sergipe.

Ao professor, Carlos de Oliveira Malaquias, pelas brilhantes aulas e pelos debates em sala; aprendi muito com o senhor, muito obrigado por tudo!

Ao professor, Claudefranklin Monteiro Santos, pelas brilhantes aulas e pelos seus ensinamentos tanto no campo da História quanto da vida.

À professora, Camila Barreto Avelino, por ter nos ensinado muito e pelo carisma e compreensão nos nossos momentos mais difíceis.

Ao professor, Thiago Lenine, o meu primeiro professor quando ingressei no curso de mestrado, pelas brilhantes aulas e debates em níveis altíssimos, sem dúvida aprendi muito com o senhor.

À professora, Edna Maria Matos Antônio, coordenadora do programa de mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe, além das instigantes aulas, tenho que destacar o lado humano, pois, enquanto coordenadora a mesma sempre esteve disposta a nos ouvir, sempre ajudando naquilo que estava ao seu alcance, muito obrigado por tudo minha querida professora Edna!

Agradeço veementemente, ao meu professor e orientador do mestrado, Antônio Lindvaldo Sousa, pela brilhante orientação na construção da minha dissertação, sempre apontando os meus erros para que pudesse corrigi-los, além de exaltar meus acertos. Gostaria de reforçar meus agradecimentos ao senhor, pois passei por momentos muito complicados, por causa da distância que me atrapalhou muito nesse processo de curso de mestrado, mas o senhor sempre esteve disposto a ajudar e compreender esses problemas. Agradeço-lhe por tudo, tê-lo como meu orientador numa jornada tão importante como essa do mestrado foi uma das melhores coisas que aconteceu na minha vida. Muito obrigado por tudo!

Não poderia deixar de agradecer aqueles que sofreram comigo nesses últimos dois anos de mestrado na Universidade Federal de Sergipe, isto é, aos meus colegas, que tanto me ajudaram e proporcionaram debates em excelentes níveis, desde o primeiro até o último dia de aula. Fiz muitos colegas e amigos para a vida toda, foi uma honra e uma enorme satisfação adquirir esse título de mestre ao lado de todos vocês, dizer que todos são excelentes professores e pesquisadores e que Deus ilumine cada vez mais a vida de cada um. Muito obrigado por tudo! Miriam, Pricila, Taís, Pedro André, Sakay, Max Cardoso, Renata Mascarenhas, Jane Silva,

Johnatas Santos, Dário, Taylane, Edilene Muniz, Mallu Ticiane, Bruno, Pedro Samyr, Matheus.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente com minha pesquisa acadêmica a qual resultou nesta dissertação de mestrado. Sem dúvida alguma, se hoje estou conseguindo finalizar um curso tão importante como este, é por causa de todos vocês. Gratidão!

“A antiga atitude segundo a qual a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente à nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome.”

Philippe Ariès

RESUMO

O presente trabalho analisa a representação da morte em Paripiranga-Bahia entre as décadas de 1919 a 1961, trazendo à baila os principais acontecimentos que estavam ligados direta ou indiretamente com a morte. A priori, foi possível compreender os principais fatos que marcaram a formação inicial da cidade, destacando o personagem Padre João de Matos Freire de Carvalho, como também todo o processo de construção de um novo cemitério para o local, atendendo aos anseios das novas leis higienistas advindas da Europa, as quais ganharam força no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Em seguida, apresento as representações fúnebres nos discursos produzidos pelos homens de imprensa que trabalhavam no jornal *O Paladino* (1919-1938), observando, sobretudo, as notas necrológicas e as anunciações voltadas para o assunto em questão. Por último, examino o papel do jornal *O Ideal* para a concretização das novas práticas fúnebres na cidade de Paripiranga-Bahia (1953-1961), elencando a trajetória do periódico como um importante meio de comunicação social, as críticas estampadas pelo impresso e as crônicas do dia de finados. Compreendendo assim, que não foram somente o Padre João de Matos e a Igreja Católica os únicos responsáveis pelos assuntos ligados à morte. Mas que também, os jornais e os homens de imprensa contribuíram nesse contexto social e religioso.

Palavras-chave: Morte; Representação; *O Paladino*; *O Ideal*; Paripiranga-Bahia.

ABSTRACT

The present work analyzes the representation of death in Paripiranga-Bahia between the decades of 1919 to 1961, bringing up the main events that were directly or indirectly linked to death. A priori, it was possible to understand the main facts that marked the initial formation of the city, highlighting the character of Father João de Matos Freire de Carvalho, as well as the entire process of building a new cemetery for the site, meeting the desires of the new hygienist laws. from Europe, which gained strength in Brazil in the first decades of the twentieth century. Then, I present the funeral representations in the speeches produced by the press men who worked at the newspaper O Paladino (1919-1938), observing, above all, the obituary notes and the annunciations focused on the subject in question. Finally, I examine the role of the newspaper O Ideal for the realization of new funeral practices in the city of Paripiranga-Bahia (1953-1961), listing the trajectory of the periodical as an important means of social communication, the criticisms printed and the chronicles of the day of the dead. Thus understanding that it was not only Father João de Matos and the Catholic Church who were solely responsible for matters related to death. But that also, newspapers and pressmen contributed in this social and religious context.

Keywords: Death; Representation; The Paladin; The Ideal; Paripiranga-Bahia.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa de Limites da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.....	35
Figura 2: Mapa de limites do Município de Paripiranga-Bahia.....	36
Figura 3: Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Início do século XX.....	42
Figura 4: Padre João de Matos Freire de Carvalho.....	46
Figura 5: Professor Francisco de Paula Abreu, Padre João de Matos Freire de Carvalho e Ismael Trindade. Década de 1920.....	56
Figura 6: Vista da fachada da Escola Reunidas Professor Francisco de Paula Abreu. Década de 1945.....	62
Figura 7: Documento da Finalização dos muros do novo cemitério na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.....	63
Figura 8: Cortejo fúnebre saindo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Década de 1961.....	80
Figura 9: Cortejo fúnebre saindo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Década de 1961.....	82
Figura 10: Evento festivo na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Década de 1940.....	86
Figura 11: Capela que marca a fundação de Queimada, distrito da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Década de 1905.....	90
Figura 12: Vista do Jardim suspenso à frente do Largo dois de julho.	

Paripiranga-Bahia. Década de 1950.....	96
Figura 13: Jornal <i>O Paladino</i>	98

LISTA DE SIGLAS

LEPH- Laboratório de Ensino e Pesquisa em História - UniAGES Paripiranga/Bahia.

UniAGES- Centro Universitário AGES - Paripiranga/Bahia.

NEPH- Núcleo de Estudos em Pesquisa Histórica do UniAGES - Paripiranga/Bahia.

GPCIR- Grupo de Pesquisa “Culturas, Identidades e Religiosidades”.

LT- Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. Paripiranga/Bahia

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: Paripiranga - Índice de Escolaridade.....	102
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
------------------	----

I

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CEMITÉRIO NA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ	29
---	----

1.1 A formação inicial de Paripiranga-Bahia	31
1.2 A importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio e do Padre João de Matos Freire de Carvalho para a consolidação do catolicismo na região.....	39
1.3 A Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité antes do cemitério novo.....	47
1.4 O fim de algumas práticas religiosas de enterramento com a introdução das novas leis higienistas.....	63

II

OS DISCURSOS SOBRE A MORTE NO JORNAL O PALADINO (1919-1938).....	70
--	----

2.1 O surgimento do jornal <i>O Paladino</i> e suas características	71
2.2 Produção inicial do periódico e suas principais dificuldades.....	74
2.3 Os eventos fúnebres como meio de socialização.....	77
2.4 Os diferentes discursos sobre a morte dos indivíduos mais e menos influentes na sociedade da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.....	83
2.5 As notas necrológicas como meio de comunicação social acerca dos processos fúnebres.....	91
2.6 A importância dos jornais na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.....	94

III

O PAPEL DO JORNAL O IDEAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS FÚNEBRES (1953-1961).....	99
---	----

3.1 A trajetória do jornal <i>O Ideal</i>	100
3.2 As críticas estampadas no periódico e o código de posturas da cidade	108
3.3 Morte e poesia: os escritos do dia de finados no impresso e suas representações.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
FONTES.....	131
REFERÊNCIAS.....	133

INTRODUÇÃO

O início da primeira República no Brasil que se consolidou em 15 de novembro de 1889, trouxe consigo uma série de transformações sociais que visavam modernizar o país. As mudanças atingiam desde a saúde pública até os modos de se vestir das elites sociais, esse período de transformações no cenário político, econômico e social ficou conhecido como *Belle Époque*.

Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, no início do século XX, começaram um processo de modernização, urbanização e, conseqüentemente, uma melhoria na saúde pública. Na realidade, começava-se a partida no processo de “europeização” das grandes capitais, logo, era preciso esquecer os modos de vida coloniais e imperiais.

Com isso, é importante ressaltar que essa nova fase do Brasil, sobretudo no que diz respeito ao consumo, foi movida cada vez mais pela vontade de se adquirir os produtos advindos da Europa, ou seja, de acordo com os governantes era preciso obter bens materiais e até mesmo usar a própria literatura europeia. Nota-se, inclusive, que a arquitetura também sofre mudanças radicais em processos de novas construções, visto que a grande maioria dos mestres de obra foram substituídos por arquitetos e engenheiros formados na Europa ou até mesmo pelos próprios europeus. “Daí a campanha da imprensa, vitoriosa em pouco tempo, para a condenação do mestre-de-obras, elemento popular e responsável por praticamente toda edificação urbana até aquele momento, que foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica” (SEVCENKO, 1995, p. 31).

Dessa maneira, as mudanças advindas da Europa não se referiam somente aos aspectos de vestimenta e de comportamento social, a morte também sofreu uma série de transformações e adaptações que visavam melhorar a saúde pública, por exemplo: questões como tempo de cortejo fúnebre e os horários para o mesmo, além dos próprios locais onde se enterrariam os mortos, foram amplamente discutidos em cenário nacional, visando um avanço significativo, sobretudo, nos novos moldes europeus. Assim, surgem as ideias de cunho higienistas que moldaram estas questões, “Portanto, em meados do século XIX se propagou pelo

país ideias higienistas – vindas da Europa – que buscavam combater a proliferação de miasmas” (CERQUEIRA, 2014. p. 15).

Os estudos sobre a temática da morte vêm sendo cada vez mais trabalhados no campo da historiografia brasileira, pois possibilitam um bom entendimento acerca de uma determinada sociedade que se deseja estudar, claro que dentro da proposta da pesquisa em questão. Partindo desse pressuposto, é possível dizer que o estudo da morte pode ser feito do ponto de vista cultural e das mentalidades, visto que as práticas fúnebres entrelaçadas aos aspectos religiosos de uma determinada comunidade expõem as relações e as representações sobre o tema.

A cidade de Paripiranga-Bahia dentro do recorte temporal deste trabalho era denominada Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, nomenclatura aplicada pela Lei Provincial n.º 2.553, de 01 de Maio de 1886, mas depois de algum tempo houve outra mudança com relação à nomenclatura, feita Pelo Decreto Estadual n.º 7.341, de 30 Março de 1931, o município de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité tomou o nome de Paripiranga. Não esquecendo que anteriormente a esses dois nomes existiu um primeiro que era Malhada Vermelha, nomenclatura que surge assim que o lugar é ocupado pelos colonos, “A primeira penetração no território ocorreu no século XVII, quando colonos portugueses se fixaram no município, fazendo nascer à povoação de Malhada Vermelha, cujo nome foi mais tarde, mudado para Patrocínio do Coité, hoje cidade de Paripiranga” (PARIPIRANGA-BA, 2011, p. 01).

Já com relação à dinâmica social da Vila de Patrocínio do Coité, podemos dizer que era basicamente advinda das práticas e comemorações religiosas, sobretudo porque o povoamento do lugar ocorreu ao redor de uma capela, onde, conseqüentemente as pessoas eram bastante religiosas e praticavam seus atos de fé. Porém, segundo (ANDRADE, 2016, p. 06) as pessoas que moravam nessa região não viviam exclusivamente de rezas e comemorações religiosas, para além dessas, existiam meios de lazer, tais como um cinema que recebia com certa frequência os seus espectadores para a realização de festas e danças.

Visto isso, é importante salientar que o presente trabalho se baseia basicamente entre as décadas de 1919-1961, e busca analisar no campo da história cultural, o significado da morte e as diferentes representações dela na comunidade paripiranguense. Com isso, pode-se afirmar que a delimitação do espaço e do

tempo, para a pesquisa na qual discorre este trabalho, são equivalentes no que tange a temática, pois, no início do século XX as pessoas passaram a perceber mais a modernização no que diz respeito às práticas fúnebres. As ideias vindas da Europa ganharam cada vez mais espaço nos debates públicos sobre a temática da morte e suas consequências nas vidas das pessoas, logicamente, vale ressaltar que tais ideias chegaram mais tardiamente no município em questão, porém, foram os pequenos resquícios de modernização anteriores que possibilitaram a ampliação de debates sobre o assunto, tais como a higiene de locais santos como as Igrejas e cemitérios.

Exemplo disso seria a ideia oitocentista de se enterrar os indivíduos em Igrejas nas quais os finados faziam parte quando ainda viviam para cultuar os seus Santos, como as confrarias na cidade de Salvador; além de não serem tomadas as devidas precauções para que pudesse se praticar o ato fúnebre, tal como não manter o caixão aberto por muito tempo, e até mesmo com relação aos cemitérios das Vilas, que em sua grande maioria se encontravam cercados de pessoas, ou seja, as necrópoles eram nos centros das Vilas e/ou em pequenas propriedades municipais, por isso não tinham uma estrutura adequada, além das próprias práticas de enterramento que não eram também adequadas. “As práticas de inumação até então vigentes foram consideradas pelos médicos como passíveis de serem extintas, uma vez que as emanções cadavéricas poluiriam o ar, o que era agravado pelo fato de serem muitas as Igrejas localizadas no perímetro urbano” (RODRIGUES, 1997, p. 22).

Diante do supracitado, a Europa teve papel importante para a implantação das novas práticas fúnebres, os debates higienistas, sobretudo, advindos da França fizeram com que os líderes eclesiásticos e públicos mudassem as maneiras de praticar os atos fúnebres e religiosos aqui no Brasil.

Na cidade de Paripiranga-Bahia não foi diferente, como o cemitério se encontrava no centro, teve-se que construir um novo mais afastado, pois, agora já sabiam que os *miasmas* (toda sujidade associada ao mundano; ares podres) dos cemitérios prejudicavam a saúde das pessoas que viviam ao seu redor, e de acordo com os jornais circulantes na cidade e com o próprio livro de tombo da Paróquia, essa foi uma mudança que se iniciou em 1923, com debates públicos e políticos, e que sem sombra de dúvidas se fez necessário tal ação, para que assim, fosse possível diminuir e/ou acabar com as contaminações.

Dessa maneira, este trabalho irá abordar sobre a temática da representação da morte e todos os meios e aspectos que forem considerados relevantes para a construção crítica acerca do assunto, tais como as principais mudanças fúnebres, incluindo os cânticos de encomendação das almas, as rezas para os finados, incluindo missas para purificar as suas almas; o espaço físico do cemitério antigo e do novo; a morte como forma de socialização principalmente no que tange aos velórios e cortejos fúnebres; as características dos processos de enterramento bem como a anunciação das mortes que eram veiculadas nos periódicos da cidade; as principais causas de mortes que eram provocadas pela grande insalubridade do período; as práticas de enterramento em casa quando os mesmos eram pagãos e eram enterrados no fundo de casa e/ou nas encruzilhadas e a dinâmica sociocultural com relação aos aspectos religiosos que amenizavam a dor da perda, além de preparar as pessoas para sua própria morte.

Para tanto, torna-se necessário questionar como a comunidade paripiranguense se comportava com relação à morte? Como eram feitas as práticas que deram origem as representações da mesma? Bem, de acordo com os estudos realizados até o presente momento, podemos dizer que a religião e seus aspectos culturais e de mentalidade fizeram com que as pessoas, mesmo diante de um assunto como este, se solidarizassem de modo profundo para com os mortos e os vivos; todavia, os sentimentos dos pêsames sempre eram maiores do que para com o próprio morto, salvo nos casos particulares nos quais os finados eram pessoas da própria família. Além disso, verificou-se que era preciso rezar e viver nas graças de Deus, mesmo quando era chegada a hora derradeira da vida do indivíduo, como por exemplo, as *mortes sociais*, onde as pessoas morriam cercadas por parentes e amigos.

Podemos resumir a visão dos paripiranguenses para com a morte e os mortos; os aspectos religiosos que cercavam a morte, como por exemplo, as práticas fúnebres de rezar para encomendar as almas, e algumas delas antes mesmo de partirem desta vida, tal como fora citado anteriormente, fizeram com que se amenizasse o medo da morte, tanto por parte de quem vivia, e em alguns casos por parte do próprio *moribundo* (indivíduo doente em fase terminal).

Por fim, é importante ressaltar que a problemática deste trabalho é justamente o impacto social com relação às novas práticas de enterramento e os meios de cultuar os mortos por diversos motivos, muito pelo fato de estarmos

abordando uma cidade no interior da Bahia, nas primeiras décadas do século XX, onde as pessoas eram predominantemente católicas, e em tal religião as práticas *ante mortem* e *post-mortem* são de suma importância para os vivos e para os “mortos”.

Além disso, o trabalho busca compreender o papel dos homens de imprensa (Pessoas letradas, de formação acadêmica), que atuavam nos jornais *O Paladino* (1919-1938) e *O Ideal* (1953-1961), verificando as trajetórias dos impressos, bem como todas as representações imbricadas nele. Analisando que não somente os padres e a Igreja católica eram os únicos a tratar sobre os assuntos de natureza fúnebres, mas que também, os próprios homens de imprensa faziam esse trabalho de informar, criticar e elogiar as ações existentes na Vila de Patrocínio do Coité.

Para iniciar a fala acerca do tema em si, é necessário dizer que a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité como em boa parte das Vilas do sertão brasileiro era por natureza um local sossegado, onde as pessoas passavam boa parte das suas vidas trabalhando e orando. Justamente por isso, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité surgiu ao redor da Igreja. As pessoas começaram a fazer suas moradias próximas a capela, daí surge à povoação que de início chamava-se *Malhada Vermelha* (Denominação atribuída a Paripiranga/BA no período estudado neste trabalho). Ou seja, a povoação surge após a construção da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio em 1846. Dessa forma, “ao redor da capela desenrolaram-se os processos de povoamento, organização social e administrativa de Paripiranga na segunda metade do século XIX”. (OLIVEIRA, 2016, p. 10).

Nota-se que a religiosidade das pessoas que foram contemporâneas a Villa de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, de certa forma foi uma herança do catolicismo e das crenças da população residente no mesmo espaço trabalhado. Tudo isso, contribuiu para que o sentimento com relação à morte não fosse indiferente das dos mandamentos cristão, ou seja, a fé em Deus e em Cristo que levará o finado aos “céus”, bem como sua vida voltada às práticas religiosas e às obras de caridade.

Nessa perspectiva, surge o pensamento e a representação da morte e do morrer na região estudada; a partir daí começa os estudos aprofundados deste trabalho. Com isso, a presente dissertação foi dividida em três capítulos relacionados em ordem cronológica dos fatos, onde cada um é o complemento do outro, e todos tratam das representações da morte em Paripiranga-Bahia.

A Villa de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité durante a última década da primeira República, onde se inicia o recorte temporal deste trabalho, era um lugar no qual os debates políticos acerca da saúde pública ainda estavam começando, claro, de forma mais tardia, porém se iniciaram basicamente em 1919. A perspectiva desses debates, estava claramente relacionada às questões da salubridade pública, nas quais a morte estava ligada direta ou indiretamente. Questões como o cemitério da Villa ainda se encontrar no centro, os enterros que ainda eram realizados em algumas capelas e/ou Igrejas e uma série de outras questões ligadas à morte foram debatidas entre políticos, população e membros do clero, visando uma modernização, para, conseqüentemente, acabar com os *miasmas* que afetavam as pessoas que conviviam ao redor ou próximos aos mortos.

Faz-se mister, ressaltar que este trabalho buscará uma compreensão de todos esses processos ligados à morte, além do importante papel da imprensa que existia na Villa de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, através dos jornais *O Paladino* (1919-1938) e *O Ideal* (1953-1961).

Dessa maneira, o recorte temporal desta pesquisa, parte justamente das fontes que trouxeram uma melhor compreensão sobre a dinâmica social existente no período e no espaço estudado. E baseia-se, basicamente nos anos de existências dos jornais *O Paladino* (1919-1938) e *O Ideal* (1953-1961), circulantes na sociedade em questão.

Para além de tudo isso, os estudos sobre a morte vêm ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional e mundial, pois, os mesmos abordam questões sobre as representações humanas acerca de várias coisas antes despercebidas ou não estudadas pela grande maioria dos historiadores. Estudar a morte e a sociedade, ajuda na compreensão da organização social do período trabalhado, e pesquisar sobre o assunto possibilita a interpretação com relação às práticas religiosas da mesma. Ou seja, estudar a morte por meio da história cultural é um bom caminho para criar uma historiografia confiável e de bons debates literários acerca do assunto.

Muitos historiadores vêm cada vez mais se debruçando sobre as representações envolvendo a morte e, assim, ampliando os debates acadêmicos relacionados a esse tema cultural e social.

Em cenário mundial nós temos os clássicos e pioneiros nas pesquisas sobre a morte tal como o Historiador Phillipe Àries, cuja sua principal obra, nesse âmbito, é *A*

História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias (2012), onde o mesmo trabalha com a longa duração e faz um brilhante apanhado sobre a morte e a religiosidade na Europa durante o período medieval.

Outro autor bem renomado em âmbito mundial é o Michel Vovelle, em sua obra, *Imagens e Imaginário na História: Fantasma e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX* (1987), o autor analisa as representações da morte através da História das Mentalidades e faz, assim, um brilhante e aprofundado discurso sobre o cotidiano e os medos imbricados nas antigas sociedades.

Em cenário nacional, temos a brilhante historiadora Cláudia Rodrigues, cujos trabalhos são de grande relevância para a historiografia crescente da morte no Brasil; em sua obra, *Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro* (1997), a autora descreve, sobretudo, as grandes transformações ocorridas nos ritos fúnebres, principalmente com relação ao mercado mortuário que estava cada vez mais em ascensão, sobretudo depois das últimas décadas do século XIX e início do século XX.

Outro autor muito importante para se referenciar aqui, é o Historiador João José Reis, em sua obra *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991), onde o mesmo trabalha com a morte de forma direta e indireta, principalmente durante o período de escravidão negra no Brasil, elencando vários assuntos de grande relevância, tal como a revolta da cemiterada, que por sua vez, tinha relação com o emergente mercado mortuário e capitalização da morte, indo contra rituais de enterramento de vários anos e séculos de tradição.

É importante ressaltar que autores e Historiadores, como estes que foram citados, serviram como mola propulsora para uma grande geração de pesquisadores que se debruçaram e debruçam sobre as fontes para trabalhar com a representação da morte, não só no Brasil, mas também na América Latina e na Europa. Além disso, como já foram citadas anteriormente, as pesquisas dessa natureza estão espalhadas por todo o país e também no próprio Estado de Sergipe, onde faço referência à dissertação de mestrado do professor Rafael Santa Rosa Cerqueira, cujo tema de abordagem foi *Nos domínios de Hades: A representação social da morte em Aracaju/Se durante a Primeira República* (2014), o autor foi um dos pioneiros que trabalhou a morte na sociedade sergipana, e, dessa forma, quebrou um paradigma sobre a escrita da História da morte.

Por isso, o presente trabalho tem por objetivo central, analisar com base na História Cultural, a Representação da morte em Paripiranga no interior baiano, nas décadas de 1919 a 1961, quando a mesma ainda era denominada oficialmente como Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Para isso, partimos da hipótese de que a morte não era um evento isolado e que não existiam outras manifestações que eram englobadas a sociedade da Vila naquela época. Muito pelo contrário, tentaremos demonstrar que tanto a morte quanto os acontecimentos fúnebres no geral, foram fundamentais para o processo de socialização das pessoas em tais eventos, ou seja, a morte não era, somente, um evento para lamentações e para a despedida dos familiares, na realidade era muito mais do que isso. De acordo com o Cerqueira (2014), os eventos fúnebres dentro do período da Primeira República, eram, também, lugares de grande socialização e até mesmo de alguns assuntos políticos, além dos parentes e amigos que lamentavam a dor da perda do ente querido, também passou a existir as pessoas que iam aos enterros e cortejos, justamente para conversar sobre política local, economia e tantas outras coisas que antes eram inimagináveis de serem trabalhadas num ambiente fúnebre.

A presente dissertação partirá dos jornais circulantes na Villa de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, a atual Paripiranga-Bahia. Desse modo, os periódicos foram as principais fontes históricas para o processo de escrita deste trabalho. Sendo também usadas as entrevistas que foram realizadas, como forma de interligar os fatos trazidos e abordados nos impressos, além dos importantes registros paroquiais, tais como os Livros de Tombo, os quais nos ajudarão a compreender os limites paroquiais e os processos eclesiásticos e políticos que juntos deram origem legal ao lugar que mais tarde se tornaria Paripiranga-Bahia.

É importante salientar que boa parte da pesquisa foi realizada no Laboratório de Ensino e Pesquisa em História (LEPH), do Centro Universitário AGES, sediado em Paripiranga-Bahia. Laboratório esse, que por sua vez, possui um vasto acervo Histórico, como por exemplo, Jornais, Códigos de postura, livros sobre a cidade de Paripiranga-Bahia dentre outras tantas documentações que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho dissertativo, além de ser fonte de pesquisa para tantos outros Historiadores que escrevem sobre a cidade e sobre as regiões circunvizinhas a Paripiranga-Bahia. Desde já, deixo aqui a minha eterna gratidão a todos que fazem parte do LEPH.

Gostaria de enfatizar aqui o meu crescimento enquanto pesquisador e escritor, que se deu muito graças as participações nos projetos *Nutium* e *Clio* e GPCIR (Grupo de Pesquisa “Culturas, Identidades e Religiosidades”), além do evento ocorrido no ano passado, *Clio Digital: memórias e histórias de Sergipe, 200 anos da independência*. Cujos coordenadores foram o Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (UFS) e Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (UFS) e a comissão organizadora composta pelo Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias (UFS), Prof. Dra. Edna Maria Matos Antônio (UFS), Prof. Ma. Josineide Luciano Almeida, Prof. Ma. Maristela do Nascimento Andrade, Prof. Me. Reinaldo Ribeiro Rocha e ao meu colega de mestrado Johnatas dos Santos Costa, além dos discentes do (DHI- UFS), José dos Anjos Filho e João Eduardo Freire Coelho.

Agradecer a comissão científica, nas pessoas de Maria de Deus Manso (Universidade de Évora), Mônica Liz Miranda (UFVJM), Pedro Abelardo de Santana (UFAL), Marilza Oliveira (USP), Marcos Ferreira de Andrade (UFSJ), Paulo Heimar Souto (UFS) e Elizabeth Aparecida Duque Seabra (UFVJM).

Ter a oportunidade em participar desse evento repleto de professores gabaritados e com trajetórias consolidadas, bem como dos grupos de pesquisa, proporcionou-me uma chance ímpar em desenvolver novas habilidades, tanto na escrita, como também na leitura e na construção da história. Agradeço veementemente ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, meu muito obrigado!

Por último, gostaria de agradecer aos membros da minha banca de defesa de mestrado, nas pessoas da Prof^a. Dra. Verônica Maria Menezes Nunes (UFS), que sempre foi precisa em suas observações e críticas construtivas, sem dúvida me ajudou bastante no processo de construção do meu trabalho. Ao prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos (UFS), pelas críticas construtivas e pelos elogios que me fizeram acreditar cada vez mais no meu trabalho e em meu potencial enquanto escritor. E, sobretudo, agradecer mais uma vez ao Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (UFS), presidente da banca e meu orientador, por sempre acreditar em mim e me mostrar os melhores caminhos para a minha escrita, além de sempre me motivar e nunca me deixar desistir. Meu muito obrigado aos membros da minha banca de defesa de mestrado.

Sendo assim, o primeiro capítulo intitulado *A construção de um novo cemitério na vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité*, irá dissertar em ordem

cronológica, sobre a construção de uma nova “morada” para os mortos Da Vila no ano de 1923, compreendendo, sobretudo os debates anteriores ao processo de construção, debates estes que se iniciaram por volta de 1919. Por isso, é importante começar o capítulo falando um pouco sobre a história do lugar e do processo de povoamento, além de ressaltar a importância da introdução das novas leis higienistas que entraram em vigor através do código de posturas da Vila, trazendo à baila os debates e sessões realizadas no paço municipal, com o intuito de abordar essas questões tanto com os políticos quanto com as pessoas da sociedade, além de representantes do clero, onde se destaca a figura do pároco João de Matos Freire de Carvalho; padre este, que foi responsável por iniciar as tratativas para construir um novo cemitério. Por último, mas não menos importante falaremos sobre o fim de algumas práticas religiosas de enterramento que se fizeram necessárias graças às novas leis higienistas sobrepostas no código de posturas.

O segundo capítulo, *Os Discursos sobre a Morte no Jornal O Paladino (1919-1938)* abordará, a priori, o surgimento e as dificuldades encontradas pelo periódico nos seus primeiros anos de produção. Em seguida, analisará a representação da morte no impresso, de forma que se possibilite a compreensão e a utilidade das notas necrológicas, justamente como meio de comunicação social sobre a morte e seus processos. Além de verificar os diferentes discursos existentes no jornal, discursos de distinção fúnebre sobre os falecidos, de tal forma que fica explícito as diferentes classes sociais e, conseqüentemente, os diferentes tratamentos mortuários para com os indivíduos que detinham melhores condições sociais e/ou políticas. E por fim, este capítulo abordará sobre os eventos fúnebres como meio de socialização, os quais eram noticiados no próprio impresso.

O terceiro e último capítulo desta dissertação, *O papel do jornal O Ideal para concretização das novas práticas fúnebres (1953-1961)*, será discutido com base no periódico e abordará um pouco sobre a sua trajetória dentro da sociedade, verificando assim, o surgimento e as características literárias do impresso, apontando o papel social do jornal e suas críticas construtivas sobre os mais variados assuntos ligados à morte, principalmente, sobre a salubridade pública e sobre as leis do código de posturas do município. Por fim, mas não menos importante, o terceiro e último capítulo deste trabalho dissertativo, versará sobre os poemas e crônicas escritas nos dias de finados, elencando assim, as representações sobre a morte de forma individual e coletiva.

Esse tema ainda pode ser considerado como um tema tabu para a sociedade em que vivemos, visto que, a ideia de que um dia teremos que deixar esse plano terreno e partir para uma segunda construção cósmica, a depender, claramente da religiosidade de cada indivíduo, deixa-nos muito preocupados e com bastante medo, logicamente algumas pessoas encaram esse processo biológico com maior compreensão e aceitação.

Na Vila de Patrocínio do Coité não era muito diferente disso, as pessoas pensavam muito na morte, justamente pelo fato da mesma ser mais presente naquele tempo e espaço, devido às questões de insalubridade e de higiene pública e/ou individual. Visto isso, esperamos que os leitores desapeguem do sentimento sombrio que a morte nos proporciona ao lembrarmos dela e, que assim, possam compreender como a comunidade trabalhada se comportava perante a morte e todos os seus processos fúnebres.

I

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CEMITÉRIO NA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ

Em 24 de Dezembro de 1921 na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, o padre João de Matos Freire de Carvalho sai logo pela manhã da sede da Paróquia desta Vila, da qual era representante legal de todos os interesses eclesiásticos. Ao caminhar junto às testemunhas foi conversando sobre a satisfação que aquele momento estava trazendo aos membros da paróquia. Ele e as testemunhas estavam indo ao cartório assinar os documentos que se referiam à compra do terreno no qual iria construir uma nova morada para os mortos.

Chegando ao cartório, depois da caminhada naquela manhã, o Pároco e os clérigos da paróquia da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, pagaram a quantia no valor de cento e cinquenta mil reis. Esse montante era proveniente da compra do referido terreno no qual mais tarde seria construído o novo cemitério.

José Antônio de Santana, vendedor do terreno também se mostra muito satisfeito pela venda e, principalmente, pela finalidade que aquele local irá ter, tendo lavrado a próprio punho o documento oficial da transação no dia anterior. Minutos depois o padre assina o mesmo documento do terreno, em seguida todas as testemunhas também o fizeram.

Na manhã do dia 15 de outubro de 1922, começaram a demolição do cemitério antigo para que se pudessem aproveitar algumas pedras que seriam de grande ajuda para a nova construção. O pedreiro Pedro Piedade foi o responsável que liderou a demolição da antiga necrópole e depois a construção da nova, o mesmo seguia as ordens do cônego João de Matos.

Sabendo da importância da obra para a população da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, o padre começa a chamar amigos fiéis da paróquia para que fossem ajudar na demolição e depois levassem as pedras para o local onde seria construído o novo cemitério. Sobre isso João de Matos Freire de Carvalho afirmou que: “Para minha surpresa as pessoas que chamei trouxeram ainda mais gente e em pouco tempo conseguimos demolir o cemitério antigo de

forma cuidadosa e sempre aproveitando os materiais que seriam usados na nova obra”.

Com cuidado na hora de retirar as lápides que marcavam onde cada pessoa estava enterrada, e para que não houvesse algumas desavenças ou desrespeito em relação aos restos mortais e, conseqüentemente, às almas dos entes falecidos, o padre João de Matos chama as pessoas que tinham parentes e amigos enterrados naquele cemitério do centro da Vila, e de antemão havia falado com seus superiores como deveria proceder com relação às lápides antigas, e, sobretudo, com os restos mortais de várias pessoas. A solução encontrada pelo Cônego João de Matos foi perguntar aos parentes e/ou amigos se queriam deixar os restos mortais dos seus parentes no antigo cemitério ou levá-los para a nova necrópole.

A maioria das pessoas resolveu levá-los para onde seria construído o novo cemitério, já uma parte resolveu deixá-los onde seria erguida uma praça pública com um jardim; sobre isso, João de Matos afirma: “lembro-me perfeitamente de uma mulher que aparentava ter uns 30 anos, ter dito: padre irei deixar minha mãe enterrada aqui mesmo na praça, será aonde virei para lembrar-me dela e será o lugar que ela sempre irá me encontrar também” (CARVALHO, 1923, p. 03). O padre responde que a entendia e que a sua mãe sempre estaria com ela independentemente de onde estivessem os seus restos mortais.

Feito a retirada dos restos mortais, o coveiro João Inácio da Silva, juntamente aos pedreiros, começou a transportá-los para o novo cemitério, onde haviam deixado em dias anteriores às covas abertas e já com as cruzes ou lápides com os nomes dos finados. O mestre de obras Pedro Piedade, assim que acabara com o serviço disse ao Padre João de Matos ter passado uma semana fazendo isso cuidadosamente, logo depois de ter começado a levar as pedras e adobes queimados para o novo cemitério. Afirma ainda ter tido muita ajuda de várias pessoas que viviam na própria cede da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, mas, teve também a ajuda de pessoas que chegaram de outras regiões, como, Lagoa Preta, Queimada, Pau Preto e tantas outras localidades.

No dia 05 de janeiro de 1926, depois de cinco anos, a obra foi finalizada, claro que já se faziam os sepultamentos naquele novo local, porém aos poucos e com auxílio de várias pessoas, por exemplo: políticos, a própria Igreja e alguns comerciantes da Vila, o espaço físico do cemitério novo foi concluído, incluindo uma

linda capela onde seriam rezadas e encomendadas a Deus todas as almas dos cidadãos, pertencentes à Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Alguns anos mais tarde, em 23 de setembro de 1929 o padre pagou o último valor, proveniente da finalização do cemitério, no qual ainda faltava murar todo o arredor e colocar um portão de ferro com cadeado. João de Matos entregou a quantia de mil contos de réis ao estimado pedreiro José Antônio de Santana, encerrando assim, a construção de uma nova morada para os mortos coiteenses. (CARVALHO, 1923, p. 02).

A narrativa apresentada acima tem como referência uma nota no livro de tombo I da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. A mesma demonstra como ocorreu o processo de compra do terreno, no qual mais tarde seria construído um novo cemitério em Patrocínio do Coité. Além de destacar o importante papel do cônego João de Matos, visto que ele foi o responsável pela construção da nova necrópole.

Observando a narrativa surgem algumas perguntas importantes: Quem seria esse personagem chamado João de Matos Freire de Carvalho? Por que ele quis fazer um novo cemitério? Qual o problema do outro cemitério?

Dessa forma, o capítulo que segue tem como objetivo central trazer à baila os principais debates políticos e eclesiásticos acerca da construção do novo cemitério em Patrocínio do Coité.

Mas, antes do enfoque desse objetivo, compreenderemos um pouco sobre a formação inicial de Paripiranga-Bahia, a consolidação do catolicismo nessa região e quem foi o padre João de Matos.

1.1- A formação inicial de Paripiranga-Bahia

A história de Paripiranga-Bahia inicia-se basicamente por volta do começo do século XIX, quando a mesma era denominada *Arraial de Malhada Vermelha*. As

pessoas que viviam no lugar começaram a derrubar as matas e a explorar cada vez mais a região, sobretudo na agricultura e pecuária.

Com o passar do tempo, por volta de 1840 começou a se pensar em construir uma capela, a qual mais tarde iria impulsionar o processo de povoação do lugar. Assim como aponta Ana Maria Ferreira de Oliveira (2016):

De modo que já pelo idos de 1840; por necessidade e desejo de seus habitantes mais ilustres, representados pelo Major José Antônio de Menezes (senhor do Engenho Santa Cruz), em solicitação ao Vigário de Bom Conselho dos Montes do Boqueirão, se fez construir a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio. (OLIVEIRA, 2016, p. 22).

Como se pode notar a povoação de um determinado lugar começa, na maioria das vezes pela construção de uma capela. Essa questão é ainda mais forte no sertão brasileiro e no sertão baiano não é diferente. Paripiranga tem o começo de sua história voltada à construção da capela.

Juntamente aos membros do clero, as pessoas de posse, ou seja, as elites da região construíram a Capela no lugar. A obra fora finalizada por volta de 1846. É importante analisarmos que anteriormente a construção da Capela já existia algumas casas no lugar, inclusive a determinação da instalação do clero na região levou em conta o contingente de pessoas que ali já habitavam. Segundo Oliveira (2016):

Em finais de agosto de 1846, conclui-se a construção da Capela. Antes do planejamento e execução da obra existiam algumas casas no espaço popularmente denominado descida ao Tanque da Missão, hoje Rua Largo do Tanque; e muitas outras espalhadas pelas Matas. Já nessa época, Paripiranga era conhecida como Termo de Sabão e Coité; Distrito do Coité, pertencente à Freguesia de Jeremoabo, Comarca de Monte Santo, Província da Bahia. (IBIDEM).

Assim como se pode notar, o Arraial de Malhada Vermelha começa a dar os seus primeiros passos rumo a um processo de povoação. Em termos de pertencimento e submissão legal, o lugar pertencia a Freguesia de Jeremoabo, na qual era a Comarca de Monte Santo, na Província da Bahia.

É importante compreender que estamos lidando com o período imperial do Brasil e nessa perspectiva ao falarmos de povoação em diversas partes do território nacional, temos que lembrar que a religião oficial a qual predominava por todo o

império era a Católica Apostólica Romana. Dessa maneira, o início de um povoado tinha que ser feito através da intervenção do Estado por meio de representantes legais do Clero.

Sobre a oficialidade da religião Católica Apostólica Romana, os demais atos de fé por parte de outras religiões, incluindo as de matrizes africanas tinham que ser velados e feitos em casa, ou seja, até então não poderia existir templos religiosos de qualquer outra natureza. Sobre esse assunto, Oliveira (2016) afirma que:

A Constituição de 1824 deixa clara que, apesar da tolerância religiosa, com a liberação do culto de outras crenças de forma discreta e particular, sem que houvesse manifestação pública; o cidadão brasileiro que optasse por outra religião sofreria forte discriminação. Também se percebe no texto do Art. 127; a preocupação de garantir a fidelidade dos futuros governantes à religião católica, mediante a prestação de juramento solene garantindo a continuidade da Igreja Católica Apostólica Romana como religião oficial do Estado. (OLIVEIRA, 2016, p. 23).

A Igreja e o Estado eram praticamente uma só instituição, de modo a não existir a laicidade dos dias atuais. Para reforçar os seus domínios religiosos e administrativos, os governantes do Brasil no seu período imperial dão o aval para que se comesçassem as missões religiosas por todo o território nacional, justamente a fim de estabelecer o poder e a presença do Estado nas regiões mais remotas do país.

Com a Povoação de Malhada Vermelha não foi diferente, a partir do momento em que se construiu a Capela e começou a se fazer as casas ao seu redor ficou clara a distribuição de poder no local. O Pároco era o responsável religioso e tinha por sua ajuda os membros da elite do lugar, ou seja, a instituição religiosa cuidava não só do lado espiritual das pessoas, mas também dos processos políticos e administrativos da região, logicamente essas funções eram divididas entre os políticos e os membros do Clero, porém todos atuavam em plena conformidade, já que religião e Estado era uma coisa só.

Era função de o Pároco registrar seus domínios em termos paroquiais, para que assim pudesse ajudar nos processos de arrecadação de tributos a serem pagos a Coroa, além de oficializar as demarcações de limites do determinado lugar. Já em Patrocínio do Coité é possível analisarmos um ato feito pelo Cônego João de Matos

Freire de Carvalho, no qual o mesmo presta contas aos seus superiores dos limites da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. Sobre isso, o Cônego escreve:

Certifico que, revendo o Livro do Tombo desta parochia, á folha 30 encontrei o seguinte lançamento feito por mim, a saber: "Limites da Parochia do patrocínio do Coité, Cópia: "Lei de 22 de Maio de 1871, N. 1168. Francisco José da Rocha, VicePresidente da Província. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Art. 1º Fica creada uma freguesia com denominação de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, cuja matriz será a capella de mesmo nome, desmembrada da Freguesia de bom Conselho dos Montes do Boqueirão. Art. 2º A nossa Freguesia terá os limites seguintes: Começará no rio Vasa-Barris no lugar denominado barra do Riacho Salgado; e d'ahi, dividindo-se com a freguesia de Sant' Anna de Simão Dias na pacochia de Sergipe, seguirá a Baixa da Ladeira Grande; e d'ahi rumo direito ao Olho d'água do Coité, na ponta de baixo da Serra do mesmo nome; e d'ahi á Lagoa das Antas, rumo direito ao Riacho Cahicá no lugar denominado Olho d'água do Má-fim-tem; e por elle acima dividindo-se com a mesma freguesia de Simão dias, até encontrar a freguesia de Nossa Senhora dos Campos do rio Real da dita Província de Sergipe; e dividindo-se com está freguesia até ás cabeceiras do referido Rio real na fazenda chamada São Francisco; e d'ahi para o Umbuseiro inclusive; e d'ahi para a de João Viana de Andrade, de onde seguirá para o rio das Carahybas; e por este abaixo, dividindo-se com a freguesia de São João Baptista d Geremoabo, até ao rio Vasa-Barris no lugar denominado Barra; e atravessando o rio irá dividindo-se com a mesma freguesia de Geremoabo até encontrar a freguesia de Santo Antônio e Almas, e dividindo-se com esta até ao lugar denominado Barra do Rio Salgado onde principia. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. (PARÓQUIA DE N. S. DO PATROCÍNIO, LIVRO DE TOMBO II, 1897, p. 17-19).

A importância e a influência do catolicismo no sertão brasileiro eram muito grandes, tanto quanto que geralmente os limites paroquiais correspondiam aos limites administrativos dos lugares em desenvolvimento. Na Vila de Patrocínio do Coité não era muito diferente disso, o Pároco, como já fora citado anteriormente, acumulava as funções religiosas e político-administrativas, de tal forma a ser ele o responsável por escrever nos Livros de Tombo e até mesmo desenhar os mapas paroquiais e, conseqüentemente, administrativos do lugar.

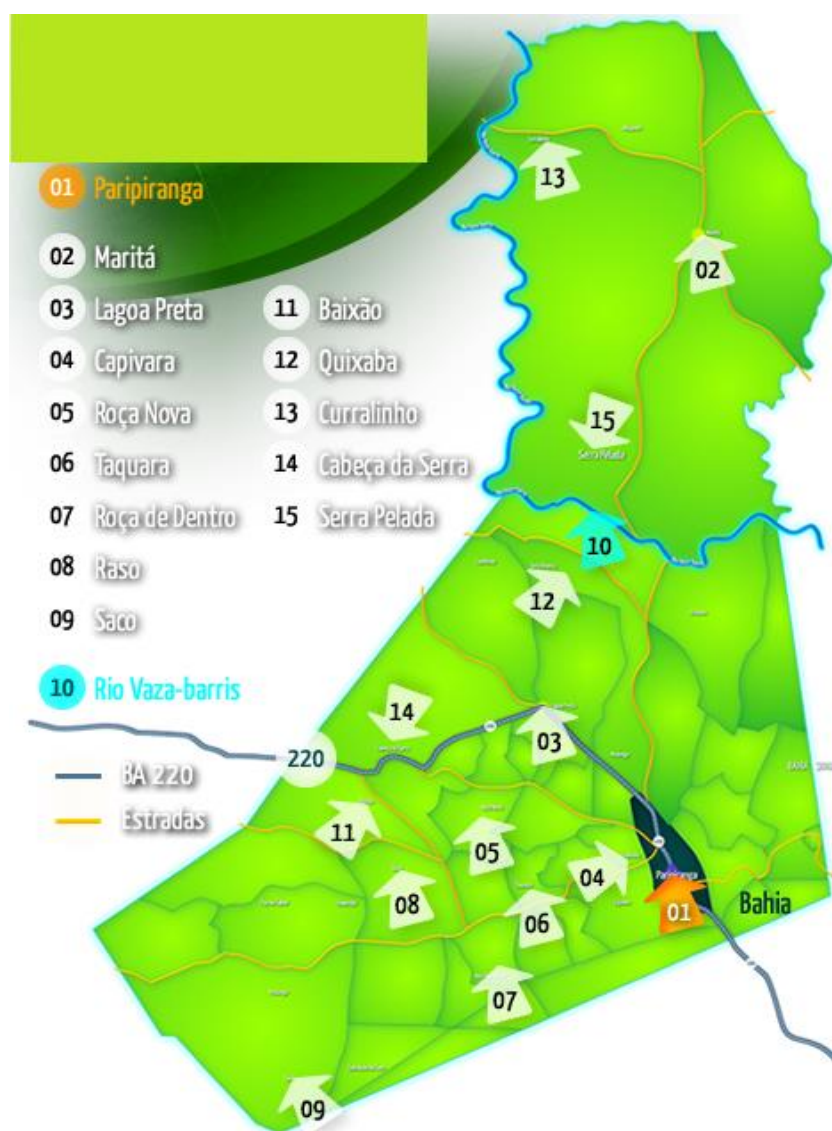


Figura 2: Mapa de limites do Município de Paripiranga-Bahia. 2020.

Fonte: Acervo pessoal de Robério José Santos Junior.

Como podemos ver, o espaço geográfico do município de Paripiranga-Bahia vai sofrer grandes mudanças, sobretudo, devido aos acirramentos políticos entre Bahia e Sergipe. Dessa maneira, irá acontecer a perda de territórios tanto para o lado Sergipano, como também impactará o lado baiano. Ao verificarmos e confrontarmos os dois mapas, é possível compreendermos o achatamento dos limites paroquiais e políticos do atual em relação ao mapa antigo da primeira década do século XX.

Voltando ao assunto sobre a origem da cidade, é importante observar que quando se iniciou o processo de ocupação de Malhada Vermelha, assim como em outros lugares, a desorganização administrativa e social era explícita. Ainda segundo

Oliveira (2016), existia poucas casas próximo ao Engenho do Coité, e, além disso, também existiam os conflitos de jurisdição territorial entre Bahia e Sergipe, que aconteceram, por sua vez, no século XIX e se seguiram até meados do século XX. Nesse contexto, Paripiranga sendo divisa com Simão Dias foi palco de inumeráveis conflitos paroquiais e, conseqüentemente, político-administrativos, assim como afirma Oliveira (2016):

No início do processo de ocupação das terras de Malhada Vermelha, a desorganização era eminente; registram-se apenas a existência de algumas habitações nas proximidades do Engenho Coité. Os conflitos de jurisdição entre a Bahia e Sergipe, acontecidos no século XIX, que seguiram até meados do século XX, promoveram transformações na organização territorial e político-administrativa do lugar. Pois, foi à sombra pé do coité, à margem da Estrada Real¹⁵, que surgiu por iniciativa dos Carvalho, em meados de 810, o engenho e uma pequena feira, que marcam os primeiros movimentos de formação de Paripiranga. Como o Engenho de Coité ficava bem próximo da linha divisória, em redor dessa pequena povoação, eu já era conhecida pelas das autoridades das duas jurisdições como Coité, e a circulação de pessoas e mercadorias ente a Coité e Matas de Simão dias era intensa, tanto que os fiéis de Coité frequentavam a igreja de Snt'Ana, e nela cumpriam todos os sacramentos da fé católica, por não haver ainda tempo religioso erigido no lugar, e por ser esta, a igreja mais próxima. A longa disputa de lideranças e pela posse da terra se acirrava ao longo do tempo e à medida que se desenvolvia a povoação. Confrontos estes, liderados pelos moradores mais influentes, ávidos maior autonomia e afirmação do seu prestígio na região; que, estimulados pelas altas autoridades baianas de Jeremoabo, temerosos pela perda das terras sob sua jurisdição, travam uma intensa e nada amistosa discussão com os religiosos e os políticos das Vilas de Lagarto e de Simão Dias; que insistiam em anexar as terras do Coité aos limites de sua paróquia, uma vez que atendiam aos anseios das almas cristãs dos moradores. Cândido da Costa e Silva ressaltava ser essa disputa "coisa que nunca preocupou o povo, sempre distantes das esferas de decisão e estranho às sutilezas canônicas¹⁶". Cresce nesse embate, a necessidade de definir e se fazer respeitar os limites paroquiais da povoação. (OLIVEIRA, 2016, p. 24-25).

Em meio a todo esse conflito por delimitações de território, é construída a Capela. A mesma teria sido custeada pelo Major José Antônio de Menezes, segundo Oliveira (2016) Major esse que teria sido responsável pelo processo de colonização da região e a conseqüente expulsão dos indígenas que habitavam o lugar. De acordo com o autor Cândido da Costa e Silva (1982, p. 18) a criação da Capela em meio a todos os conflitos que cercavam o lugar, foi fundamental para as pessoas que viviam em Malhada Vermelha quebrassem os laços religiosos e,

consequentemente, políticos com a paróquia da cidade vizinha (Simão Dias) e sua jurisdição paroquial, além de reforçar a religiosidade do lado baiano, estando a nova Capela sob comando da Matriz de Bom Conselho.

A partir de tudo isso, o lugar foi se desenvolvendo aos poucos e as missões religiosas se intensificaram cada vez mais. A Igreja Católica Apostólica Romana havia exercido o seu papel para o desenvolvimento da região de Malhada Vermelha enviando Párocos para o lugar. Dentre esses clérigos podemos destacar dois personagens muito importantes para a história de Paripiranga-Bahia: o Padre Vicente Valentim da Cunha que em sua atuação como Primeiro Intendente fez vastas melhorias no espaço físico do lugar, e o Padre João de Matos que veio posteriormente assumir a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, onde foi bastante popular e fez também várias obras, incluindo o novo cemitério fora do perímetro urbano da Vila, destacando ainda que o antigo cemitério havia sido construído pelo seu antecessor Padre Vicente Valentim da Cunha. Sobre esse assunto Oliveira (2016) afirma que:

De acordo com a legislação brasileira de 1938 denomina-se cidade toda aglomeração urbana que é sede de município; vila e povoado são núcleos de zonas rurais, onde aparece um pequeno comércio e algumas indústrias, que aproveitam os produtos primários da região. E dentro desse processo de organização social e administrativa da povoação, destaca-se a figura do Padre Vicente Valentim da Cunha, e seu incessante trabalho na busca por melhorias estruturais e espirituais para o lugar. Em sua atuação como primeiro Intendente, o Pe. Vicente intensificou a construção de reservatórios de água como o “tanque da missão”; atuou na construção de cemitério, maior e mais organizado, com espaço para orações; deu início à grande reforma da matriz, ampliando-a e dando início à construção das torres, que foram concluídas pelo padre João de Matos Freire de Carvalho. (OLIVEIRA, 2016, p. 25-26).

Posteriormente, surge uma ideia, por força do processo de desenvolvimento do Estado brasileiro que estava em ascensão, através da lei e sob a luz da constituição brasileira, aflora, assim, um município no lugar. Dessa forma, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité atenderia aos anseios das elites locais bem como de toda a estrutura política, social e administrativa vigente. Dessa maneira, Oliveira (2016) descreve:

Em pouco tempo, surge à perspectiva criação do município com uma vereação encarregada de administrar os interesses da população,

segundo as faculdades constitucionais, ou leis orgânicas. Em 1886, por força da Lei Provincial de nº 2.553, promulgada em 1º de maio, o Arraial de Coité torna-se município, desmembrado do território de Bom Conselho, porém a lei só entra em vigor em 1º de fevereiro de 1888. (IBDEM).

Assim surge a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, um lugar que pela sua origem geográfica foi palco de inumeráveis conflitos sobre jurisdição territorial, sobretudo no que diz respeito às missões religiosas, além da disputa entre Bahia e Sergipe, onde os debates políticos-administrativos se iniciaram no século XIX e foram até meados do século XX.

1.2- A importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio e do Padre João de Matos Freire de Carvalho para a consolidação do catolicismo na região

A importância de uma missão religiosa estava basicamente no seu processo de povoação, ou seja, no lugar que se almejava o desenvolvimento e a alavancada social; precisaria ter uma instituição religiosa para tomar conta não somente da fé dos seus fiéis, mas também para tratar sobre os assuntos político-administrativos. Nessa perspectiva, de acordo com Silva (1982), essas estruturas eram por sua natureza, estruturas de regime de *Padroado*, nas quais existia a presença do Pároco nas localidades. Esses padres seriam encarregados de promover uma vida de fé e acima de tudo o representante do Clero na região e no lugar. A vida das pessoas passaria então a ser acompanhada por um homem de fé, o qual os confortariam tanto na doença como até mesmo no seu momento derradeiro, ou seja, a morte. Sobre a instituição da Igreja Católica, Silva (1982) afirma:

Servindo à política administrativa do Império, continuava e seu papel a Igreja no Brasil. Através daquela, viabilizava-se a sua expansão. Dessa empresa em comum decorria a necessidade de “distribuir representantes do poder eclesiástico sempre que fosse necessário organizar um núcleo populacional”. Suprindo essa carência, a freguesia torna-se uma unidade base para o estado, e o setor institucional da Igreja se vê representado na pessoa do Pároco, que se constitui em agente legitimador de sua organização social. Seria estranho, portanto que o jogo de interesses políticos não incidisse diretamente sobre esses atos. (SILVA, 1982, p. 14).

A Igreja Católica deu início as suas missões pelo sertão brasileiro por

meados do século XIX, surgiram assim inúmeras localidades que com o passar dos anos foram se desenvolvendo cada vez mais. Com Paripiranga no interior do sertão baiano não foi muito diferente, como já vimos anteriormente, o lugar passa a prosperar a partir da construção da Capela, depois vão surgindo as povoações e, assim, o lugar e sua massa populacional vão crescendo gradativamente.

É preciso, contudo, compreender que todos esses processos não ocorrem apenas em Paripiranga, mas na maioria dos lugares, por isso não foi uma tarefa fácil para a instituição do catolicismo. Os lugares eram longínquos e sem tantas atrações até mesmo para um Pároco, por isso, de acordo com Silva (1982) muitos Padres recusavam essas missões de povoamento dos lugares, e mais uma vez Paripiranga também se encaixa nesse cenário. De toda maneira, a fé já era algo presente entre as populações dos lugares antes mesmo da presença constante da Igreja Católica, as pessoas já faziam seus rituais de acordo com as tradições já existentes e conhecidas por eles, “Assim, ao adentrar as terras do sertão baiano, a Igreja, de algum modo, criou espaço para que as populações que ali se formaram recriassem o catolicismo adaptando-o aos aspectos culturais que já traziam consigo”. (OLIVEIRA, 2016, p. 27).

A importância da Igreja Católica em *Malhada Vermelha* serviu para aflorar as representações religiosas do lugar. Segundo Oliveira (2016), a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité serviu como organizadora das instituições essenciais para o desenvolvimento da região; visão essa, embasada nos mandamentos cristãos até então meio que distorcidos pelas comunidades que praticavam seus próprios rituais de cunho religioso. Com a matriz, bem como com a presença do Pároco e de outros importantes representantes do Clero no lugar, a vida voltada ao sagrado ganha importante reforço e respaldo. A partir disso, é possível analisar um maior número de rituais religiosos além do surgimento de uma identidade própria do lugar, ou seja, a Igreja e a padroeira de Malhada Vermelha impulsionaram um sentimento de pertencimento e identidade local. O papel da instituição, bem como dos seus membros seria “regular” a vida das pessoas em âmbito cristão, para assim, proporcionar-lhes uma vida voltada para as obras de caridade e de solidariedade cristã. Sobre a organização paroquial em Paripiranga, Oliveira (2016) aponta:

A Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio como organizada em ordem de instalação das instituições essenciais à prática social e

religiosa dos mandamentos e ensinamentos da Igreja; bem com a prática social que se regula pelas obras de caridade, pelo controle moral em que o desenvolvimento confraternal é particular testemunha; E que se configuram nas preces e devoções que atraíam os favores e proteção divina, contidos nas orações, cânticos e ritos, na grande Invocação da Virgem e a mística da cruz; na devoção fervorosa pela busca da proteção dos santos; a padroeira da paróquia e os demais de culto geral e local mobilizam a comunidade pra a sua preparação para a vida espiritual, para a Morte e a vida do Além, tendo a mística da cruz e todos os seus significados, como alimento e sustentação na vivência cotidiana. (IDEM, 2016, p. 28).

Ainda falando sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, é necessário ressaltar que a mesma foi projetada e pensada para atender aos anseios cristãos do lugar, pois, a única Igreja mais próxima era a de Simão Dias-Sergipe e isso desagradava a elite local, bem como os próprios políticos do lado baiano. Nessa perspectiva, a Capela foi criada para não só atender às necessidades religiosas, mas também às necessidades políticas. Com isso, Oliveira (2016) relata que nesse processo houve uma figura muito importante:

O Major José Antônio resolve assim construir uma capela, pois a capela mais próxima existente era a de Santa'Ana, de Simão Dias, distante uma légua e meia do povoado. Próximo à Capela já existia uma malhada edificada em terrenos de coloração muito avermelhada, no local que hoje corresponde ao Largo Dois de Julho; usada como abrigo para vaqueiros e gado vindos do sertão. Com a construção da Capela, a povoação recebe o nome de Malhada Vermelha, porém o nome Coité continuou a ser usado. (OLIVEIRA, 2016, p.30).

Como se pode notar, em meio a todos esses debates políticos e eclesiásticos a Capela é enfim construída na região central de Malhada Vermelha.



Figura 3: Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio nos primeiros anos do século XX.

Fonte: Acervo do LEPH – UniAGES.

Outra questão que vale a pena ser ressaltada nesse aspecto da história inicial de Paripiranga-Bahia, é que o primeiro cemitério existente se encontrava na praça onde até então não existia a Capela, depois disso o Padre Vicente Valentim construiu um novo cemitério no centro da Vila e, por último, graças às novas leis higienistas, foi construído o cemitério mais afastado da Vila, nessa obra estava encarregado o Padre João de Matos Freire de Carvalho. Ao ser construída a Capela houve alguns importantes problemas a serem resolvidos. Segundo Oliveira (2016), em 1846 o Vigário da Freguesia de Bom Conselho, território ao qual a Paróquia de Malhada Vermelha era incorporada, encaminha correspondência ao presidente da Província da Bahia, no qual se queixava sobre a capela ter sido construída em cima do primeiro cemitério, e dizia:

Illm^o e Exm^o Sr. –Em observancia ao officio de V. Exa.datado de 26 de março do ano andante, cumpre-me responder que tendo-se esta matriz arruinado no frontespicio, fendendo um dos campanários de cima abaixo, tem-se- este separado da parede quase três pollegadas, e deste modo puchando todo o frontespicio e parte do corpo da igreja, a ponto de vir abaixo toda a obra a não acudir-se com diligencia a este reparo; tanto é a ruína ameaçada que os fregueses temem já nella assistir os officios Divinos. Agora pelo inverno mais se tem arruinado e cada vez mais vae exigindo maior soma dispêndio pedreiros que só os há por aqui. Laranjeiras daqui distante trinta e duas e com despeza de fazer acarretar o cal que se há de fazer daqui distante seis léguas e meia por não haver aqui pedras. Quanto a ornamentos, que tanto cocorrem para o luzimento do culto Divino, acha-se esta Matriz com um banco, e este velho que tendo então dois véus, um branco e outro encarrado, com estes faço differença que me prescreve a rubrica; por isso torna-se de grande necessidade dois ornamentos brancos, um melhor para certos dias de publica festividades e outro para o quotidiano; dois encarrados para os mesmos dias acima, um verde e um roxo para os enterros de réquiem, cada uma destas cores ou ornamentos com sua componentes dalmáticas, além de duas Capas de Asperges, alvas e outaras ornamentos necessários, tudo falta a esta pobre Matriz. Duas Capelas filiais tem esta Freguesia: uma de Santa Cruz defronte da Matriz em um elevado monte, tendo sido fundada pelo falecido Frei Apollino de Toddy Missionário Capuchinho, sem dote algum e bastante arruinado. Nas matas desta Freguesia, acha-se o Major José Antônio de Menezes, erigindo outra, mas ainda não apresentou dote, o que pretende fazer e eu exigirei, achando-se Ella pronta. Deus guarde a V.Exa. Freguesia do Bom Conselho Dos Montes do Boqueirão, 22 de Junho de 1846. (ass.) o Vigário Caetano Dias da Silva. (PARÓQUIA DE BOM CONSELHO DOS MONTES DO BOQUEIRÃO, LIVRO DE TOMBO II, 1846, p. 42).

A partir do momento em que se constrói a Capela em agosto de 1846, a mesma recebe a invocação de *Nossa Senhora do Patrocínio do Coité*. Depois disso, novas construções vão surgindo gradativamente no lugar e, consequentemente, o seu progresso já era notório, principalmente porque figuras importantes da elite da região foram construindo estabelecimentos próprios de moradia e de comércio. Além da vinda de várias outras famílias de colonos que se tornaram importantes para o bom funcionamento do lugar. Com isso, Paripiranga-Bahia teve seu pontapé inicial para que pudesse chegar à sociedade e aquilo que é nos dias de hoje.

Daí por diante começam a chegar novas famílias ao povoado, vindas de várias regiões. Chegava de Estância o casal Francisco Garcia de Carvalho, Dona Coleta Silveira Carvalho, Estanislau Garcia, Tertuliano Garcia de Carvalho e Floro Garcia, e outros como o velho Nonô dos Anjos, aí juntando-se Garcia e Silveira formaram a fusão

dos Alves e Dias; nesta época aqui já estavam as famílias Santana, Matos, Rabelo e muitas outras. 24 PARÓQUIA DE CÍCERO DANTAS. Livro de Tombo Nº II, Compilação. p. 5 - 5 v. Acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho. Cícero Dantas. Bahia. p. 42 32 A região já dava conotação de um progresso florescente, muitos colonos instalados em sítios e fazendas davam mais incremento à região, quando aqui começaram a cultivar o rico produto que era o café A região se destacava rapidamente com o plantio do café, que cada vez mais invadia as matas, o progresso notável. De imediato, como o progresso já era notado por todos; o proprietário do Engenho Santa Cruz já era conhecido como Capitão José Vitorino de Meneses, e o proprietário do Engenho do Coité, também como Capitão Joaquim José de Carvalho. Este povoado não foi muito além, em decorrência de algumas inconveniências trazidas pela política da época, com ressonância já aos problemas de jurisdição, haja vista este arruada de casas simples estar muito próximo da linha que divide os dois territórios, ou seja, Bahia e Sergipe. (OLIVEIRA, 2016, p. 31-32).

Visto um pouco sobre a história e a importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio em Paripiranga-Bahia, faz-se mister analisarmos uma figura muito relevante para o processo de consolidação do catolicismo na região, o Padre João de Matos.

Com a povoação do lugar em constante processo de ascensão, as estruturas político-administrativas estavam cada vez mais consolidadas, dessa forma, a missão religiosa igualmente se fazia presente na região. Nessa perspectiva, surge o Padre Dr João de Matos Freire de Carvalho, o mesmo nasceu no dia 11 de outubro de 1865, na fazenda Baixão, município de Simão Dias. Foi um grande estudioso das literaturas vigentes na época e, principalmente, no campo do Clero, “tendo completado os estudos das primeiras letras em Lagarto. Completou sua formação eclesiástica nos seminários da Bahia e de São Paulo; porém não recebeu as ordens sacras por conta de sua pouca idade.” (OLIVEIRA, 2016, p. 32).

Chegou a Paripiranga no ano de 1889 e foi Pároco deste lugar até 1946, em substituição ao Padre Vicente Valentino da Cunha. João de Matos consolidou-se a frente da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité e acima de tudo ajudou a propagar as obras de caridade religiosa na região. Era um sujeito admirado por muitos, entretanto, odiado por alguns. Muitos dos que o odiava, era graças aos seus escritos de delimitação territorial e paroquial, os quais ainda estavam em discussão política entre Bahia e Sergipe. Entretanto, era amado pela elite local e pelas pessoas mais simples da Vila de Patrocínio do Coité, principalmente, por ser uma figura culta e letrada e muito comprometida com o desenvolvimento do lugar, tanto que chegou

a realizar várias obras muito importantes para a região, incluindo um novo cemitério mais afastado da Vila, já que o antigo, construído pelo Padre Vicente Valentim da Cunha, encontrava-se no centro do lugar. Sobre um pouco da biografia e da importância do Cônego João de Matos Freire de Carvalho, Oliveira (2016) verificou que:

Após internato no Colégio Pio Latino Americano, de Roma lhe é conferido o subdiaconato, em 1887, nos anos seguintes, chega ao Diaconato e ao Presbiterato pelas mãos do Cardeal Lucidio Maria Parochi, Vigário de S. Santidade, na Basílica de São João de Latrão. Sempre muito dedicado aos estudos. Formou-se ainda em Direito Canônico pela 45 Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Ao regressar no ano de 1889, foi nomeado Vigário de Patrocínio do Coité em substituição ao Padre Vicente Valentino da Cunha. Como vigário de Paripiranga, durante 47 anos, de 1889 a 1946; consolidou a catolicismo e a influência da igreja na cidade; sendo considerado por seus paroquianos como sacerdote de elevada cultura, um orador sacro e um escritor habilidoso dotado de vastos recursos intelectuais. Graças às suas habilidades como escritor, é possível na atualidade, terá acesso a informações acerca do passado da paróquia, e consequentemente na fundação da cidade. São do Padre João de Matos, a maioria dos escritos dos LT, da Paróquia de Nossa Senhora do patrocínio. Nas mais de 300 páginas escritas de próprio punho, estão registrados os principais acontecimentos da paróquia, bem como os primeiros registros de limites da cidade, com um mapa desenhado pelo próprio Padre, dando conta dos seus domínios paroquiais. Mapa esse que foi usado e publicado oficialmente pelo Dr. Braz do Amaral em 1916, como referência limítrofe na questão territorial envolvendo Bahia e Sergipe. (OLIVEIRA, 2016, p. 44-45).

Por fim, essas passagens iniciais trouxeram à baila um pouco sobre a história do surgimento de Paripiranga-Bahia, bem como da importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité e do Padre João de Matos Freire de Carvalho no processo de consolidação do catolicismo no lugar. Foi possível *viajar* um pouco pelos primeiros processos missionários e de conflitos políticos-administrativos que agitaram a região estudada. Todavia, esses fatos tratados até o presente momento servirão como arcabouço inicial para a compreensão do verdadeiro objetivo deste trabalho dissertativo, o qual irá analisar a representação da morte em Paripiranga-Bahia e todos os processos relacionados direta e indiretamente com o objeto. Esperamos que depois desta introdução histórica sobre o tempo e o espaço estudados, os leitores consigam *navegar* sobre o assunto que se segue e, assim, verifiquem o quão instigante e cheio de perspectivas é a história da morte.



Figura 4: Padre João de Matos Freire de Carvalho.
Fonte: Acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Paripiranga-Bahia.

1. 3- A Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité antes do cemitério novo

No Brasil imperial a prática de enterrar as pessoas nas igrejas era tida como algo natural, principalmente se o indivíduo pertencesse a algum tipo de confraria ou fosse membro do Clero. A crença popular da época, inclusive, que alguns clérigos diziam era que enterrando as pessoas nas Igrejas estariam mais próximas do reino dos céus.

Em Salvador, por exemplo, havia muitas confrarias que enterravam os seus membros. Uma das primeiras comunidades religiosas dessa natureza foi a confraria da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, criada por volta de 1549. Sobre essa importante fase da história baiana é importante observar que:

A dificuldade de precisar a data de sua fundação, devido a falta de documentação suficiente. Segundo Antônio Joaquim Damásio, que no século XIX reconstituiu a história da Misericórdia na Bahia, a fundação da instituição teria ocorrido entre a chegada do primeiro governador-geral Tomé de Souza, em 1549, e a morte do terceiro, Mem de Sá, em 1572. A partir do descobrimento de documentos antigos, os historiadores do século XX acabaram por reduzir esse período, apoiando-se em registros datados de 1549 que já faziam referência a um hospital. Russell-Wood questionou essa identificação entre hospital e Misericórdia, que foi utilizada por Pedro Calmon, Carlos Ott, Ernesto de Souza Campos, entre outros autores. Considerou que, embora houvesse indícios da existência da Irmandade da Misericórdia já em 1549, o Hospital pertencente à Misericórdia da Bahia, surgiria possivelmente anos mais tarde, durante o governo de Mem de Sá (1558-1572), um de seus provedores e benfeitores. Portanto, o registro mais antigo que se tem da instituição é de agosto de 1552, quando o jesuíta Manoel da Nóbrega, que viera com Tomé de Sousa, referiu-se à dificuldade de se manter um orfanato, " ... da casa, a qual eu dava à Misericórdia desta cidade, e que cuidassem dos meninos, o que nem eles, nem ninguém quiseram aceitar". (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICOS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2020, p. 01).

Essa tradição de enterros em confrarias no século XIX foi uma nova adaptação do período colonial, do império português. No século XIX, convivia-se com práticas anteriores e novas a essa. Exemplo disso, ainda sobre a Santa Casa de misericórdia da Bahia, foi possível compreender que os sepultamentos eram realizados por ela, e que por isso detinha o monopólio dos enterros. "A Santa Casa de Misericórdia em Lisboa/ Portugal era encarregada de toda a arrecadação, bem como dos custos dos sepultamentos de seus membros, tanto em Portugal como

também em suas colônias, incluindo o Brasil". (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICOS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2020, p. 02).

De acordo com o Dicionário Histórico-Biográficos das Ciências da Saúde, (2020) as Santas Casas de Misericórdia espalhadas pelo Brasil não se preocupavam somente com os enterros de seus membros, mas também eram conhecidas pelo seu caráter "acolhedor" aos que quisessem enterrar alguém que não a frequentava em vida.

Podemos dizer que os conflitos pelo monopólio dos sepultamentos, ou mercado mortuário, agitavam e acirravam as instituições dessa natureza. Nessa perspectiva o Dicionário Histórico-Biográficos das Ciências da Saúde (2020) aborda que a partir da instalação das Santas Casas de Misericórdia pelo Brasil, é possível analisar a corrida fúnebre em busca de aumentar as suas arrecadações.

Ainda com base no Dicionário Histórico-Biográficos das Ciências da Saúde (2020), além do caráter material, o objetivo das Santas Casas de Misericórdia era fazer com que seus membros se confortassem perante a morte de um ente próximo. Fazer parte de uma instituição como esta era acima de tudo uma garantia de "passagem aos céus", incluindo, para isso, rituais e rezas únicas dessas instituições.

Sobre esse tema é importante analisarmos um trecho que fala sobre os sepultamentos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, bem como toda a *corrida* mortuária, no qual diz:

Uma das tradições mais fortes da Misericórdia foi a dos sepultamentos, que era sua grande fonte de rendas. Em 1790, recebia 800 mil réis anuais pelo esquife dos pobres e o mesmo valor pelos escravos, nem sempre pagos pelo seu respectivo senhor. Os brancos de melhor condição eram enterrados nas igrejas. O seu estatuto com relação aos rituais fúnebres definia o número de missas a serem celebradas pela alma do irmão falecido. Quando algum membro da Irmandade falecia, todos os irmãos eram convocados a comparecer à Igreja da Misericórdia e obrigados a rezar 14 Padre-Nossos e 14 Ave-Marias. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia não só se preocupava com o enterro dos membros da sua irmandade e seus familiares, mas determinava que esta fosse uma das principais obras constantes em seu Compromisso, sendo a única que tinha o monopólio dos serviços funerários em Portugal e em suas colônias, o que lhe garantia sua maior fonte de renda. Conforme a lei, quem desobedecesse o privilégio da Misericórdia deveria ser excomungado e ainda pagaria uma multa. Isto não garantiu, porém, a ausência de acirrados conflitos entre a Misericórdia e outras irmandades na disputa do "monopólio da morte" que, de qualquer maneira, receberam autorização da Misericórdia para realizar rituais fúnebres por preços mais baixos. Esta prática foi adotada tanto pela Santa

Casa da Misericórdia da Bahia, como pela do Rio de Janeiro, e o máximo que as outras irmandades poderiam esperar da Mesa da Misericórdia era uma autorização para que pudessem utilizar "essas" (estrado onde se colocava o defunto enquanto se efetuavam as cerimônias fúnebres). (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICOS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2020, p. 03).

Até hoje se pode notar um alto número de Igrejas de diferentes crenças na referida região. Nessa perspectiva, até mesmo os padres eram enterrados nestes ambientes. A Igreja, mais até do que hoje, era tida como um lugar santo e para o encontro das almas com o seu Deus.

Com o passar dos anos esse discurso foi enfraquecendo cada vez mais, visto que o número de mortes por doenças infecciosas aumentou veementemente. Procurava-se uma justificativa para o grande contingente de pessoas que acabavam por morrer muitas vezes em idade demasiadamente nova. Isso acontecia não somente na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, mas também na maioria das Vilas e comunidades espalhadas pelo Brasil, muito graças à falta de salubridade pública, incluindo o convívio das pessoas com os cemitérios e seus ares podres *miasmas*.

Já no início do século XX, novas ideias de cunho higienistas estavam ganhando destaque por toda a Europa e chegaram ao Brasil. Nessa nova concepção eram proibidos a partir de então, realizar enterramentos de pessoas nas Igrejas e capelas, práticas essas comuns durante o período imperial, sobretudo se o indivíduo pertencesse a alguma confraria, assim como foi explicitado mais acima. Além da proibição de se enterrar pessoas em cemitérios que se encontravam nos centros das Vilas, já que isso também era algo comum e passou a ser proibido, primeiramente na capital baiana, assim aponta João José Reis (1991), que essas questões envolvendo as transformações fúnebres e a abertura de um mercado mortuário, abolindo assim, os enterros em cemitérios clandestinos e/ou naqueles que se encontravam próximos as comunidades. Nessa perspectiva, é importante analisarmos como surgiram as leis higienistas na Europa e quais problemas as mesmas tentavam sanar:

O "higienismo" surgiu entre os séculos XIX e XX, quando médicos e sanitaristas refletiam sobre sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças, como por exemplo: febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, as quais aumentavam em estatísticas de mortes entre populações urbanas. Tais acontecimentos chamaram a

atenção sobre as razões de sua ocorrência, originando-se uma linha de pensamento denominada de higienismo, em que defendiam-se padrões sociais e de comportamento em nome da saúde. Para tais reflexões, esses profissionais encontraram como centro de estudos os espaços urbanos, onde concentrava-se um grande número de patologias, clamando por pesquisas e intervenções as quais mais tarde tornaram-se necessárias em todos os aspectos. Tratando-se do emergente crescimento industrial das cidades, com recente desenvolvimento urbano visualiza-se a preocupação inicial desses médicos, que tinham formação em administração sanitária e saúde pública, e observavam as pessoas como fator central de todo esse processo. Vendo crescer uma população que necessitava de acolhimento, orientação, trabalho digno, educação, enfim, todos os requisitos para uma vida social que qualquer pessoa de qualquer classe merece ter, prosseguiram na sua idéia de trazer aos que necessitavam uma forma de vida mais digna e salubre, acompanhada de desenvolvimento. (BARBOZA, 2010, p. 23).

Com relação às práticas fúnebres, Cláudia Rodrigues (1997) demonstra que as relações entre os vivos e os mortos tiveram que mudar e se adaptar à nova realidade. O distanciamento deveria existir a partir de então, as pessoas tiveram que aceitar tais condições, impostas pela ideia de uma nova civilização pensando na saúde pública e no bem-estar de todos. De acordo com a historiadora, esse distanciamento acabou por acarretar um esfriamento nesse campo sagrado, já que, os cemitérios foram sendo construídos mais afastados das cidades e Vilas e, dessa forma, vivos e mortos não mais se “encontravam” cotidianamente.

Vivos e mortos se faziam companhia nos velórios em casa, em seguida atravessavam juntas ruas familiares. Os vivos enterravam os mortos em templos onde estes haviam sido batizados, tinham se casado, confessado, assistido missas e cometido ações menos devotas - e onde continuariam a encontrar seus vivos cada vez que estes viessem a fazer essas mesmas coisas, até o encontro final sob aquele chão e no além-túmulo. Tudo isso agora acabara. No cemitério longe de casa e da paróquia, as visitas seriam de hora marcada, como se vivos e mortos tivessem de repente se tornado estranhos. A partir daquela mudança radical de cena, instaurou-se um estranhamento entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, acompanhado de um esfriamento nas relações das pessoas com o sagrado. (RODRIGUES, 1997, p. 14).

Tratando-se especialmente da Vila de Patrocínio do Coité, o cemitério se encontrava no centro da comunidade, onde as pessoas passavam e conviviam em ambientes muito próximos aos mortos e com os túmulos. Devido a essa convivência diária com o cemitério, foi possível localizar nos livros de óbito (1933-1952), um alto

índice de mortalidade da população da Vila no dito período. Contudo, como já era de se esperar a maioria das mortes era fruto de contágio por bactérias advindas do cemitério. Exemplo disso é a citação abaixo, a qual demonstra uma nota necrológica trazendo a anunciação de um óbito proveniente da falta de saneamento básico na Vila.

Após poucos dias de fatal moléstia, veio a sucumbir na madrugada de 31 do passado a inditosa menina Vitalina de Aquino, filha do Sr. Jacinto José de Aquino, negociante nesta vila e irmã do nosso distinto assinante, o jovem Antônio José de Aquino. A inumação teve lugar à tarde do mesmo dia com grande acompanhamento. Pêsames. (*O PALADINO*, 06/08/1922, p. 04).

Visto estes problemas e com a chegada das novas leis higienistas era hora de mudar o cenário da Vila. A construção de um novo cemitério passou a ser destaque nos jornais da época, sendo necessário conseguir as verbas para tal, e assim poder arrumar outro local mais afastado da Vila para a construção da nova casa para os mortos.

Os redatores do jornal *O Paladino* já estavam muito preocupados com a atual situação da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, principalmente com relação à higiene pública. Com isso, os mesmos passaram a tecer críticas sobre o assunto em suas páginas:

A MORTE DA HYGIENE: Pelo título que encima estas linhas, a primeira impressão do leitor é de que morreu aqui ou em outra parte do globo terráqueo alguma viúva rica, portadora de nome superano, no entanto não foi. Estávamos a mourejar em nosso gabinete de trabalho, já as altas horas da noite quando somos interrompidos por uma aparição de aspecto horripilante, que nos fala: - Eu sou Patrocínio do Coité a que venho convidar os redatores do “O Paladino” para o enterro da hygiene, que jaz apodrecida nesta terra. Saímos acompanhados do nosso visitante a percorrer as ruas de Coité e de fato verificamos a verdade em sua nudez em tudo o que era mostrado. Fomos ao tanque de servidão publica e ali vimos o líquido que o mesmo continha, e inquirimos de Coité o que significava uma camada gordurosa a superfície das aguas? Prontamente ele respondeu-nos ser substâncias odiposas trazidas do cemitério pelas correntezas das chuvas, o qual fica oposto aquele deposito de aguas e edificado em plano superior. Mais tarde ouvimos o badalar do sino: era o enterro de um popular, vítima do estado anti-higiênico de nossa vila. E como já estávamos de luto para acompanhar o cortejo fúnebre para qual fomos gentilmente convidados, chegamos ao cemitério sob uma chuva torrencial e notamos que das sepulturas corria em direção ao tanque àquele

líquido generoso que nos falou o nosso visitante. Para bom entendedor basta meia palavra... (*O PALADINO*, 23/05/1920, p. 03).

Alguns meses depois o mesmo jornal percebe que as críticas sociais e políticas sobre a saúde pública e sobre a higiene, começaram a surtir efeitos, pois a ideia de se construir um novo cemitério parecia que iria sair do papel e ser concretizada.

CEMITERIO: Fala-se na provável remoção do cemitério público desta vila para local mais apropriado. Si verdadeira a notícia, não temos que senão que aplaudir tal iniciativa em nome dos mais rudimentares princípios da higiene pública. Realmente não se compreende um cemitério colocado no centro de uma vila com grave detrimento para a saúde da população e demais contíguo (!) ao matadouro público. Os europeus e Norte-americanos tais não admitem mesmo nas suas longínquas colônias do interior africano. (*O PALADINO*, 18/09/1921, p. 03).

Esse primeiro capítulo mostra como foram os debates que antecederam a construção do novo cemitério, destacando acima de tudo, a visão de uma boa parte da população diante das novas leis higienistas que puseram fim às práticas e os rituais que antes eram tidos como comuns e sem problemas para a saúde pública.

Podemos observar as mudanças no âmbito das práticas das pessoas, claro que através das leis, mas de qualquer forma são mudanças bastante significativas que marcam, por sua vez, uma enorme transformação para uma população de outrora. E de tal forma, por se tratar de um tema sobre concepções das pessoas, não é uma tarefa fácil aos historiadores. Michel Vovelle (1987) afirma que existe uma complexidade quando o assunto é representações, principalmente àquelas ligadas de forma direta ou indireta com a morte.

Precisamos analisar tudo isso para tentar explicá-lo? Temos impressão de que foi ontem, e de que bastaria abrir os baús das vovós para encontrar os restos de um mundo que perdemos há pouco. A tarefa não é tão simples e, mesmo admitindo que esses procedimentos possam empobrecê-la, requer o recurso a algumas séries de documentos que sirvam como indicadores privilegiados: avisos fúnebres, necrológicos, testemunhos iconográficos, imagens ou fotografias e, sobretudo cemitérios, cujos arqueológicos iniciaram-se recentemente. (VOVELLE, 1987, p. 322).

A morte sempre teve o seu caráter tenebroso, as pessoas a temem, independentemente de crenças ou qualquer tipo de religião. Sobre esse assunto um fato abalou a Vila de Patrocínio do Coité, as novas leis higienistas:

A novidade vinha da Europa, e foi divulgado no Brasil independente por meio de uma campanha que fazia da opinião dos higienistas o testemunho da civilização. O estudo da literatura médica da época permite entender melhor o conflito de mentalidades em 1836. (REIS, 1991, p. 24).

Diziam que não poderiam existir cemitérios nos centros das Vilas nem em qualquer outro lugar cercado pela população, tão pouco enterrar pessoas em pequenos cemitérios feitos em suas próprias casas e dentro das Igrejas. Além das novas leis implementadas pelo Código de Posturas do município em 1926, que delimitava algumas ações para com o cortejo fúnebre: “Art. 128. Fica proibido os caixões abertos conduzindo cadáveres, sejam de crianças ou de adultos. Pena de 30\$000 de multa” (CÓDIGO DE POSTURAS, 1928, p. 19), e ainda outro importante artigo do mesmo código que proibia os enterramentos depois das 18 horas.

Essas práticas eram bastante comuns no Brasil imperial, por exemplo, membros das confrarias eram enterrados nas Igrejas, até mesmo os padres eram enterrados nesses ambientes. Mas essas práticas foram banidas justamente por causa da higiene pública.

Em 1804, um novo decreto estabeleceria detalhadas regras de enterro reafirmando a proibição de sepulturas dentro das igrejas, abolindo as covas comuns, ordenando a distância entre os cemitérios e a cidade, e a distância entre as sepulturas dentro dos cemitérios. O fim das covas comuns representou, segundo Ariès, “uma ruptura completa com o passado”, embora uma questão de economia de espaço continua-se a utilizá-las em alguns lugares, mas sempre com os cadáveres acondicionados em caixões. Assim, na França, durante a primeira década do século XIX se montou o modelo básico de sepultamentos que vigoraria até o final do século. Este é o modelo que inspiraria nossos reformadores cemiteriais. (REIS, 1991, p. 78).

Pois a Igreja era um local público, onde várias pessoas frequentavam, e que por isso o risco de contágio era muito grande. Contudo não foi diferente com os cemitérios residenciais nos quais as mães enterravam seus filhos *pagãos*, (termo designado para as crianças ou qualquer outra pessoa que nunca tivera sido batizada sob as leis canônicas do catolicismo). Sobre esse assunto, Paulo Segundo da Costa (2007) afirma que:

Os enterros feitos nesses ambientes começaram a cessar com o advento da lei do Governo Imperial brasileiro, de 12 de novembro de 1828, que atribuiu poderes às Câmaras Municipais para disciplinar: "o estabelecimento de cemitérios fora dos templos", visando a melhorar o saneamento das cidades brasileiras. Os médicos sanitaristas, principalmente no Rio de Janeiro, no começo do século XIX, exerceram forte pressão junto aos poderes públicos para proibirem enterros em ambientes confinados: igrejas, conventos, etc. preocupados com a disseminação dos miasmas, teoria existente naquela época; o miasma era tido como o principal agente de contaminação das doenças infecciosas. (COSTA, 2007, p. 35).

Na Vila de Patrocínio do Coité, por volta de 1919 já se falava nessas questões. Seria necessário mudar o cemitério que se encontrava no centro da Vila. Segundo especialistas *médicos higienistas*, isso estava gerando várias doenças para a população e realmente era algo impensável para uma sociedade que se dizia estar evoluindo.

A evolução de uma cidade, bem como das pessoas que a habita, passa por diversas visões e debates públicos e políticos. A nova cidade era um ambiente onde muitas pessoas passaram a conviver de forma mais próximas umas das outras, em contrapartida era necessário se preocupar com questões de higiene pública, era preciso pensar a cidade como estrutura física, que atendesse aos anseios das novas ordens higienistas que vinham se propagando pelo Brasil e por toda a Europa, assim como James William Goodwin Junior (2007) descreve:

Outra perspectiva é enfocar a cidade como um conjunto de pessoas convivendo num lugar, priorizando as relações entre elas. Alguns estudos sobre a *polis* grega apresentam-na profundamente ligada à maneira ocidental de pensar a história política; estudos sobre vários períodos se ocupam muitas vezes de eventos ocorridos no interior de cidades, como revoltas e epidemias. ⁶ Numa perspectiva mais estrutural, as ciências políticas e a sociologia procuram construir conceituar e caracterizar as instituições urbanas, e como estas interagem. A cidade como espaço de convívio entre pessoas pode gerar ainda problematizações sobre criminalidade, sobre relações de gênero, sobre movimentos políticos e partidários etc. E há ainda as questões demográficas, levando a estudos referentes a crescimento populacional, empregos, epidemias ou abastecimento, por exemplo. (GOODWIN JR, 2007, p. 24).

O Brasil na primeira metade do século XX começou a se estruturar em termos de cidades e suas organizações urbanísticas, sobretudo no que diz respeito ao processo de modernização e arborização. As cidades deveriam interagir com o

lado ecológico da geografia em que estava inserida, mas principalmente é importante frizar que as cidades eram construídas através de interesses familiares e políticos. Tudo o que se fazia numa cidade era pensado politicamente, essa é a ideologia social que move as obras físicas e também os projetos de leis que regulamentam determinada sociedade.

As ações em uma cidade são, por sua vez, pré-determinadas pelas classes atuantes no seu tempo histórico, ou seja, tudo que existe hoje numa sociedade passou por vários processos históricos como, por exemplo, debates, brigas, assassinatos políticos, interesses elitistas e o próprio interesse público, assim como:

Rykwert afirma que esse artefato abriga dentro de si tanto a racionalidade quanto a irracionalidade das ações humanas, tanto o planejado quanto o imprevisto. Antoine Picon sustenta que uma *“leitura da cidade como um campo de confronto”*, já estava presente nos textos e propostas sobre as cidades francesas do século XIX (PICON, 2001, p. 87). Esta é a perspectiva pela qual Paulo César Garcez Marins procura entender a *“sociedade e arquitetura urbana no Brasil”* dos séculos XVII ao XX: a cidade como campo de confrontação e choques entre diferentes atores e forças (MARINS, 2001). Focando seus estudos em Salvador e no Rio de Janeiro, cidades capitais, e tendo como objeto inicial as rótulas das casas, o autor apresenta concepções urbanas ligadas à racionalidade iluminista, e propostas urbanísticas vazadas nos moldes higienistas, tudo traduzido em planos urbanos, legislações e tentativas de intervenção. Apresenta, também, outras regras de organização do tecido urbano: os interesses pessoais e familiares, os negócios imobiliários, as tradições e costumes (inclusive quanto a técnicas de construção), a relação dos moradores com o ambiente ecológico etc. Para este autor, a cidade é o resultado de uma constante interação entre visões diferentes do que deveria ser a vida urbana; visões que não se apresentam, necessariamente, organizadas em projetos e leis, como geralmente ocorre com as propostas oficiais – mas que mesmo assim evidenciam-se na maneira como os espaços são ou não ocupados, nos detalhes arquitetônicos, no fenômeno das leis que “pegam” e das que “não pegam”, levando à repetição muitas vezes inútil de certas ordenações. (GOODWIN JR, 2007, p. 26).

Com esses novos objetivos de adequação da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité aos moldes modernos de uma sociedade, a serem cumpridos para o benefício da Vila e dos seus cidadãos, os membros da Igreja começaram a se reunirem com políticos e pessoas influentes no meio social a fim de chegarem a um acordo sobre tal obra que necessitaria ser realizada o quanto antes. Nesta

perspectiva o padre João de Matos Freire de Carvalho iniciou os debates em prol da construção do novo cemitério.



Figura 5: Na fotografia, Professor Francisco de Paula Abreu, Padre João de Matos Freire de Carvalho e Ismael Trindade. Reunião para tratar da construção do novo cemitério. Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Década de 1920.

Fonte: Acervo pessoal de Roberto Santos de Santana. Adustina-Bahia. 2020.

A partir das primeiras reuniões, os debates se intensificaram cada vez mais, todos queriam ajudar nessa nova obra, mas era necessário ter organização e pensar com calma nos próximos passos a serem dados. Os registros paroquiais já traziam essa ideia de início das obras, sobretudo no livro de Tombo.

Passado mais dois anos dos primeiros registros paroquiais do livro de tombo, iniciaram os debates em âmbito político e, dessa forma, podemos dizer que a teoria estava se transformando na prática e, assim, a construção iria ser iniciada. Com isso:

Aos 27 dias do mês de maio de 1923, reunidos no paço municipal, cidadãos representantes de todas as classes sociais sob a presidência do coronel Joaquim de Mattos Carregoza, eleito por aclamação, foi dada a palavra a quem dela se quisesse utilizar. A pedido, falou o professor Francisco de Paula Abreu, explicando os motivos da reunião. Trocaram-se ideias e destas conversações resultou em constitui-se uma Comissão Geral do Município e outras subcomissões dos Arraiais. São estes os nomes escolhidos para a comissão Geral: Coronel Joaquim de Mattos Carregoza, Presidente João Carregosa da Trindade, Vice Presidente; Deocleciano Fraga Dias, Tesoureiro, Jonathas de Menezes Lima, 1º Secretário; Manoel Coelho Cruz; Segundo Secretário; Professor Francisco de Paula Abreu, Orador Francisco Dias Sobrinho, José Rabello de Mattos, Manoel de Mattos Santa Reza, Aristeu de Vasconcellos Bittencourt, Ismael Quirino da Trindade, Antônio José Das Virgens', Jeronymo Evangelista de Carvalho, Antônio Domingues de Sant'Ana, Antônio de Carvalho Santa Rosa, José Ferreira de Menezes, João Correia Pimentel, Virgílio Ferreira Lima, Aprígio Doria, Francisco Déda, Demostenes Borges, José Dias da Silva, Odilon Ferreira Lima, Isaias de Miranda Mattos, José Sodré dos Santos, Altamirano de Carvalho, Manoel Rodrigues Santiago e João Correia de Andrade; Subcomissões: para o arraial de Queimadas, José Ribeiro de Jesus, Antônio Ramos da Silva, Alcides José de Sant'Anna; para o arraial do Saco: Graciliano Leal, Manoel Carcino dos Santos e José Lino Ferreira; para o Arraial de Barreiras: Joaquim Correia, Paulo Virgíneo e Florestino José de Carvalho. Pelo Coronel Francisco Dias Sobrinho, reconhecida por todos a impreendível necessidade da construção do Cemitério, foi assentada a ideia da reunião de um conselho municipal para votar uma verba em auxílio. Igualmente, falou-se sobre um dos pontos vitais do novo cemitério, isto é, o terreno. Diante disso, ficou assuntado que o obteriam com facilidade, dada a boa vontade do pessoal. Pelo senhor João Barbosa da Trindade, foi declarado o que antes de qualquer outra providência e que a comissão se dirigirá ao Rev. Pároco no sentido de adquirir por compra o terreno em o qual foi localizado um novo cemitério eclesiástico no uso da resposta negativa, a comissão agirá de modo mais conveniente aos interesses da população. Esta proposta obteve aprovação unanime. E para constar, de tudo lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, foi subscrita pelos presidentes e por Francisco Silveira Deda, Secretário interino que a escreveu. Seguiram-se numerosas assinaturas. (O PALADINO, 03/06/1923, p. 02-03).

Como se pode analisar, o fato da construção de um cemitério era tão importante que se deu a palavra tanto aos ricos e influentes no meio social quanto aos menos influentes e até mesmo alguns pobres religiosos, ou seja, o objetivo era comum a todos cristãos da sociedade.

A representação da morte era algo muito forte nesta Vila, o respeito para com os mortos era muito grande, e o que se queria acima de tudo, era fazer um local calmo para o descanso das almas. Além disso, livrar também as pessoas de

possíveis doenças que se espalhavam pelas regiões, a quais faziam vítimas, assim, como aponta o autor Paulo Segundo da Costa (2007):

O cemitério do Campo Santo é um espaço democrático onde são sepultados os cadáveres de pessoas humildes, indigentes, e de pessoas de mais alta sociedade baiana. Sucede ao Cemitério do Campo da Pólvora, este sim, sem nenhuma característica de instituição democrática; era destinado apenas ao enterro dos cadáveres de indigentes e escravos. (COSTA, 2007, p. 12).

Ainda analisando essa importante fase da história de Paripiranga, o padre João de Matos Freire de Carvalho teve o aval para construir um novo cemitério e logo se iniciaram as buscas por um local que fosse apto a receber tal estrutura. O padre começou a procurar por esse espaço e para tanto dialogou com vários proprietários de terra da Vila, foram alguns meses de conversas até se chegar a um bom lugar e a um bom preço, o qual a paróquia pudesse pagar.

Finalmente o negócio fora concretizado e a paróquia enfim tinha uma nova casa para a acomodação das almas da Vila de Patrocínio do Coité. Sobre isso, um personagem relata:

Recebi do excelentíssimo senhor Cônego João de Mattos Freire de Carvalho como pároco representante legal desta paróquia do Patrocínio do Coité a cento e cinquenta mil reis. Proveniente da venda que nesta data faço a mesma paróquia, do arrendamento e trabalhos agrícolas que tenho em minha tarefa de terras nas imediações desta vila. (PARÓQUIA DE N. S. DO PATROCÍNIO DO COITÉ, LIVRO DO TOMBO I, 1921, p. 23).

Com o terreno comprado, o padre iniciou as conversas com a população acerca da ajuda que os mesmos deveriam prestar para a construção do cemitério, já que se tratava de uma obra puramente pública e que serviria para todas as pessoas. Visto isso, de imediato o mesmo conseguiu grande número de ajudantes, principalmente homens com carros de boi, para poder levar as pedras ao novo cemitério.

Analisando as atitudes da população perante a mudança do cemitério, pode-se dizer que foi de bom agrado para a grande maioria do Patrocínio do Coité, já que agora os entes queridos dos vivos estariam em paz e em pleno silêncio, bem afastados do centro da Vila.

Outro benefício que essa mudança gerou para as pessoas, foi a questão da visita aos mortos. A partir de então poderia se visitar o seu morto de modo a

ninguém o incomodar, agora era só o visitante e o túmulo. Além disso, apresentava-se a nova arquitetura do cemitério, pois, a partir de então foi possível notar mudanças substanciais no espaço físico do mesmo, tais como os próprios signos e lápides que anteriormente não tinham gravura alguma e somente eram marcados por números. Nessa perspectiva, com o surgimento dos novos cemitérios foi possível analisar o surgimento também de um espaço inovador e cheio de signos de diversas ordens que se pode imaginar, desde anjos, até retratos dos próprios finados. Nessa perspectiva, a autora Tania de Andrade Lima (1996) afirma que:

Como parte dessa investigação, em estudo realizado nos cemitérios cariocas sobre a representação da morte no século passado (Andrade Lima, no prelo), foi possível constatar o caráter marcadamente escatológico dessa sociedade, expresso na utilização maciça em suas lápides tumulares, de signos macabros, mórbidos e sombrios, como caveiras, morcegos, corujas, serpentes, entre outros que remetem à consumação dos tempos. No entanto, a paulatina deterioração do império escravista, em sua ruptura e passagem para uma república progressivamente capitalista, determinaram mudanças substanciais nesse imaginário, configuradas no abandono dos antigos modelos e na adoção de novos signos. (LIMA, 1996, p. 48).

Isso foi bem visto, entretanto, houve alguns prejuízos. Vândalos atacavam de forma solapada, deixando algumas perdas no cemitério, era comum que grupos passassem a noite na necrópole fazendo rituais macabros, nos quais existiam aqueles que consumiam bebidas alcoólicas nos crânios dos mortos, e houve para, além disso, um caixão que fora brutalmente retirado do túmulo e posto a céu aberto, e por mais incrível que se pareça, não existia cadáver no mesmo, sendo muito provavelmente vítima de algum ritual de magia negra (ANDRADE, 2016).

Outras atitudes não muito agradáveis foram denunciadas pelo redator do jornal Francino Silveira Déda (1953), o mesmo faz duras críticas sobre o zelo que não estava sendo dado nem pela população e muito menos pelo poder público e, assim, relata os fatos:

NOSSA NECRÓPOLE: Nos nossos atuais confrontos vamos ver que de Coité a Paripiranga, uma coisa mudou para pior. É no que diz respeito ao cemitério. Faz algum tempo não vejo o cemitério de minha terra; logo, não tenho razões para dizer se vai bem ou mal. Quero referir-me, entretanto, ao descaso que nesse sentido vem se verificando ali, desde que Patrocínio do Coité saiu o grande Sacerdote que se chamou Padre Vicente Valentim da Cunha. Vigário que dotou aquela Vila de vários melhoramentos adequados ao seu

tempo; que tivera a audácia de cavar aquele formidável “Olho d’água” que chegamos a conhecer no “Tanque da Missão” que fizera aquele antigo cemitério com formidável muralha de pedra e cal, revestida de perfeita e durável argamassa, com uma capelinha de igual edificação e que depois foram demolidos a muito custo, por ficarem no centro do perímetro urbano. Mas ao sair de Coité o saudoso Vigário, vem se repetindo sempre as queixas contra o descaso aquele ou este cemitério. Já no ano de 1923 se levantavam queixas a respeito do cadáver de uma criancinha que teria sido desenterrada no cemitério em abandono por cães famintos que a devoraram. Naquela época se atribuía uma frase de menosprezo aos nossos mortos, preferida por pessoa responsável pela nossa necrópole e que teria sido ouvida pelo Senhor Pantaleão Santana. Naquele tempo, certo jornalista mantinha uma sessão intitulada DE LEVE, com os versos picantes a respeito da frase depreciativa, o qual usava o pseudônimo de P. Drito. Vem depois o velho Pantaleão a ser desmentido pela imprensa e vai ao Cartório confirmar em documento público a sua afirmativa como testemunha de ouvida; e assim, a Vila passou uma temporada cheia de comentários comprometedores da sua vida social. E nunca mais deixou-se de ouvir queixas a respeito da morada dos mortos. Também ali tenho eu os meus mortos queridos e venho sentindo de mim para comigo mesmo, esses descasos ao repouso dos mortos. Agora é “O IDEAL” que traz constantes notícias desse mesmo descaso e uns apelam para o povo; outros insinuem um cemitério puramente civil. É verdade que as nossas Constituições, repetindo a primeira desde a República, dizem que os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal; mas, o nosso diploma permite as associações religiosas, manter cemitérios particulares. E, em muitos municípios, como o nosso, perdura ainda o espírito da Lei 789 de 27/9/1890 que dizia – Enquanto não forem criados cemitérios civis, nos municípios em que os existentes estiverem a cargo de quaisquer autoridades ou corporações religiosas, as municipalidades farão manter a servidão publica neles existentes, providenciando para que os enterramentos não sejam embaraçados por motivo de religião. E convenhamos... Se na localidade há um cemitério mantido pela Igreja, que necessidade temos de um outro? O que é necessário é um franco entendimento entre o poder publico e o eclesiástico, entre as autoridades responsáveis que deverão esquecer os seus interesses partidários, toda vez que necessário se torno o respeito e acatamento aos nossos mortos; e ao povo, ajudar umas e outras autoridades para a conservação, acatamento e respeito a nossa necrópole. Se nos cemitérios a cargo da Igreja, com o freio da religião já vemos tantos desrespeitos aos cemitérios religiosos como nós sabemos daqueles 5 jovens que no dia 15 de setembro de 1951, deram aquele atestado infamante a uma população de princípios religiosos como é Feira de Santana, a ponto da Justiça condená-los e a Igreja a declarar-lhes INFAMES. Se nós vemos como vimos nesta Cidade de Simão Dias, no mês passado a depredação que fizeram no bem cuidado cemitério da Igreja, o que não fariam os infames nos cemitérios puramente civis? E Paripiranga ainda não registrou casos como tais, reclama apenas o descaso. Por isso pensamos que ali está necessitando, é franco entendimento entre as autoridades municipal e eclesiástica para captar do povo o

verdadeiro interesse pela nossa necrópole e assim, sem quebra de respeito, as lei do país, iremos dando a Cezar e a Deus o que é de Deus. (DÉDA, 1953, p. 03-04).

É possível analisar nesta nota a grande insatisfação de um homem de imprensa que de certo modo ajudou no processo de construção do novo cemitério na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Déda (1953) relata de forma dura e áspera sobre as denúncias de má gestão da nova necrópole que tivera sido construída com tanto esforço e dedicação das pessoas que realmente estavam interessadas em criar uma nova morada para os mortos, a qual deveria ser bem zelada e muito bem cuidada por todos, tanto membros do poder público como a população no geral.

Vemos assim, a importância da imprensa e dos seus homens que relatam os problemas de uma sociedade em evolução ou que se diz evoluída e civilizada.

Para a maioria da população que ajudou ou apoiou a construção do novo cemitério, foi muito triste ver que o mesmo estava sofrendo atos de vandalismo e de falta de governança por parte do poder público; para eles era algo inimaginável pensar que depois de tanto esforço dos seus contemporâneos a obra da nova necrópole estava sendo depredada dessa maneira.

Em contrapartida, o antigo cemitério deu lugar a uma linda praça pública cheia de flores e de árvores em crescimento, além de ser o local também onde fora construída a primeira escola pública da cidade, tratava-se da Escola Reunidas Professor Francisco de Paula Abreu, nome dado em homenagem ao professor Abreu.

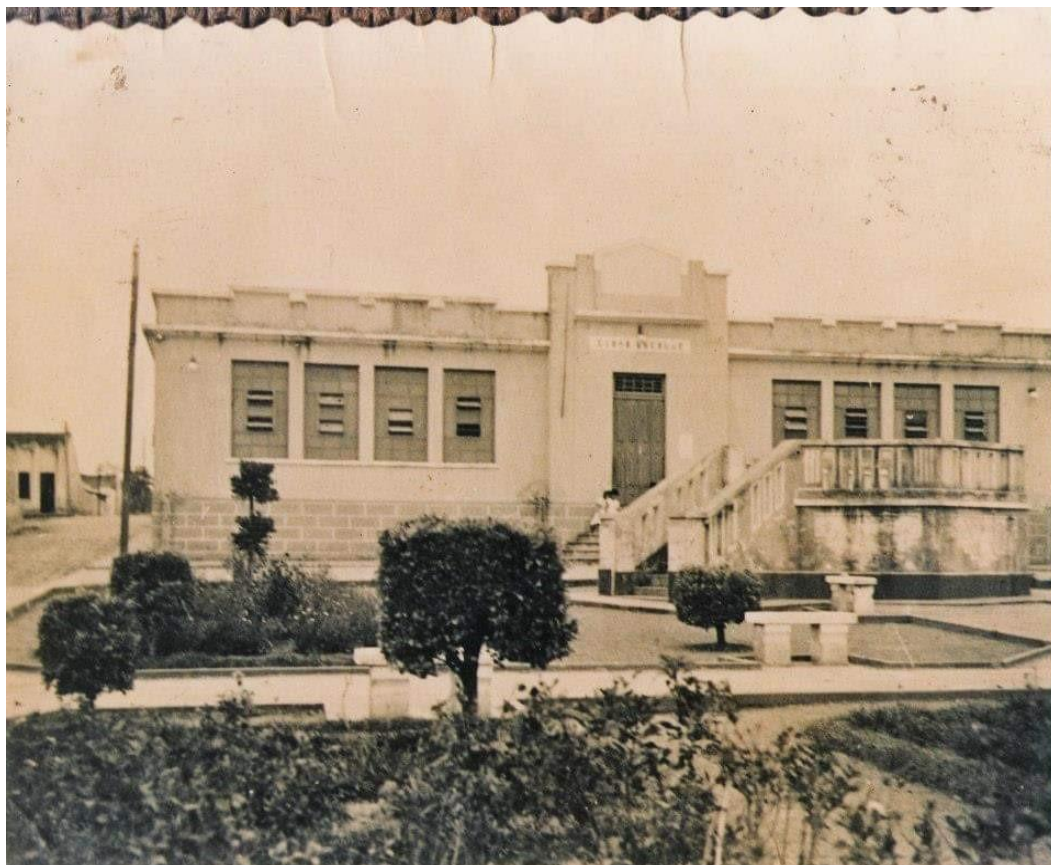


Figura 6: Vista da fachada da Escola Reunidas Professor Francisco de Paula Abreu. Praça onde se encontrava o antigo cemitério da Vila do Patrocínio do Coité. Paripiranga-Bahia. Década de 1945.
Fonte: Acervo pessoal de Roberto Santos de Santana. Adustina-Bahia. 2020.

O afastamento do cemitério do centro da Vila também gerou alguns importantes problemas. Todavia, como era de se esperar, a população tratou de pressionar os representantes políticos e da lei para que se pusesse um fim nesses indivíduos que estavam perturbando o descanso das almas (*O PALADINO*, 1923). Além disso, o padre João de Matos também estava finalizando a construção dos muros do cemitério o que o tornaria mais seguro.

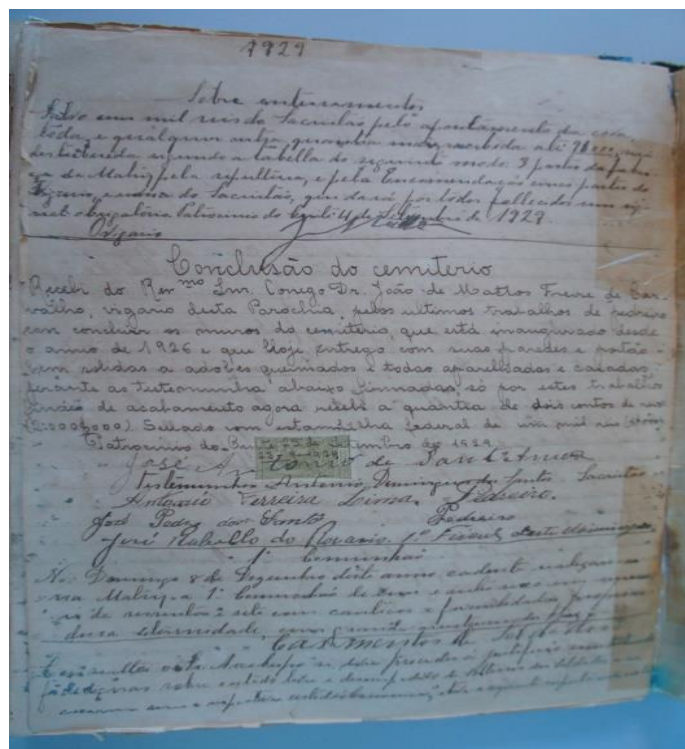


Figura 7: Documento da finalização dos muros do novo cemitério na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Fonte: Acervo do LEPH, Laboratório de Estudos e Pesquisa em História. Paripiranga-Bahia. 2016.

Com todas essas mudanças, sobretudo com relação aos processos fúnebres e de religiosidade, é importante questionar: como se deu as principais mudanças com relação às antigas culturas relacionadas à morte? Como uma Vila no interior da Bahia na primeira metade do século XX se comportou com as novas orientações higienistas?

Todos esses questionamentos nos remetem a uma análise mais aprofundada acerca das antigas atitudes dos homens com relação à morte e aos mortos. Nessa perspectiva é importante que se debata sobre tais mudanças e como se deu todas elas, visto que transformações como essas são alterações de pensamentos, mentalidades e concepções, o que de fato acarreta uma maior rejeição por parte da população, sobretudo, por se tratar de um tema que aborda a religiosidade.

1.4- O fim de algumas práticas religiosas de enterramento com a introdução das novas leis higienistas

Seguindo com as análises acerca das transformações nos processos de enterramento, não se pode deixar de citar um dos mais importantes acontecimentos que marcam de fato a mudança das práticas relacionadas ao morrer aqui no Brasil.

Foi em Salvador, no ano de 1836 quando a população se revoltou contra as novas leis que diziam não poder enterrar os membros das confrarias, nem ninguém, dentro das Igrejas. Segundo os médicos higienistas da época as doenças estavam se alastrando rapidamente devido a essas práticas religiosas. João José Reis (1991), observa que:

Os cadáveres humanos contavam entre as principais causas de formação de miasmas mefíticos, e afetavam com particular virulência a saúde dos vivos, porque eram depositados em igrejas e cemitérios paroquiais dos centros urbanos. Com a descoberta dos miasmas veio à descoberta do mau cheiro da decomposição cadavérica, que substituía o odorato piedoso da fase barroca. Uma queixa recorrente na época se dirigia contra o cheiro fétido que exalava das sepulturas, perturbando os narizes, repentinamente sensíveis, dos que frequentavam as igrejas e dos que moravam próximos a cemitérios. (REIS, 1991, p. 76).

Esse episódio ficou conhecido como a revolta da cemiterada. Os membros das confrarias diziam que os médicos juntamente com os responsáveis pelas cidades e Vilas, queriam lucrar com a morte dos indivíduos, e de fato isso começou a ocorrer. A partir desse fato e da repressão sofrida pelos mesmos se abriu o mercado mortuário, já que agora os mortos estavam nas mãos de empresários donos dos cemitérios e, conseqüentemente, alguns donos de casas mortuárias.

É muito importante analisar essas passagens históricas acerca da morte e do morrer, pois nos mostra como foram se dando as práticas e as transformações no âmbito da representação da morte, ou seja, no Brasil imperial aconteceu a revolta da cemiterada, já na República, essas mudanças eram mais bem vistas pelas pessoas. Logo, analisando esses fatos, pode-se dizer que houve sim uma mudança na mentalidade das pessoas, mesmo com um grande intervalo de tempo, mas que de fato aconteceu.

Voltando a falar sobre o objeto deste trabalho, não se pode negar que a população em sua maioria acabou concordando com o que ocorreu na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, sobretudo pelo fator imprescindível que era

as doenças que assolavam a população na época. As notas necrológicas traziam essas lamentáveis notícias:

Após breve moléstia que zombou de todos os recursos médicos, sucumbiu pelas 2 horas e 30 da madrugada de 18 do corrente, o nosso digno assinante s.r. Heráclito Souza Lima, contando apenas 17 anos de idade. O extinto era filho do nosso amigo cap. Francisco Assis de Souza Calaça. À respeitável e enlutada família, as nossas condolências. (*O PALADINO*, 22/02/1920, p. 02).

Com base na citação fica claro que as doenças eram rápidas e atacavam principalmente as crianças e os idosos. Neste caso em específico, um jovem de apenas 17 anos de idade acabou por morrer de uma *moléstia* que o atingiu de forma rápida e mortal. Estudando este tipo de fonte, pôde-se observar que a morte era algo que chegava a qualquer momento para as pessoas e que a falta de higiene era a principal causa, sobretudo, a falta de higiene coletiva e pública; por exemplo: o contato diário com os ares podres das praças e ruas próximas ao cemitério que se encontrava no centro da Vila.

Agravando a situação ainda mais, o saneamento básico também não existia, entretanto aos poucos foram surgindo alternativas para tentar amenizar esses males que assolavam tantas vidas. Nessa perspectiva, o planejamento fúnebre e social teve que ser refeito e/ou sofrer grandes alterações para que se pudesse atender aos anseios da modernidade que havia chegado ao país. Dessa forma:

A difusão maciça de regras fundamentais de higiene pessoal e coletiva, dirigidas para o asseio corporal, processamento dos alimentos, manutenção das moradias, vestuário, comportamento à mesa etc., bem como a denúncia constante dos perigos de contaminação do espaço urbano face à sua péssima ventilação, umidade excessiva, ausência de sistemas de escoamento de águas pluviais e servidas, proximidade de cadáveres de seres humanos e animais, entalhamento de toda sorte de lixos, dejetos, e assim por diante, procurou incutir nas camadas médias da população, a quem elas fundamentalmente se destinavam, o apreço pela boa saúde, a ser conquistada através da higienização dos indivíduos, das habitações, das cidades. Ao propor o planejamento e a reforma do espaço urbano, entendendo-os como fundamentais na luta contra a insalubridade, passou a recomendar enfaticamente medidas como o aterro de áreas alagadas, a dessecação de pântanos, charcos, mangues e águas paradas, responsáveis pela exalação dos pestilentos miasmas, já que o ar era tido à época como o principal veículo de doenças; a derrubada de morros para uma melhor ventilação; o alargamento, abertura e calçamento de ruas; o plantio

de árvores, a limpeza de praias e praças; a remoção do lixo aí despejado regularmente, para áreas periféricas; a inspeção constante de abatedouros, feiras e mercados; a canalização e o controle da qualidade da água; a transferência de cemitérios; a reformulação da arquitetura colonial, de compartimentação inadequada, com aposentos escuros, quentes e mal ventilados; o direcionamento da expansão urbana para áreas mais saudáveis e arejadas, criando novos bairros, entre outras. (LIMA, 1996, p. 82).

Com isso, podemos confrontar os discursos higienistas que realmente eram válidos, que queriam acabar com as doenças contraídas de forma banal, e, por conseguinte, matava boa parte da população.

Outra questão bem interessante sobre esses assuntos trabalhados é que houve algumas importantes transformações que mexeram com as pessoas, principalmente no que diz respeito aos enterros dos seus filhos pequenos, aqueles que eram chamados de anjos. “Naquele tempo morria muitos anjos. Hoje não morre mais não”. (ARAÚJO, 2016, p. 11).

As mães e os pais, quando morriam seus filhos que não eram batizados, os chamados *pagãos*, tratava de os enterrarem na primeira encruzilhada que encontrasse. Todavia, essa prática se tornou uma das mais ilegais de acordo com as novas leis higienistas. Primeiramente, essas mortes prematuras era fruto, principalmente, da própria falta de higiene que era desconhecida das pessoas. As principais causas de morte prematura eram devido às práticas na hora do parto, ou seja, as parteiras usavam instrumentos pouco higienizados ou sem nenhum tipo de higienização; toda essa falta de noções básicas de higiene fez com que as crianças recém-nascidas, em muitos casos, morressem por algum tipo de infecção.

Era possível encontrar em Patrocínio do Coité alguns cemitérios particulares onde os membros das famílias eram enterrados. É importante salientar que os padres iam benzer esses cemitérios particulares, visto que isso era tido como uma prática comum. Entretanto, essa grande quantidade de líquido que sai do corpo humano em decomposição, acabava por infectar as águas subterrâneas e se existisse alguma lagoa por perto o contágio era quase que certo.

Por isso, o discurso higienista ganhou cada vez mais respaldo, principalmente porque tudo o que se dizia era extremamente fundamentado e referenciado de acordo com a realidade. As mortes das pessoas serviram de

referência para os médicos higienistas que trataram de realizar grandes projetos para as práticas de enterro.

Partindo desse pressuposto, verifica-se que essas mudanças iniciaram, sobretudo por volta de 1830, ainda no período imperial do Brasil. Os médicos e as novas literaturas médicas trouxeram ainda naquele período, um olhar mais atento sobre as questões higiênicas e, assim, contribuíram para a formulação de estudos sobre a higiene pública e, principalmente, sobre os surtos de epidemias, assim como relata Cláudia Rodrigues (1997):

A epidemia não foi a única protagonista do desenvolvimento do medo aos mortos. Seu aparecimento, em 1850, apenas serviu como elemento catalisador de um processo mais amplo, que vinha sendo gestado na primeira metade do século XIX, na Corte, e que pode ser identificado através dos seguintes fatores: a) o desenvolvimento, a partir da década de 1830, de um saber médico que, empenhado na prevenção de doenças, recomendava a implantação de medidas higiênicas rigorosas para os mais variados espaços da cidade, apontando, dentre elas, a necessidade de transferir as sepulturas para longe dos limites da cidade; b) a presença de uma imprensa, inexistente até 1808, mas cada vez mais atuante na disseminação de informações, antes inacessíveis ao grande público, viabilizando a formação de opiniões mais homogêneas, como as referentes as discussões médicas sobre os efeitos dos enterramentos intramuros; c) a emergência do poder público, empenhado na adoção de medidas de salubridade, com fins de empreender seu projeto de urbanização. Tais fatores caminharam paralelamente estiveram interligados. As epidemias sempre existiram na cidade, fazendo suas vítimas; entretanto, a febre amarela – até então desconhecida - nas proporções que atingiu a Corte, com seu alto índice de mortalidade, foi, ao mesmo tempo, causa e estímulo para a implementação das concepções médicas que, até então, no que se referia a separação entre vivos e mortos, não haviam sido efetivamente postas em prática. Vejamos, em suas linhas básicas, o desenvolvimento destes elementos. (RODRIGUES, 1997, p. 53-54).

Os cemitérios, segundo os higienistas eram lugares que deveriam seguir uma série de critérios, para com isso, evitarem a morte de várias pessoas. Assim, pode-se dizer que a construção de uma necrópole era algo bem projetado e que os construtores responsáveis deveriam seguir muitos parâmetros para o seu bom funcionamento e, principalmente, sobre a sua higiene. Com isso, REIS (1991), compreende que:

Na organização interna, os cemitérios teriam especificações técnicas. Em sua área deveria caber pelo menos o dobro dos que morriam

anualmente, para que o rodízio no uso das sepulturas se fizesse a cada dois anos, ou até mais, a depender do solo (de preferência argiloso), da umidade do ar e variação da temperatura. O tamanho também se adequaria à distância entre as sepulturas, quatro pés nos lados e dois pés nas extremidades, distância que, associada a uma profundidade de sete pés (quatro a cinco pés no caso de enterro com caixão) para cada cova, facilitava a “refração dos raios miasmáticos”. (REIS, 1991, p. 260).

Com isso, fica de forma explícita a grande contribuição que as novas leis higienistas trouxeram para as pessoas e para as cidades e Vilas. Certamente mudou radicalmente as práticas culturais das pessoas, mas percebe-se que para a saúde em especial, foram mudanças que contribuíram excepcionalmente.

As covas, assim como afirma Philippe Ariès (2012), não são mais covas comuns e coletivas. Os cemitérios vieram modificar e dar valor ao morto, as artes funerárias e as covas únicas são exemplos disso.

Agora o morto tinha que ter a sua própria casa e de forma isolada das demais. Na Idade Média, por exemplo, as pessoas eram jogadas depois que morriam em covas coletivas, não se prestava com frequência as homenagens aos mortos, isso também devido à grande quantidade de mortes que assolava a época. As lutas, as guerras e, sobretudo, as pestes, matavam de forma descarada boa parte das populações, talvez por isso não se tivesse o apego ao morto “O espetáculo dos mortos, cujos ossos afloravam à superfície dos cemitérios, como o crânio de Hamlet, não impressionava mais os vivos que a ideia de sua própria morte. Estavam tão familiarizados com os mortos quanto com sua própria morte”. (ARIÈS, 2012, p. 49).

As pessoas tinham que se preocuparem em manterem-se vivas o máximo de tempo possível, dessa forma, elas evitavam o contato com o morto e falar sobre a morte, a qual aparecia por si só em qualquer hora e com uma grande frequência. Essa era a Idade Média, a morte era mais natural por ser corriqueira, e não se prestava grandes condolências para com o morto. Porém, com o passar dos séculos essa mentalidade foi se transformando.

Os defuntos mais ricos eram enterrados no interior da igreja, não em mais ricos eram enterrados no interior da igreja, não jazigos abobadados, mas diretamente na terra, sob as lajes do chão; seus despojos tomavam também um dia o caminho dos ossários, Não se tinha ideia moderna de que o morto deve ter uma casa só para si, da

qual seria proprietário perpétuo – ou pelo menos locatário por muito tempo –, de que ali estaria em sua casa, não podendo dela ser despejado. Na Idade Média ou ainda nos séculos XVI e XVII, pouco importava a destinação exata dos ossos, contanto que permanecessem perto dos santos ou na igreja, perto do altar da Virgem ou do Santo Sacramento. O corpo era confiado à Igreja. Pouco importava o que faria com ele, contanto que o conservasse dentro de seus limites. (ARIËS, 2012, p. 50).

De acordo com a própria citação acima, é possível analisar como era a morte no período medieval, não se tinha a reza para um morto em específico, mas sim para todos que se encontravam enterrados ali, naquela ou em qualquer outra Igreja, claro que quanto mais perto dos santos e de Deus melhor seria para as almas, por isso que, justamente eram enterrados nas Igrejas e capelas. Ou seja, um costume que vem desde a Idade Média persistiu até o fim do século XIX e em alguns casos até o início do XX.

Por fim, como conseguimos analisar no decorrer deste capítulo, a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, a qual mais tarde se tornaria a atual Paripiranga, passou por grandes transformações em seus espaços físicos e, sobretudo, transformações de mentalidade acerca de várias coisas relacionadas à morte. Verificamos algumas das páginas e personagens mais importantes para o processo de mudança no cenário municipal de crenças, entendimentos e, principalmente, na construção do novo cemitério da Vila.

Visto isso, é importante trabalhar com o jornal *O Paladino* que foi produzido na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité desde 1919 até 1938. Esse impresso trazia discursos variados e descrevia de forma mais aprofundada como era as práticas fúnebres no município e, assim, evidencia a sua importância mesmo que para uma pequena Vila no interior baiano. Além, de tentarmos responder indagações, como por exemplo, se o Padre João de Matos teria sido o único responsável pela construção do novo cemitério da Vila? Ou se teve outras figuras importantes que ajudaram nesse processo de modernização e urbanização da Vila de Patrocínio do Coité? Esses e outros assuntos serão abordados de forma mais aprofundada no capítulo a seguir.

II

OS DISCURSOS SOBRE A MORTE NO JORNAL O PALADINO (1919-1938)

Recordando velhos tempos da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, numa segunda-feira de agosto de 1926 acordaram mais cedo, banharam-se os rostos vestiram uma roupa escura e tomaram um cafezinho com leite e saíram para o cumprimento de um dever religioso e social. Dirigiram-se a praça principal da Vila e atravessando-os as rajadas de vento frio, penetraram na Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, chegaram um pouco atrasados. Ali já se encontravam várias pessoas. O professor Francisco de Paula Abreu com a sua meninada da escola do sexo masculino e a professora Zélia Dias com a do sexo feminino. Por sinal, as duas escolas se defrontavam em alas no recinto da igreja. Entraram e foram ficar nos lugares reservado aos homens. Junto ao Manoel Coelho Cruz; estavam também Isaías Micada Matos, Ismael Quirino, João Carregosa, João do Bombo, Bernadino Barbosa, João Pintado, Henrique de Caleça e Zeca Gonçalves. Poucas senhoritas. Alzira Maynart, Rosaldina Carvalho e Maria Dantas. Entre as madames estavam Dona Joaninha do Coronel Joaquim de Matos, Dona Otacília Ribeiro Dias, Dona Joaninha de Altamirano, Dona Rosalva Cruz e a velha Dodona. Soou uma companhia e todos se voltaram para o altar-mor. O padre João de Matos Freire de Carvalho proferiu no altar o introito, um cântico de entrada que ordinariamente os fizeram dá um pensamento do mistério que fez celebrar. Todos se ajoelharam e a cerimônia continuava. Um pouco mais Atrás, ouviram Dona Joaninha Matos com um terço de rosário, recitando baixinho uma oração, mais ou menos assim. – “Nós pedimos Senhor, pela alma do vosso servo. Por vossa invocação, concedeste perdão aos delitos de todo mundo”. Ali também estava a velha Dodona, vestida de preto, chalé cobrindo a cabeça e de rosário entre os dedos rezava. – “Nós vos pedimos Senhor que livre a alma do vosso servo de todo o vínculo dos seus pecados. Para que na glória da ressurreição, goze entre os vossos santos e entes”. Os homens limitavam-se em fazer silêncio: algumas senhoras abriam “adoramos”; ou missais em qualquer página, os alunos das escolas presentes resmungavam baixinho e se cutucavam. Todos fizeram o sinal da cruz quando o padre proferiu o Ita missa est com velas de sebo, fazia a encomendação. Lançou água benta sobre o pano preto com cruz amarela cercado dos quatro castiçais, repetindo kyrie eléison e aplicando o hissopo ou aspersário com mais força, anunciava o PATER NOSTER. Por fim, dissera o sacerdote “dóminus vobis...” e o Zé Branco respondeu- “Et cum spiritu tuo...”. Estava terminada a Missa mandada celebrar por um falecido no dia 5 do mês anterior. A moral cristã permite e a Igreja autoriza o celebrante aplicar também a sua intenção a fins particulares e aquela missa que se celebrava não era das que se reza pelo bem espiritual ou temporal dos vivos, nem pela glorificação dos santos. Aquela era pela liberação de uma alma no purgatório. Era em favor da alma

daquele que em vida era tão estimado em Patrocínio do Coité e que se chamava Dr. Antônio Ferreira Santos. Foi assim, que naquela segunda-feira 16 de Agosto 1926, os coiteenses assistiram uma Missa de Defunto. (DÉDA, 1958, p. 03).

A narrativa acima é uma crônica do redator do jornal *O Ideal* na cidade de Paripiranga-Bahia, Francino Silveira Déda.

O Ideal era um impresso que iniciou seus trabalhos em 1953 e foi finalizado em 1961, circulava semanalmente aos domingos na cidade e em seus povoados circunvizinhos.

Verificando atentamente a narrativa acima surge alguns questionamentos: Os eventos fúnebres que aconteciam na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité podem ser considerados como importantes meios de socialização? Existiam diferentes discursos nos jornais sobre a morte dos indivíduos mais e menos influentes na sociedade da Vila? Qual a importância dos periódicos, bem como das notas necrológicas trazidas pelos mesmos e seus impactos na sociedade coiteense? Quais questões eram mais recorrentes nas edições? Quais aspectos do cotidiano da comunidade de Patrocínio do Coité são expostos pelos jornais?

Diante disso, o objetivo do capítulo a seguir é analisar a representação da morte no jornal *O Paladino* (1919-1938), de forma a conseguir trazer à luz dos fatos ocorridos, abordando assim os discursos dos homens de imprensa com relação aos assuntos ligados à morte.

2.1 O surgimento do jornal *O Paladino* e suas características

Em seu processo de povoação, a Vila de Patrocínio do Coité contou com a importante ajuda das elites locais, tanto pela aquisição de grandes faixas de terras, quanto pela mão de obra empregada na região. Tudo isso contribuiu de forma significativa para que as pessoas passassem a habitar a região e, assim, desenvolver o lugar nos aspectos populacionais, econômicos e políticos.

Com o passar dos anos as elites locais pensaram em “movimentar” o lugar e atrair cada vez mais os visitantes, o que geraria um enriquecimento cultural e econômico de forma exponencial. Para isso, foi preciso criar um jornal, símbolo do novo conceito de sociedade civilizada.

Sobre isso, Maria Aparecida Prazeres Sanches (1998), observou que a chegada dos filhos dos fazendeiros da região, que por sua vez, estavam estudando nas grandes capitais do Brasil, foi de fundamental importância para a criação da imprensa na Vila de Patrocínio do Coité:

A elite tinha um anseio de transformar o município em lugar agitado e que atraísse visitantes das cidades vizinhas e ainda tinham aqueles jovens que moravam na capital por conta dos estudos e eram acostumados com a agitação da cidade grande e porque estavam de férias no interior, se cansavam com o tédio e buscavam lugares para se divertirem (SANCHES, 1998, p. 27).

Observando esse anseio dos jovens e de boa parte da elite local, em transformar a Vila num lugar mais agitado e mais atraente ao público externo, nasceu no dia 26 de outubro de 1919, na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, o jornal *O Paladino*, fundado por Manoel Coelho Cruz, conhecido popularmente como “Seu Arnô”. Manoel Coelho Cruz era um comerciante, pertencente a mais alta classe social da Vila, o mesmo era dono do Armazém Cotinguiba.

Segundo o autor Juan Kleber Silva Menezes (2020), o jornal *O Paladino* surge, a priori, como um tablete informativo. Sua impressão se dava em prelos de terceiros, de grandes amigos que residiam em cidades vizinhas e tinham tipografia, para assim, entreter uma elite letrada numa Vila interiorana e sem maiores meios de interação social.

Por causa do caráter apolítico do dono do Jornal, o impresso não fazia críticas políticas de forma direta e contundente. Para, além disso, sempre fazia uma autorreflexão sobre os assuntos que foram trabalhados e, assim, verificavam se estavam extrapolando aquilo que foi proposto de antemão. Como bem explica Menezes (2020):

Devido ao caráter apolítico do proprietário do jornal, ele não tecia críticas explícitas ou veladas à política local, eram feitos no fim de cada ano o balancete da Intendência Municipal para conhecimento do público leitor e nos anos de eleições municipais eram publicadas

as plataformas dos dois candidatos dos únicos partidos existentes na cidade, que adotavam os epítetos de “Péba” 8 e “Cabaú” 9 . Desenlaces políticos só a nível mundial pela ótica do professor Francisco de Paula Abreu, que fazia enormes comentários que ilustravam a política da República Velha e principalmente as condições que se encontravam os países europeus no pós Primeira Guerra Mundial. (MENEZES, 2020, p. 21).

O jornal *O Paladino*, em suas notas, espelhava, principalmente os conceitos de uma sociedade letrada que procurava na cultura e na sociabilidade, demonstrar a evolução de uma sociedade interiorana. Nas suas páginas, sempre trazia elementos de diversão e de entretenimento tal como as notas que se referiam ao “THEATRO YPIRANGA”, onde sempre as pessoas se reuniam para ter um momento de lazer e de descontração, através das encenações teatrais feitas por trupes que vinham de fora da região. O jornal *O Paladino*, em 9 de julho de 1922 anuncia que:

THEATRO Estréia da Troupe Modesto Souza Desde ante-hontem a nóite encontra-se nesta Villa, a Troupe Modesto Souza, a fim de proporcionar a nossa população alguns espetáculos. [...] Levando em consideração o variado repertorio que possui e attendendo aos elogios que os precedem de crer seja a noite de hoje cheia. O exaustivo e variado programma do espetáculo de hoje, encita que todos accorram á nossa casa de diversão. (O PALADINO, 09/07/1922, p. 03).

Segundo os autores Vinicius Gonçalves Carneiro e Marialva Barbosa (2012), jornais dessa natureza, mantinham um conceito de neutralidade política e enalteciam a identidade local e as questões noticiosas, buscando assim, agradar uma maior quantidade de pessoas, fossem elas de qualquer lado político.

O Paladino tinha como característica principal as publicações elogiando as grandes figuras da terra, as suas boas ações, e assim foi moldando um conceito maior de identidade do lugar. As pessoas gostavam de ler o jornal e acima de tudo podiam ver elogios aos seus patrões, filhos, amigos dentre tantos outros que eram lembrados pelo periódico de forma corriqueira.

A elite seja ela de qual lado político fosse se sentia representada por uma imprensa que os dava visibilidade. Filhos de coronéis e fazendeiros sempre mandavam cartas para serem publicadas nos jornais e assim manter um contato, tanto com os homens de imprensa, como também com os próprios familiares e com seus parentes e amigos. Além, das notícias enviadas pelo telégrafo, essas vindas de

várias partes do Brasil e da Europa, o que de fato mantinha os homens de imprensa bem informados sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo.

Depois do século XIX e início do XX, a imprensa brasileira passou a fazer notícia de forma mais diversificada, onde antes só se falava de política e economia, passou a entrar em pauta assuntos como moda, fofocas, lazer, cultura, festas e tantas outras formas de manter a sociedade bem informada.

Para, além disso, a imprensa passou a ser uma forma de ganhar muito dinheiro com a divulgação dos negócios e comércios, como bem explica a autora Beatriz Dornelles (2005):

Tendo como referencial as informações dos associados da ADJORI, entende-se por “jornal interiorano” o produto impresso de uma empresa ou microempresa jornalística, constituída juridicamente na Junta Comercial de seu município, regida pelo ativo e passivo, tendo por objetivo o lucro, através da comercialização publicitária, venda de assinaturas e venda avulsa (DORNELLES, 2005, p. 57).

Como podemos observar, com base na citação de Dornelles (2005), é possível compreendermos que na Vila de Patrocínio do Coité e, posteriormente, em Paripiranga-Bahia, a imprensa passou a virar empresas e contratar cada vez mais funcionários, e os seus principais lucros advinham, sobretudo da divulgação comercial, para além dos assinantes que pagavam semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente.

2.2 Produção inicial do periódico e suas principais dificuldades

O jornal *O Paladino* era conhecido pelo seu tom saudosista e eufemístico em tratar as pessoas e os lugares do Brasil e do mundo. Com base nas notas comemorativas cheias de elogios ao seu fundador Manoel Coelho Cruz, nota-se que a sua criação já era um sonho antigo desse ilustre personagem da Vila de Patrocínio do Coité, e foi impulsionada pela influência de parentes e amigos pertencentes à elite local.

O Paladino deixa tudo isso de forma explícita na edição de 03 de dezembro de 1922:

Manoel Coelho Cruz “[...] Vencendo dificuldades de todo o gênero, realizou o seu nobilíssimo ideal, e hoje tem a satisfação de ver O Paladino, impresso em prelo próprio e, a cada dia, aumentando o âmbito de sua circulação. Espírito yankee, infatigável, Manoel C. Cruz nada vê que lhe possa entibiar o animo e antevê os melhores destino para O Paladino, seu filho intellectual e ao qual dedica todo o seu carinho. Ao nosso querido director um amplexo fraternal, com votos de imperecíveis felicidades”. (*O PALADINO*, 03/12/1922, p. 03).

A priori, o jornal não era produzido na oficina do seu próprio dono, muito pelo contrário era impresso nas oficinas do periódico “A LUCTA” da vizinha cidade de Simão Dias, pelos seus amigos que eram os donos da dita tipografia. Como bem explica a edição de 22 de julho de 1923:

O Paladino, que é o único jornal da zona nordeste da Bahia, veio á luz da publicidade no domingo 26 de outubro de 1919, de – formato muito reduzido, e sendo editado na typographia dos nosso gentis collegas d’ A Lucta da visinha cidade sergipana de Simão Dias. Foi um dia de festa para a terra: musicam, parabéns, tudo isso veio provar que a nossa empresa não era descabida. Chegavamos a tempo. Se alguma nota dissonante havia já nessa longínqua epocha, não se manifestava. Passamos o dia sem dissabores; estes vieram depois, mais nós o suffocamos no intimo do peito. 16. (*O PALADINO*, 22/07/1923, p. 03).

É notável que o impresso foi recebido pela população da Vila de Patrocínio do Coité com euforia, pois se tratava de uma imprensa que viria para trazer cultura, notícias e tantas outras coisas boas para a sociedade.

Em se tratando das suas características iniciais “os números do ano de 1919 e 1920 contavam com um tamanho de folha totalmente pequeno e de péssima qualidade, era um papel de espessura fina e áspera, trazendo a lume todas as dificuldades narradas pelas notas” (MENEZES, 2020, p. 24). No mesmo jornal de 22 de julho de 1923, o redator diz:

Em novembro de 21 augmentamos o formato, passando O Paladino a ter a mesma dimensão de A Lucta. A proposito, rendemos aqui publica homenagem, um preito de estima ao solícito moço Snr. Emilio Rocha, redactor proprietário da A Lucta, nosso incansavel editor durante 2 annos e meio. Sem o seu auxilio efficacissimo; seria impossivel iniciarmos a nossa empresa. Honramo-nos com essa filiação! (*O PALADINO*, 22/07/1923, p. 03).

No ano de 1921, *O Paladino* conseguiu aumentar as folhas de impressão, aumentando assim, a dimensão do periódico. Agradecendo aos conselhos do redator do jornal “A LUCTA” da cidade vizinha de Simão Dias, Êmilio Rocha, que ajudou o impresso *O Paladino* entre os anos de 1919 e 1921.

No dia 05 de março de 1922, *O Paladino* adquiriu prelos próprios e uma propriedade para funcionar sua tipografia. As oficinas funcionavam numa extensão do Armazém Cotinguiba do seu proprietário Manoel Coelho Cruz. Dentro do próprio jornal, tinha as notas explicativas sobre as grandes dificuldades de impressão, já que eram máquinas manuais o que dificultava a impressão em larga escala.

Percebem-se também as notas em que o seu proprietário Manoel Coelho Cruz, relata as grandes dificuldades na produção e divulgação do jornal *O Paladino*. E ressalta que mesmo com todos os empecilhos continuou com o seu sonho de tornar *O Paladino* um periódico de sucesso dentro da sociedade da Vila e também reconhecido por toda região. Sobre essas e outras questões relacionadas à imprensa em Paripiranga-Bahia, Oliveira (2016), afirma que:

Na Paripiranga do início do século XX, ler jornal era um hábito impregnado de significados, e o principal deles era que a esmagadora maioria dos leitores eram brancos, alfabetizados e pertencentes à camada mais abastada da população. O jornal nesse sentido, não apenas transmite informação, mas também dissemina ideias e reflete pensamentos de forma implícita ou explícita (OLIVEIRA, 2016, p. 17).

O Paladino era lido basicamente por uma elite local, não sendo alcançado pelas classes mais baixas da sociedade Coiteense. Mesmo assim, é notório que o periódico lançou sobre a sociedade do período estudado, uma “luz” de civilização e de cultura, para além de ser uma forma de entretenimento. Inclusive, abordando assuntos de cunho religioso e fúnebre, assuntos que antes só eram abordados pela Igreja Católica e pelos padres. Dessa maneira, podemos observar que a morte não era ferramenta exclusiva de debates eclesiais, mas também, dos homens de imprensa que se interessavam pelo assunto cada vez mais, ressaltando ainda os poemas, as notas necrológicas e tantos outros textos que se referiam à morte direta ou indiretamente.

Este trabalho dissertativo tenta mostrar justamente isso, a importância dos jornais na produção e propagação dos assuntos relacionados às representações da

morte, além de mostrar uma forma de representação dos homens de imprensa acerca dos assuntos fúnebres. Este capítulo, em específico, tentará abordar essas e outras características do impresso e, assim, verificar que não somente o Padre João de Matos e a Igreja Católica Apostólica Romana foram os únicos responsáveis pela mudança e construção do novo cemitério na Vila de Patrocínio do Coité e de outros tantos assuntos fúnebres, mas que também os jornais e os homens de letras que neles trabalhavam tiveram um importante papel social no desenvolvimento e adaptações dos processos funerários.

2.3 Os eventos fúnebres como meio de socialização

Através das crônicas de Francino Silveira Déda foi possível compreender como eram as principais características do dia a dia numa Vila no interior baiano, sobretudo, ressaltando o seu lado religioso que predominava nos hábitos frequentes da mesma. As pessoas eram muito religiosas e sempre participavam de eventos dessa natureza, desde uma missa até o cortejo fúnebre e, conseqüentemente, o momento do enterramento.

Em lugares pequenos como Patrocínio do Coité todos esses acontecimentos fúnebres ganhavam ainda mais destaque no meio social, pois, não se tinha outras tantas opções de reunião social, salvo nas praças, na igreja ou no cinema que surgiu posteriormente, todavia, as principais formas de reunir grande quantidade de pessoas era através dos eventos fúnebres, assim, como aponta Rafael Santa Rosa Cerqueira:

Com poucos eventos sociais capazes de mobilizar uma grande leva de pessoas, a morte para a sociedade durante a República Velha tornou-se um dos principais meios de interação social, nela, não somente os amigos e familiares acompanham o defunto no seu último momento, caso este fosse uma figura eminente diferentes estratos sociais se faziam presentes, ora para ver, ora para serem vistos nesse acontecimento social aberto a qualquer pessoa. (CERQUEIRA, 2014, p. 19).

Podemos destacar dois tipos de frequentadores desses eventos fúnebres, aqueles que iam prestar a solidariedade aos parentes e amigos do finado e ao próprio finado e aqueles que iam exclusivamente para conversar com os amigos, e

por mais incrível que se pudesse imaginar essas conversas eram sobre o próprio cotidiano, sobre política em alguns casos e quase nunca sobre a vida e as boas ações do falecido. Esses fatos evidenciam, sem sombra de dúvida, que os eventos fúnebres eram meios de grande socialização.

A representação da morte de forma coletiva vem mudando com o passar dos anos e, conseqüentemente, com o passar da história, porém, essas mudanças, são, por sua vez, mudanças no campo mental das pessoas e por isso ultrapassam grande período de tempo para se concretizarem de fato, além de demonstrar, também, as mudanças dos vivos para com os mortos, assim, como relata Suelayne Oliveira Andrade (2019):

Ao entender que existem várias regras sociais que condicionam o modo de viver, é possível que estas venham a interferir no modo de morrer, ou mesmo, no modo como a sociedade idealiza a morte. Assim, da mesma maneira que a cultura tem em sua representação elementos dominantes, os quais apontam os comportamentos na forma de se comunicar e de viver em sociedade as práticas diante da evidência da morte e como os vivos lidam com ela, também possuem uma carga simbólica que revela as ideologias contidas em uma sociedade em determinado tempo. (ANDRADE, 2019, p.19).

Na Idade Média, por exemplo, a morte era vista de uma forma completamente diferente da atual, em sua grande maioria os corpos eram enterrados em valas comuns e sem identificação, por outro lado, também não se tinha a pompa e a exclusividade dos novos mausoléus. A ideia de se rezar exclusivamente para um indivíduo era quase que nula. Posteriormente surge uma morte mais moderna com o fim das covas comuns, a partir daí as pessoas poderiam chorar seus mortos de forma individual, ou seja, cada finado ficava em seu próprio túmulo em um espaço determinado. Isso tudo parte de uma ideia de comercialização fúnebre, dessa forma, mesmo que os novos cemitérios sejam públicos os túmulos são individuais e poderiam ser decorados da forma que os parentes do extinto assim desejassem. Visto isso, Philippe Ariès (2012) afirma:

A opinião comum quis conservar os mortos em casa, enterrando-os em propriedade da família, ou ter a possibilidade de visitá-los, caso estivessem enterrados em um cemitério público. Para ter esta possibilidade, deviam estar em sua própria morada, o que não era o caso na prática funerária tradicional, em que ficavam na igreja. Antigamente, enterrava-se diante da imagem de Nossa Senhora, ou

na capela do Santo Sacramento. Agora, queria-se não só que se voltasse ao lugar exato onde o corpo havia sido colocado, mas também que esse lugar pertencesse, como propriedade exclusiva, ao defunto e a sua família. Foi então que a concessão da sepultura tornou-se uma certa forma de propriedade, subtraída ao comércio mas com perpetuidade assegurada. Foi uma grande inovação. Vai-se, então, visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um parente ou a uma casa própria, cheia de recordações. (ARIËS, 2012, p. 77).

A estrutura muda completamente e a morte, além do próprio túmulo deixam de ser vistos como um espaço tenebroso, a partir desse momento as pessoas passaram a frequentar mais os túmulos dentro dos cemitérios e os próprios padres começaram a realizar missas nesses locais. Sobre isso Cerqueira (2014) descreve:

A deliberação que culminou com a transferência dos enterramentos do interior e ao redor das igrejas para os cemitérios acabou mudando todo o convívio entre vivos e mortos que se dava de forma harmoniosa e cotidiana dentro das igrejas nos diferentes ritos e celebrações que ocorriam. Entretanto, a criação de necrópoles reafirmou o culto aos mortos no dia 02 de novembro – dia de finados –, afinal agora as visitas aos entes e amigos que se foram possuem um horário específico. Desse modo, o jornal do Coronel Apulchro Motta fez questão de em 01 de novembro de 1912 lembrar do culto aos mortos comemorados no dia seguinte, salientando que “ninguém que tenha um parente ou um amigo que daqui se foi, deixará de fazer uma visita ao azylo dos mortos, como uma recordação dos dias vividos na mais doce comunhão.” Ora, a data destinada a celebração dos mortos proporcionou uma consciência de que todos os vivos deveriam rememorar os dias compartilhados com aqueles que se foram tornando-se uma obrigação – reproduzida pela imprensa – de celebrar e respeitar a memória daqueles que morreram. (CERQUEIRA, 2014, p. 19).

De forma geral, o que pretendemos dizer é que as mentalidades medievais com relação à morte e aos mortos sofreram rupturas e/ou processos de transição que hoje em dia nem imaginaríamos e, principalmente, relacionados ao público que vai ao evento fúnebre.

No início do Brasil República de forma mais específica, o público que vai aos processos fúnebres começa a sofrer mudanças comportamentais durante tais acontecimentos; como já fora citado anteriormente, a morte e seus eventos era espaço exclusivo da dor e da saudade, depois dessas transformações o público passou a se portar de forma mais distante daquela que seria a solidariedade e condolências, principalmente quando incluimos as grande capitais do Brasil, ou seja,

tivemos, no período republicano um afloramento político, ou até mesmo um sentimento político que vai, por sua vez, acarretar nas características do público que frequenta os eventos fúnebres.

A partir daí começamos a verificar com frequência a presença de políticos e de várias pessoas importantes no meio social, essas pessoas na sua grande parte iam falar sobre política e economia, e em outros casos a própria aparição no evento fúnebre seria um ato político, já que nesses eventos não se têm o controle de quem os frequenta, ou seja, quanto mais pessoas, por exemplo, acompanharem um cortejo fúnebre, mostrará que o finado tinha muitos amigos durante sua vida e que por isso era muito querido e merecia sim ter uma grande quantidade de pessoas o acompanhando nesse momento derradeiro.

Os políticos e pessoas mais influentes no meio social quando iam para as sentinelas e aos cortejos fúnebres, além do próprio processo de enterramento, que não pertenciam nem a parentes e/ou amigos, fazia como forma de aparecer ao público local e conquistar um maior afeto da população. Esse tipo de coisa passou a ser muito frequente durante a República velha e se afluou ainda mais depois de 1930.



Figura 8: Cortejo fúnebre Saindo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, no ano de 1961.
Fonte: Acervo pessoal de Robério José Santos Junior. Paripiranga-Bahia. 2016.

De acordo com a imagem acima podemos concluir que se tratava de um cortejo fúnebre de alguma pessoa querida na cidade de Paripiranga-Bahia, desta maneira podemos observar na imagem pessoas bem vestidas, alguns de terno, pessoas mais simples, e que todos juntos nos mostram um pouco sobre o que foi abordado em termos de socialização e, principalmente, em termos de aparição política nos eventos fúnebres.

Como as pessoas enxergavam os políticos que participavam dos eventos fúnebres? Bem, a grande maioria das pessoas sabiam que a depender das condições financeiras do finado e da amizade que existia entre o mesmo e o político ou a falta dela, chegavam a conclusão de que o indivíduo político só ia para os eventos fúnebres para justamente fazer políticas de forma indireta, ou seja, prestar condolências e pêsames aos parentes e amigos do finado, mesmo não o conhecendo enquanto era vivo; então podemos concluir que esses políticos iam para tentar ganhar um pouco mais de prestígio e de amizades no meio popular, sobretudo, com aquelas pessoas que tinham uma certa influência no meio social, como por exemplo, os pequenos comerciantes e fazendeiros, pessoas essas que seriam os cabos eleitorais dos grandes políticos nas Vilas e nas cidades.

Como já sabemos, desde os primórdios da humanidade todos nós morreremos um dia, possamos ser ricos, pobres ou miseráveis. No entanto, a classe política aparecia com maior frequência nos enterros das pessoas mais ricas das Vilas e cidades. A pompa, a estrutura e o número de participantes, além do nível de classe social bem mais alto do que nos processos fúnebres de uma pessoa pobre, atraíam cada vez mais os políticos que iam em busca de futuros apoios nos processos eleitorais.



Figura 9: Cortejo fúnebre Saindo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, no ano de 1961.
Fonte: Acervo pessoal de Robério José Santos Junior. Paripiranga-Bahia. 2016.

A morte era diferenciada nos seus aspectos de preparação e até mesmo com relação à própria necrópole que ia se enterrar o defunto; o luxo que a morte proporcionava para o indivíduo era algo exclusivamente de representação dos vivos para com os mortos, já que, os finados estavam em outro plano que não o terreno, dessa forma, presumi-se que todo o luxo do processo fúnebre, ou melhor, do seu próprio processo fúnebre, não poderia ser visto pelo mesmo.

De toda maneira, as famílias que tinham uma boa condição não abriam mão de ter um enterro grande em seus aspectos de ornamentação e sobretudo em elevados números de participantes, quanto maior fosse o número de pessoas nos enterros maior era o prestígio do finado e/ou de sua família por inteiro. Mas, como já explicitamos neste trabalho, as atitudes diante da morte vêm sofrendo alterações, mesmo que seja em um longo período de tempo, pois, a partir da segunda metade do século XX a ciência e a medicina proporcionaram uma maior possibilidade de cura, dessa maneira, os rituais mais pomposos foram sumindo gradativamente, visto que, o enfermo ou moribundo não tinham mais o tempo necessário para planejar o seu próprio processo fúnebre, agora os levam para os hospitais onde ficam sedados

e esperam uma morte sem sofrimento e dor, e isso é ainda mais forte em nossa sociedade contemporânea. De acordo com Andrede (2019):

[...] Apresenta-se ainda como as formas de vivenciar a morte foram transformando-se com o avanço científico, além de observar como a possibilidade de cura afastou cada vez mais o doente dos rituais pomposos que a tradição religiosa manifestou durante séculos. (ANDRADE, 2019, p. 26).

Resumindo tudo isso, podemos concluir que os eventos fúnebres eram sim meios de socialização, e para além disso, eram eventos, intrinsecamente, políticos, pois reunia várias pessoas e alguns políticos que iam para esses eventos em busca de se consolidarem no cenário local e para ficar mais próximo dos seus eleitores. Podemos dizer que funcionava, visto que, as pessoas não reclamavam pelo simples fato de um político/uma figura pública ir a um velório e depois acompanhar todo o processo de enterramento.

Quando falamos de morte e de religiosidade estamos nos referindo a mentalidade em conjunto, mentalidades essas que podem odiar, amar, questionar ou aceitar determinadas condutas e/ou transformações por força de leis, sejam elas de cunho eclesiástico ou judicial.

2.4 Os diferentes discursos sobre a morte dos indivíduos mais e menos influentes na sociedade da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité

A morte é também um momento em que podemos enxergar a luta de classes de forma indireta, no seu momento mais sombrio, o momento derradeiro de uma pessoa. Na Vila de Patrocínio do Coité não era diferente, podemos observar que as estruturas funerárias variam muito de pessoas para pessoas, nesse âmbito é possível realizar algumas investigações sobre esses processos que envolvem a religiosidade, o materialismo e as diferentes representações dos vivos para com os seus mortos.

Na Vila do Patrocínio do Coité no início do século XX começaram a chegar novas estruturas no que dizem respeito aos processos fúnebres, as práticas de enterramento foi sofrendo transformações com o passar dos anos e algumas

práticas ritualísticas de encomendação das almas bem como do tratar o corpo do finado para o seu sepultamento.

Com isso, a construção de um novo cemitério no lugar trouxe também um aumento no mercado funerário, mercado esse que passou a se consolidar em todo o território nacional. Passou a existir o conceito de boa morte ou morrer bem; de toda maneira sabemos que os finados não escolhiam as ornamentações do seu próprio velório, salvo naqueles casos em que o indivíduo estava em estado de moribundo e com a sua consciência e sua fala propícios para pedir tais coisas. Em alguns casos o próprio enfermo pedia para algum familiar anotar tudo aquilo que queria que fosse realizado depois da sua partida, desde a cor do caixão até a quantidade de missas que deveriam ser realizadas em prol da sua alma.

A partir dessa análise, podemos dizer que as representações da morte eram feitas em sua grande maioria pelos vivos e em alguns casos iniciada pelo próprio morto antes da sua partida. E que esse conjunto de simbologias formou as práticas ritualistas de enterramento não só na Vila do Patrocínio do Coité, mas também em grande parte do Brasil.

Logicamente temos que nos lembrarmos de que nem todo indivíduo em uma sociedade possui os bens materiais para ter uma boa morte, nesse caso a pompa e as práticas fúnebres poderiam sofrer alterações de pessoas para pessoas. Não obstante conseguimos analisar essa mesma questão em nossa sociedade contemporânea, onde o número de pessoas nos velórios varia muito e, claro, a estrutura funerária também.

Porém, anteriormente a segunda metade do século XX, os testamentos faziam parte de um processo no qual o finado havia deixado tudo aquilo que queria explicitado a próprio punho e/ou escrito por outras pessoas e assinado pelo mesmo. Nos testamentos o moribundo geralmente colocava os seus bens e sua distribuição aos herdeiros, e também em alguns casos descrevia como queria o seu enterro. Então, dessa maneira, o testamento é uma forma da pessoa fazer, por hora, seus últimos atos na vida e também tratar da sua própria encomendação da alma, assim como Ariès (2012) descreve:

Também cabia a cada um expressar suas ideias, seus sentimentos, suas vontades. Para isso, dispunha-se de um instrumento: o testamento. Do século XIII ao século XVIII, o testamento foi meio

para cada individuo exprimir, frequentemente de modo muito pessoal, seus pensamentos profundos, sua fé religiosa, seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, bem como as decisões que havia tomado para assegurar a salvação de sua alma e o repouso de seu corpo. O testamento era, então, mais que um simples ato de direito privado para transmissão de sua herança, um meio para cada um afirmar seus pensamentos profundos e suas convicções. O objetivo das cláusulas piedosas, que por vezes constituíam a maior parte do testamento, era o de comprometer publicamente o executor testamentário, a *fabrique* e o padre da paróquia ou os monges do convento, e, assim, obrigá-los a respeitar as vontades do defunto. (ARIÈS, 2012, p. 71).

Hoje em dia são gritantes tais diferenças entre o velório e até mesmo as necrópoles onde se enterram as pessoas, e voltando para o nosso recorte temporal e espacial essas diferenças eram ainda mais escancaradas. No enterro de uma pessoa rica ou muito bem quista na sociedade da Vila do Patrocínio do Coité era comum que os jornais *O Paladino* e *O Ideal* anunciassem antes mesmo da morte da pessoa o seu estado de saúde, ou seja, quando uma pessoa se encontrava enferma, as páginas dos impressos sempre traziam uma parte na qual se demonstrava a solidariedade dos donos dos periódicos para com o indivíduo que se encontrava naquele estado; depois dessa primeira chamada de como estava a saúde da pessoa enferma, sempre atualizavam a situação semanalmente caso piorasse e em muitos casos até o momento do seu falecimento.

Depois disso, o próprio jornal tratava de espalhar a notícia do prestigiado ou prestigiada que viera a falecer naquela Vila, além de anunciar tudo de forma detalhada ainda colocava-se em alguns casos poemas para homenagear o finado, resumindo, as notas de necrologia dos ricos eram bem mais pomposas do que as notas dos pobres e/ou pessoas menos influentes naquele meio social. Além, de explicitar melhor a vida do finado:

Faleceu na manhã de quinta feira, sendo inumada na manhan seguinte, d. Silvina de Aquino, digna esposa do sr. Cap. Jacintho José de Aquino. A extincta, victma de cruéis sofrimentos que na muito traziamn, a preza ao leito, veiu a sucumbir não obstante os cuidados médicos. Deixa ella numerosa prole, em cujo numero d. Josepha de Aquino Mattos. Esposa do sr. Manoel Antônio de Carvalho, mãe dos srs. Jose Aquino e doutorando em medicina João Antônio de Aquino. Pêsame á digna família. (*O PALADINO*, 01/08/1926, p. 05).

Continuando a verificação de anunciações de mortes nos jornais, de uma pessoa rica ou influente no meio social; era comum também as notas de convite para as missas de sétimo dia, e sempre trazendo os vastos elogios sobre o finado, enaltecendo a figura que o mesmo fora um dia e suas amizades naquele meio social. Por fim, a morte e até mesmo antes dela os donos dos impressos já representavam a figura que os mesmos conheciam e prestigiavam. Em alguns casos até banda de filarmônica participava dos cortejos e recitavam cânticos religiosos no percurso até o cemitério, assim como a nota necrológica abaixo demonstra:

Rendeu alma ao credor, às 21 horas de domingo passado 21, a senhorita d. Adalgisa Trindade, victima de padecimentos que, de há muito, a traziam presa ao leito de dor. A inhumação realizou-se na manhan de 22, figurando no préstito fúnebre muitas senhoritas, numerosos cavalheiros, tendo comparecido também a filarmônica local. Aos srs. Ismael e Arthur Quirino da Trindade, irmãos da extinta, e aos demais membros da família nossas expressões de pesar. (O *PALADINO*, 09/01/1926, p. 05).

Banda essa que fazia parte de eventos fúnebres e também eventos festivos na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, sobretudo as festas missais da Paróquia.



Figura 10: Evento festivo na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Participação da banda de música Lira Coiteense. Década de 1940.

Fonte: Acervo pessoal de Roberto Santos de Santana. Adustina-Bahia. 2020.

Em contrapartida, a morte de um pobre ou pessoa menos influente no meio social recebia menos destaque e na maioria das vezes ninguém sabia que o indivíduo se encontrava enfermo, pois, os jornais não anunciavam; claramente essa informação só era conhecida entre os parentes e amigos da pessoa que se encontrava em enfermidade e/ou em estado de moribundo. Nesse âmbito, após o falecimento da pessoa, se o impresso o noticiasse, essa nota necrológica seria bem menor e sem a pompa da anúncio da morte de uma pessoa rica ou benquista pela sociedade, assim como aponta a necrologia abaixo:

A 26 do expirante faleceu em Lagoa Preta o sr. João Thomaz de Sant'Anna. Contava 80 anos de idade e era pae do sr. Victorino Thomaz de S` Anna e sogro do sr. Jovino Thomaz de Sant` Anna. (O *PALADINO*, 07/08/1927, p. 05).

A necrologia de um pobre, caso fosse noticiada pelos jornais, seria breve e direta, sem tanta comoção por parte de quem a escreveu, não causaria tanto sentimento aos leitores, claramente a ideia não era se aprofundar nas qualidades do finado, seria nesse caso, uma anúncio de forma seca e direta. Além do mais, o velório e o cortejo fúnebre, em sua grande parte não eram postos nas páginas do periódico, essas coisas eram feitas pelos parentes e amigos do morto de forma oral. A estrutura era completamente diferente, o tipo do caixão, o forro do caixão, o espaço do velório e por último o local do sepultamento.

Os homens de imprensa, ou seja, aqueles que trabalhavam nos jornais tinham um apego ao político, na realidade tudo que era escrito em um periódico era pensado e tinha um viés político ou elitista, salvo nos casos dos impressos das causas operárias, mas que de fato não era maioria durante o Brasil da República oligárquica.

Na realidade, grande parte dos periódicos produzidos nessa época era da classe alta da população, dessa forma eles eram, sem sombra de dúvidas, detentores da escrita e da opinião pública, e isso se reforça nos casos onde só existia um jornal, de forma a não ter outro ponto de vista para concorrer com os donos daquele impresso.

A população, nesses casos, era refém das notícias e do ponto de vista dos homens de imprensa que trabalhavam naqueles impressos, a sociedade era espelhada nos jornais, ou seja, os periódicos lançavam a sua própria luz sobre

determinada sociedade. Essa era a imprensa da primeira metade do século XX, homens de imprensa, intelectuais e que geralmente estavam inseridos num determinado grupo politizado, automaticamente os impressos também tinham um viés político. Sobre isso, Goodwin Jr (2007) compreende que:

O jornal assim entendido deixa de ser mero “repositório da verdade” para ser visto como *documento*, registro humano das vivências de certos grupos em certos lugares num certo tempo. Registros produzidos por um conjunto de pessoas, as quais interpretam essas vivências de acordo com alguns pressupostos, procurando dar coerência aos seus registros, e propondo-os a outras pessoas como seus registros. Aqui, um jogo de palavras que o português permite: “seus registros” tanto podem significar “os registros do grupo que produz”, como “os registros dos grupos que recebem”. Esta ambigüidade, aqui, é proposital, pois nela reside, exatamente, a força da imprensa: a transformação de um ponto de vista específico (“do grupo que produz”) num ponto de vista universal (“dos grupos que recebem”). (GOODWIN JR, 2007, p. 76-77).

Assim como afirma Goodwin Jr (2007), os jornais são produtos históricos de uma determinada sociedade, os mesmos não somente participam da dinâmica social, mas também, lançam sobre ela o seu ponto de vista, a sua opinião e na maioria das vezes a sua “verdade” sobre a sociedade, que na maioria das vezes os reproduzia de forma automática. O mesmo autor ainda afirma:

Estudar a atuação da imprensa em um momento específico, num dado recorte espaço-temporal, é estudar as relações de poder dentro de uma sociedade, que moldam a compreensão que esta sociedade tem de si, e do próprio momento que vive. Abordar a imprensa como campo de estudo é, para além da história da técnica jornalística, uma história social: nela estão presentes elementos do jogo de forças que atuam num momento histórico – com destaque para as elites que controlam a escrita e a produção do jornal”. Pois se o jornal é o produto de escolhas, recortes e seleções, estas não são apenas condicionadas pelo contexto histórico, pela sociedade que recebe o jornal. Elemento forte nesse processo é a postura do jornal, ou dos grupos que nele se apresentam; dito de outra forma, o jornal é a encarnação visível de uma proposição ativa, dos interesses e propostas de grupos que nele se apresentam, e apresentam suas propostas, à sociedade que o recebe. A imprensa não apenas recebe o reflexo da sociedade, mas também projeta sua própria luz sobre ela. Assim, o estudo da imprensa é o estudo do diálogo entre os grupos que produzem um determinado periódico, os outros grupos com os quais estes interagem, e o contexto histórico da sociedade na qual esse diálogo/embate se trava. (IDEM, 2007, p.77-78).

Entretanto, essas não eram as apresentações dos jornais, nem no Brasil e muito menos na Europa, na verdade os periódicos sempre se diziam servidores das sociedades em que os mesmos estavam inseridos, dessa maneira, seriam imparciais e bem organizados, prezando assim, pela verdade inabalável; e tudo isso, toda essa “credibilidade” dos impressos eram personificadas nas figuras dos homens de imprensa, intelectuais que trabalhavam na sua grande maioria em outros serviços, mas que se debruçavam também na produção dos jornais. Então, essa era a imagem que os donos desse meio de comunicação queriam passar para a população:

Que imagem é essa? Parece ser característica geral da imprensa brasileira, como de resto também da imprensa européia, a pretensão de ser guia e orientadora moral da sociedade. Para tanto, a imprensa deve apresentar-se não apenas melhor qualificada – e para isso servem as credenciais dos *homens de imprensa*, bem preparados – mas, acima de tudo, como sendo capaz de evitar os desvios causados pelos jogos de interesse presentes na sociedade. Uma das maiores prerrogativas da imprensa para reivindicar o papel de guia moral da sociedade é, portanto, o exato oposto do que se argumentou até aqui. Se a produção do jornal é trabalho seletivo, no qual atuam interesses e poderes, a imprensa precisa apresentar-se como o contrário disso: “espaço neutro, balizado apenas pela verdade dos fatos”. Embora haja exceções: a imprensa operária, por exemplo, assumia quase sempre sua perspectiva classista. Embora esse tipo de imprensa não seja o enfoque deste trabalho, convém lembrar que há algumas características comuns entre o jornal dos movimentos de trabalhadores e a imprensa produzida pelas elites letradas, especialmente sua pretensão à posição de vanguarda e liderança da sociedade. (GOODWIN JR, 2007, p. 81-82).

Continuando com a análise sobre os diferentes discursos relacionados à morte, o campo santo onde as pessoas eram enterradas na Vila de Patrocínio do Coité, depois da construção do novo cemitério, ainda na primeira metade do século XX, ricos e pobres eram enterrados no mesmo cemitério, entretanto, as estruturas individuais eram completamente opostas; os pobres em sua grande maioria eram enterrados nas covas, em caixões pouco luxuosos, ou até mesmo sem luxo algum e depois se colocava uma cruz que quando muito tinha o nome do finado e as datas de nascimento e de morte.

Diferentemente disso, os mais ricos eram enterrados num caixão bem mais luxuoso, em mausoléus bonitos para a época e traziam várias representações do finado; as imagens dos indivíduos passaram a fazer parte das lápides, fotografias

que representam o que aquele corpo já foi um dia, os ricos morrem em seu estado biológico, mas as famílias faziam o possível para continuar o representando e lembrando daquilo que o mesmo foi um dia, em alguns casos incluindo construir uma capela onde passaria a enterrar os seus parentes mais importantes, como por exemplo, no caso que aconteceu no distrito de Queimada, em Patrocínio do Coité.



Figura 11: Capela que marca a fundação de Queimada, distrito da Vila do Patrocínio do Coité. Construída pelo cidadão Justino Correia de Andrade. Década de 1905.

Fonte: Acervo Pessoal de Roberto Santos de Santana. Adustina-Bahia. 2020.

Chegamos à conclusão e muitas pessoas também acreditam, que o morrer é algo relativo para os que ficam, ou seja, a memória dos vivos para com os mortos pode ser uma forma de representá-los e de cultuá-los em vida, o que o finado fez, a vida que o mesmo levou, pode ser fonte para trazer à baila as suas boas ações e o seu viver no meio social. Nessa perspectiva, podemos dizer que nesse sentido a morte se equipara entre os ricos e os pobres, já que todos nós podemos ser objetos de representação e de memória entre os vivos.

Dessa maneira, podemos observar que em Patrocínio do Coité os discursos muito influenciavam nos processos fúnebres, os jornais eram detentores de uma narrativa sobre os finados e, claramente, quando a narrativa era positiva para a família do finado ninguém reclamava ou questionava os produtores dos jornais, muito pelo contrário, aumentavam-se as amizades entre homens de imprensa e população.

Os veículos de comunicação possuem grande influência sobre uma determinada sociedade, se hoje em dia temos os jornais eletrônicos, a televisão, o rádio e a internet no geral, naquela época os periódicos eram os principais meios de construção de uma narrativa unitária e que influenciava não só em assuntos religiosos e, conseqüentemente, fúnebres, mas também influenciavam em assuntos políticos, principalmente em se tratando de uma Vila no interior baiano onde se dava ainda mais credibilidade aos redatores dos jornais e aos próprios impressos, além de não existir veículos que concorriam entre si, pois os dois jornais eram um só, visto que, primeiro surgiu o jornal *O Paladino* em 1919 e depois muda o nome para *O Ideal*. Dessa maneira, quando não existe um confronto entre os discursos e a própria narrativa, costumamos a acreditar, veementemente, naquilo que está posto nas páginas dos jornais e/ou de qualquer outro meio de comunicação social.

2.5 As notas necrológicas como meio de comunicação social acerca dos processos fúnebres

Em Patrocínio do Coité os processos fúnebres das pessoas mais ricas e também de algumas pessoas queridas da sociedade, passava pelos jornais *O Paladino* e *O ideal*, em formas de notas necrológicas, anúncio de horários de cortejo fúnebre bem como de missas de sétimo dia ou de um mês, a depender é claro da quantidade de missas que a família irá realizar e/ou o próprio finado já tenha deixado os seus desejos de pós-morte acertado com seus parentes e amigos.

Como já sabemos, os jornais no Brasil e no mundo foram de grande importância para a informação das sociedades em que existiam esses veículos de

comunicação, principalmente em se tratando do Brasil no final do seu período imperial e primeira metade do século XX.

Não era normal que em todas as Vilas do Brasil tivesse um jornal que era periódico, mas, isso acontecia nas regiões que tinham uma maior massa populacional e, conseqüentemente, houvesse uma maior demora em se noticiar os fatos ocorridos na mesma sociedade.

As necrologias surgem no momento em que os jornais se consolidam, sobretudo, no que se refere à propagandas e outros assuntos de interesse público e político, pois, os impressos eram, em sua grande maioria, frutos de um aparato político, ou seja, o dono ou os donos dos mesmos sempre tinham uma tendência ou uma ideologia política. Automaticamente existiam discursos diferentes entre os jornais, sobretudo a partir de 1889 quando o Brasil se lança nos moldes republicanos e onde também se afloram os sentimentos sobre política.

Necrologia, uma parte do jornal onde anuncia a morte de algum membro da sociedade, e como já explicado anteriormente existe diferenças entre uma nota necrológica e outra, entre as notas de uma pessoa benquista na sociedade e uma pessoa comum. Porém, o simples fato de se demonstrar e anunciar a morte do indivíduo pertencente àquela sociedade ou a outra sociedade vizinha já o torna “democráticos” em alguns termos, como por exemplo, em se tratando da fé e da solidariedade cristã.

Geralmente as notas necrológicas traziam informações básicas, as quais pudessem ser identificadas por parente e amigos e para evitar possíveis confusões acerca de nomes iguais ou parecidos. As informações que eram mais recorrentes nas necrologias eram o nome do finado, a causa da morte, a hora que aconteceu o óbito e, por último, faziam uma homenagem ou uma conclusão da nota com os pêsames.

Mesmo que isso fosse uma forma de bajulação na maioria das vezes, mas era algo que tornava a sociedade mais bem informada e, principalmente, quando se tratava de algo tão sério e ao mesmo tempo tão religioso como é a morte de alguém.

Claro que os discursos variavam muito, pois, como já foram explicitados neste capítulo os discursos existiam e se diferenciavam de pessoa para pessoa, ainda mais quando os finados eram assinantes dos jornais e/ou pertenciam à

mesma classe social e política dos redatores e donos dos periódicos. Assim como Michel Foucault (1996) relata, os discursos sempre possuem um viés ideológico:

E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Em Patrocínio do Coité não era muito diferente disso, quando se morria alguém simples na sociedade, o jornal, na grande maioria das vezes, trazia uma breve necrologia, mas quando morria uma pessoa de posses, um fazendeiro, um comerciante ou um político, as notas eram mais caprichosas e bem maiores do que as das pessoas comuns no meio social; além disso, em alguns casos de enfermidade existiam também as notas explicativas sobre a atual situação da saúde do indivíduo, depois disso se o mesmo morresse o jornal fazia a necrologia de forma mais pomposa e também existiam as notas sobre as missas além de poemas enaltecendo a pessoa que se foi desse plano terreno. Com isso, podemos dizer que os periódicos possuíam fortes ideologias, sobretudo a qual os seus donos pertencessem. Segundo Andrade (2019):

[...] Em meados do século XIX os sinais de progresso e agitação vieram através dos jornais. Estes periódicos propagavam ideologias e cultura próprias. Cada publicação transmitia os interesses políticos e intelectuais dos administradores e responsáveis pela publicação dos títulos periódicos. Devido à forte representação ideológica dos jornais somados a crise política e dificuldades na manutenção de materiais, muitos tinham um período de circulação muito curto, ou sofriam constantes interrupções. (ANDRADE, 2019, p. 61).

Na Vila de Patrocínio do Coité, o encarregado de fazer essas notas e, sobretudo, transcrever poemas e crônicas era o cronista Francino Silveira Déda, pessoa que documentava quase tudo que ocorria na Vila através dos jornais e, principalmente, quando se tratava de anúncios fúnebres, as notas necrológicas.

O interessante sobre esse personagem na comunidade da Vila de Patrocínio do Coité era que ele, como se pode observar em todas as suas obras e escritos nos

jornais, tinha uma consciência de que possivelmente as palavras não iriam se perder, poderiam sim ficar para a posteridade. Escrevia com riqueza de detalhes, sobre o cotidiano, sobre os assuntos fúnebres e sobre a religiosidade. Mas também não abandonava suas falas enaltecedoras de cunho político além do social, pois o mesmo estava inserido numa determinada sociedade onde a política era algo presente e corriqueira, então todos os discursos de Déda também seguiam uma ordem natural do poder inserido naquela sociedade, discursos esses expostos direta ou indiretamente nas páginas dos jornais. Por isso, Foucault (1996) relembra:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar - ou talvez teatro muito provisório - do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 08-09).

Déda, sem dúvidas, foi alguém relevante para a sociedade Paripiranguense e Coiteense. Por isso, foi necessário falar um pouco sobre seu papel no meio social e sobre a sua importância em vida para a referida comunidade.

2.6 A importância dos jornais na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité

Em 1920, a Vila de Patrocínio do Coité era um lugar calmo e sossegado assim como a maioria das Vilas do sertão baiano. As pessoas viviam, em sua grande maioria, da produção agrícola e, conseqüentemente, da comercialização dos produtos nas feiras livres da Vila. Entretanto, existiam também outras formas de comércio, como lojas, vendas de roupas, calçados e uma série de outros produtos. Já em termos de veículo de informação e imprensa, existia o jornal *O Paladino*; jornal este que era, por sua vez, um periódico que circulava todos os domingos na Vila e informava toda a população sobre tudo de mais importante que se passava no Brasil e no mundo. A morte passou a ser assunto nos jornais brasileiros e também

em Patrocínio do Coité. Sobre essa nova modalidade de informação dos impressos brasileiros, Cerqueira (2014) analisa que:

Os diferentes aspectos da morte na imprensa mostra que o findar da vida tornou-se pauta frequente dos jornais circulantes. Tais impressos procuravam atribuir significação a morte numa tentativa de estreitar os laços entre os vivos e os mortos, onde os primeiros se viam na obrigação social de participarem das diferentes cerimônias fúnebres realizadas para os segundos por dois motivos: primeiro para garantir que o transpasse de uma forma de vida para outra se dê acompanhado por uma leva de pessoas conhecidas ou não, o que acabava causando aconchego aos familiares do corpo inanimado, mas, especialmente para não torná-la um “acontecimento social” restrito a poucas pessoas. Portanto, vista como um fato de relevância social, a população desejava se fazer presente para prestarem homenagens e condolências, no entanto, participar de funerais importantes era uma forma de interação da comunidade, na qual, contatos políticos e comerciais poderiam ser firmados, eram espaços no qual se poderia mostrar eloquência nos discursos proferidos à beira do túmulo, algumas mulheres vislumbravam o momento de desfilar os vestidos da moda, os jovens aproveitavam-se do ocorrido para cortejarem suas paqueras e os mais pobres viam esta circunstância como uma oportunidade de igualdade entre as classes, premissa errônea, pois os sete palmos de terra não nivelam socialmente, conforme veremos mais adiante. (CERQUEIRA, 2014, p. 36-37).

Como já sabemos, a informação era restrita a alguns membros da sociedade, não é como hoje, onde temos a televisão, o rádio, e, sobretudo, a internet. Na primeira metade do século XX as informações sobre política, economia e sociedade eram quase que exclusivas para os assinantes dos jornais. Na Vila de Patrocínio do Coité não era diferente, as pessoas que tinham condições pagavam mensalmente para receber os jornais na sua casa, já aquelas pessoas que não podiam pagar pelo serviço de comunicação esperavam a boa vontade de algum assinante em divulgar as informações.

E podemos perceber, a partir das fontes que se têm sobre o assunto em questão que os assinantes em sua grande maioria faziam sim esse papel social, e ao mesmo tempo solidário de divulgar as informações sobre aquilo que os jornais mostravam. Geralmente essas informações eram expostas em rodas de conversas nas pracinhas da Vila de Patrocínio do Coité, sobretudo depois das quatro horas da tarde quando os homens se reuniam para jogar e beber ou somente conversar mesmo sobre política, economia e sociedade.

Claramente podemos concluir que determinados assuntos não eram para leigos ou pessoas que não sabiam ler, mas essa questão de estar ouvindo o que o outro fala e, sobretudo, sobre o que o outro ler, acabou por acarretar uma espécie de coletividade nas informações e também um maior aprendizado para aqueles que não sabiam ler ou não entendiam sobre o que era determinado assunto.

As pessoas falavam sobre suas experiências, sobre o seu cotidiano na Vila, mas, principalmente, sobre os assuntos que eram expostos nos periódicos, em especial quando os mesmos traziam anúncio de uma enfermidade ou de uma morte. Essa coletividade vivida no lugar possibilitou uma abrangência das informações e também da cultura e da sociedade. Enquanto as mulheres, ficavam em casa, iam para as missas, participavam de grupos de orações e, conseqüentemente, fomentavam uma maior ideia sobre religiosidade, os homens trabalhavam na roça, cuidavam das suas criações, bebiam cachaça e conversavam sobre tantos outros assuntos, como política local e do Brasil no geral, economia e sociedade. Majoritariamente, esses debates diários eram realizados nas praças públicas, como esta:



Figura 12: Vista do jardim suspenso à frente do Largo dois de Julho. Paripiranga-Bahia. Década de 1950.

Fonte: Acervo pessoal de Roberto Santos de Santana. Adustina-Bahia. 2020.

Entretanto, não podemos generalizar e também afirmar que os homens de Patrocínio do Coité só faziam isso e não se apegavam ou frequentavam os eventos religiosos, muito pelo contrário, era muito grande a frequência de homens que iam semanalmente para as missas na Paróquia, sobretudo aos domingos acompanhados da sua família, e também para velórios e cortejos fúnebres. Resumindo, a comunidade de Patrocínio do Coité tinha uma rotina muito fiel e religiosa, mas tratava com maestria sobre os outros afazeres, além de se reunir para tratar sobre vários assuntos, e como já foi explicitado neste capítulo, o jornal era algo muito importante para a manutenção desses assuntos que foram abordados aqui, então podemos dizer que o impresso em si proporcionou também uma melhor qualidade de vida para a população na qual o mesmo estava inserido.

Não podemos esquecer que Patrocínio do Coité tinha os seus povoados mais distantes e que por isso merecia uma atenção muito especial em termos de anúncios nos jornais. Povoados como Queimada, Pau preto e Maritá eram muito longe da Vila, os periódicos deveriam ser enviados de manhazinha por volta das quatro horas, para que se pudesse chegar por volta das nove horas nas mãos dos assinantes. Como não existiam carros e motos em Patrocínio do Coité, esses impressos eram enviados a cavalos, burros ou jumentos, com isso o jornal tinha que ter muitos funcionários para que se pudesse sair distribuindo os mesmos nessas regiões.

Resumindo, o jornal tinha que chegar a toda a Vila e em todos os povoados nos quais existiam seus assinantes, e manter as pessoas informadas era primordial na sociedade, sobretudo em se tratando de notas necrológicas, pois poderia anunciar a morte de parentes e amigos, além de pessoas com grande prestígio no meio social. A comunicação era fundamental para que se pudesse realizar um grande cortejo fúnebre e, conseqüentemente, todos pudessem prestar a sua solidariedade para com os parentes e amigos do finado.

Assim foi o cotidiano das pessoas que viviam em Patrocínio do Coité até o ano de 1961, os jornais *O Paladino* (1919-1938) e *O Ideal* (1953-1961) eram parte da vida e da morte das pessoas. Esses periódicos prestaram um grande serviço para a comunidade e, principalmente, deixou vários rastros e vestígios muito importantes sobre a atual cidade de Paripiranga-Bahia.



Figura 13: Jornal *O Paladino*.
Fonte: Acervo pessoal de
 Robério José Santos Junior.

Sendo assim, o próximo capítulo versará sobre o papel do jornal *O Ideal* para a concretização das novas práticas fúnebres na cidade de Paripiranga-Bahia (1953-1961). Elencando, sobretudo, o surgimento do periódico e um pouco da sua trajetória, apontando as suas principais características que, por sua vez, se fez presente, principalmente, com relação às críticas sociais relacionadas à morte, direta e indiretamente.

Posteriormente, observaremos os códigos de posturas do município e sua constante veiculação no jornal *O Ideal*, como forma de informar e proteger a população paripiranguense acerca das doenças e da salubridade pública como um todo. Por último, mas não menos importante, traremos à baila os escritos do dia de finados e suas representações, compreendendo a importância dos homens de imprensa na propagação do pensamento filosófico acerca da morte e de suas representações coletivas e individuais.

Esperamos que gostem do terceiro e último capítulo deste trabalho dissertativo e que, acima de tudo, compreendam a junção dos três capítulos em um só tema que é a representação da morte na cidade de Paripiranga-Bahia, apontando, que não somente a Igreja e o padre João de Matos foram os únicos responsáveis pelos assuntos de ordem religiosa e ligados de forma direta com a morte, mas que também os homens de imprensa e os jornais desempenharam um importante papel nesse contexto social e religioso.

III

O PAPEL DO JORNAL O IDEAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS FÚNEBRES (1953-1961)

Em todas as comunidades onde o grau de civilização evolui, onde a educação se aprimora, à medida que os anos passam, as gerações que vão assumindo o comando da sociedade, procuram patentear com saudades os entes queridos que já desapareceram e cultuam também a memória dos seus antepassados. Paripiranga como cidade que é sede de um Município de uma população de mais de 26.000 almas, não deve olvidar o respeito, o zelo, pelo local onde se encontram sepultados os seus ancestrais. Infelizmente, porém, a nossa necrópole é a parte da cidade que menos cuidados têm recebido dos responsáveis pela sua conservação. Qualquer visitante que tenha a ocasião de acompanhar um ataúde ao nosso cemitério fica penalizado pelo aspecto de abandono em que se encontra. Mesmo que não se externe pública ou particularmente sobre o assunto, por um princípio de educação, do seu íntimo faz um juízo triste e lamentável, e talvez pense mesmo:- Como se abandona desse modo a necrópole desse povo? Até nos modestos cemitérios dos povoados mais distantes, existe a demonstração do zelo, do cuidado com o local onde os seus mortos são sepultados. A nossa necrópole é triste se dizer, mas é preciso que se diga, não tem atualmente nenhum portão digno. O campo das sepulturas em redor dos mausoléus e alguns imponentes construídos com arte, quantas vezes já têm servido de pasto aos animais errantes que circulam no lugar. O art. 141 §10 da Constituição Federal, Poderia ser invocado como o primeiro passo a ser dado para corrigir essa grande falta? Ou deixar que assim fique eternamente? Eis as interrogações quase dolorosas que deixo pairando no ar. (D'AZEVEDO, 19/07/1953, p. 02-03).

O presente texto acima foi retirado de uma coluna do Jornal O Ideal chamada "Panorama da cidade", onde seus redatores e colunistas teciam críticas acerca de vários assuntos de interesse público. Dentre esses assuntos, os relacionados à morte chamaram mais a atenção do público e também fazem refletirmos sobre o importante papel desse veículo de imprensa a serviço da sociedade paripiranguense.

Observando esse texto atentamente surgem algumas indagações: Quais eram as estruturas literárias do periódico? O Ideal fazia críticas sociais à cidade de

Paripiranga? Será que as críticas feitas pelo impresso serviam para mudar algo na cidade? O jornal *O Ideal* prestava serviço diretamente aos seus leitores e abriam espaço para a escrita e publicação de terceiros? Qual foi a importância dos escritos do dia de finados para a comunidade de Paripiranga-Bahia?

O terceiro e último capítulo deste trabalho dissertativo, tem como objetivo primordial tentar responder essas e outras perguntas que foram surgindo ao longo da escrita, destacando, principalmente, as características do jornal *O Ideal* e sua importante participação no processo de adequação sanitária, religiosa e de práticas fúnebres na cidade de Paripiranga-Bahia.

3.1- A trajetória do jornal *O Ideal*

A história da imprensa na cidade de Paripiranga-Bahia, inicia-se basicamente em 1919 com a criação do jornal *O Paladino*, jornal este que circulou na comunidade Coiteense até 1938. Entretanto, após o seu término ficou uma lacuna nas informações sobre a sociedade no geral, as pessoas não tinham mais um meio de comunicação confiável e de caráter cívico tal como era o periódico *O Paladino*.

Nessa perspectiva, no dia 05 de maio de 1953 foi criado o jornal *O Ideal*, por Jonathas Lima de Menezes que era, por sua vez, o diretor proprietário e por Sebastião Araújo de Santana, sendo este o diretor e redator chefe. Os trabalhos do impresso eram realizados na Rua João Pessoa, número 232, onde se encontrava a sua redação.

Entre o fim dos trabalhos do jornal *O Paladino* e o início de *O Ideal* têm uma lacuna de 15 anos na história da imprensa nessa cidade. Esse intervalo de tempo sem a circulação dos jornais foi um período bastante “desanimador” do ponto de vista da importância da imprensa para a construção de uma identidade local e regional, para além da falta de noticiário da região, do Brasil e do mundo.

Sobre o fim dessa lacuna, proporcionado pelo surgimento do novo jornal *O Ideal*, o filho de Jonathas Lima de Menezes, Robério Dias Lima escreve um livreto falando sobre esse período sem a atuação da imprensa na sociedade paripiranguense. Onde ele descreve que:

O Ideal – memorável, animado e com profundo espírito de civismo, concorreu para o engrandecimento e prosperidade dessa terra. Este jornal, inegavelmente, reacendeu as esperanças da nossa gente, acabando com o desanimo que se faz presente quando *O Paladino* deixou de circular na inesquecível Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. (LIMA, 1998, P.01).

Segundo Robério Dias Lima (1998) que era filho do ex-prefeito, coronel e proprietário do jornal *O Ideal*; a imprensa é, sobretudo, a “luz” que ilumina a sociedade, os jornais têm que cumprir um verdadeiro papel social e proporcionar um trabalho justo, digno e de serviços prestados à sociedade a qual está inserido. Porém, sabemos que os periódicos tinham um certo interesse na política local, desta maneira, não existia uma isenção total dos fatos e daquilo que a sociedade viria a apoiar dentro do âmbito político.

Outro fator que ajudou na implantação do jornal *O Ideal* na cidade de Paripiranga-Bahia, foi sem sobra de dúvidas o aumento do número de pessoas letradas. No período de criação de *O Ideal* uma boa parte da população já sabia ler. Isso graças ao aumento da produtividade agrícola e do paulatino início incipiente do processo urbano existente na cidade, os quais atraíram cada vez mais um seguimento social letrado.

De acordo com o autor Juan Kleber Silva Menezes (2020), os fazendeiros que se assentaram na região já eram, por sua vez, herdeiros dos grandes proprietários de terras dos tempos da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Esses fazendeiros e donos de comércio local foram fundamentais para a criação de um novo periódico na cidade de Paripiranga-Bahia. E assim o fizeram e surge o jornal *O Ideal*, impresso este que circulava aos domingos e era entregue aos seus assinantes, que pagavam semanalmente ou mensalmente, para além das vendas nos pontos da cidade, ou seja, qualquer pessoa poderia ler o jornal, se soubesse ler e tivesse o dinheiro para adquiri-lo. Sobre essas questões, Menezes (2020) compreende que:

Esses indivíduos formados e letrados eram os netos e bisnetos de coronéis e funcionários de alto gabarito da antiga Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, e que, na década de 1950, ainda herdavam o nome, o sobrenome e a posição dos mandões locais, sendo um fruto deles o proprietário Jonathas Lima de Menezes, que tinha o título de coronel e foi intendente na década de 1920 e duas

vezes prefeito na década de 1940. Os que contratavam o jornal, eram os chamados assinantes, faziam uma espécie de contrato firmando responsabilidade de receber os jornais pós-pagamento, mensalmente, anualmente ou avulso que era comprado num ponto determinado da cidade. (MENEZES, 2020, p. 36).

Sobre esse fator fundamental para compreensão da importância da imprensa na cidade de Paripiranga-Bahia, a autora Elivane Suzart Fagundes (2019), realizou pesquisas acerca dos clubes recreativos criados na cidade em 1947. O objetivo desses clubes era proporcionar uma maior qualidade de vida para as pessoas que pudessem pagar pelo serviço, tal como a assinatura do jornal *O Ideal*, criado seis anos depois. Em seus estudos verificou, de acordo com os dados do IBGE, o número de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas nos anos correspondentes a 1920 e 1950, ou seja, período de circulação do jornal *O Paladino* e pré-criação do jornal *O Ideal*. Sobre isso, Fagundes (2019) monta uma tabela que diz muito sobre a relevância dos impressos.

Paripiranga	Ano de 1920	Ano de 1940	Ano de 1950
Sabem ler	1 855	4 121	6 018
Não sabem ler	14 137	12 584	15 231
Em idade não escolar	---	3 592	4 827

Tabela 1: Paripiranga - Índice de Escolaridade.

Fonte: Ministério da Agricultura Indústria e Comércio/IBGE.

Com base na tabela 1, produzida por Fagundes (2019), é possível observar que o índice de pessoas que sabiam ler aumenta com o passar dos anos, assim como o índice de pessoas que não sabiam ler, além dos em idade não escolar, essa progressão conjunta se dá pelo aumento da massa populacional na cidade, ou seja, cada vez mais, as pessoas iam morar na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité e continuou indo após a denominação oficial de Paripiranga-Bahia.

Nota-se ainda, que o aumento no número de pessoas que sabem ler se deu, também graças à criação de escolas públicas, fato este que ocorreu em 1940; pois, anteriormente, somente as pessoas que podiam pagar tinham acesso à educação de qualidade, geralmente em escolas montadas nas fazendas de pessoas influentes na sociedade, isso aconteceu em Paripiranga-Bahia assim como em várias outras cidades no interior do Brasil.

Chegamos à conclusão de que os jornais eram também meios importantes de propagar os conhecimentos e de instigar a prática crescente de leitura, por isso, é fundamental destacar o importante papel dos periódicos na cidade de Paripiranga-Bahia. Ou seja, as pessoas que já sabiam ler se empolgavam em ler os jornais, e aqueles que não sabiam ler, se fosse possível gostariam de aprender, não somente para ler os periódicos, mas também para ter uma melhor compreensão do mundo como um todo.

Os impressos *O Paladino* (1919-1938) e *O Ideal* (1953-1961) tiveram esse importante papel de lançar a “luz” sobre a sociedade Coiteense no caso de *O Paladino* e Paripiranguense com relação aos contemporâneos ao jornal *O Ideal*. Sobre o papel dos jornais numa sociedade, Menezes (2020) compreende que:

Todos os jornais de ordem local ou regional preenche lacunas que surgem na sociedade, se apoiando numa multiplicidade de acontecimentos, atitudes e cenários do país, para em contrapartida se criar um portal de notícias que interessem a todos, mesclando-as com os acontecimentos regionais, mantendo o público leitor do interior informado do que se passa dentro da região em que se localizam e lá fora nos grandes centros urbanos, fazendo com que a sociedade de alguma forma tenha voz para lutar por seus direitos baseados em exemplos de outros lugares. O jornal veio corroborar com as ideias de progresso e evolução de uma cidade bem organizada socialmente. A edição do jornal de 10 de maio de 1953 relata, em sua crônica intitulada Breve notícia sobre a fundação d'O IDEAL, que a imprensa almejada pelos jovens veio depois do Grêmio Esportivo Vitória ter adquirido sua sede própria, e também aquisições que deixavam o seu ambiente mais luxuoso como, por exemplo, uma mesa de ping-pong e serviços de alto falantes nas ruas para enunciar os programas do clube e levar às ruas o som das bandas e orquestras a população não se encaixava nos padrões exigidos pelas leis do clube, projetos esses que nasceram em 1946. (MENEZES, 2020, p. 37-38).

Ainda de acordo com Menezes (2020), os anos iniciais do jornal *O Ideal* tinha suas primeiras páginas destinadas às memórias de pessoas influentes na história do lugar, tal como o Padre João de Matos Freire de Carvalho:

As primeiras páginas nos anos iniciais de *O Ideal* eram destinadas a lembrar grandes personagens que passaram por aquelas terras, como é o caso do jornal do dia 11 de outubro de 1953, em que a figura do Padre e doutor João de Matos Freire de Carvalho era exaltada em primeira mão, devido ao seu aniversário que se dava naquela data. Por se tratar de uma cidade pequena sem acontecimentos meritórios de notícia de manchete e de uma imprensa em anos iniciais, devido a tudo ser realmente parado e ruralizado, notas de memórias eram feitas para preencher possíveis

lacunas, exaltando filhos distintos e negócios da terra. (MENEZES, 2020, p. 38).

Com base no que foi visto até o presente momento, é possível observar que os assuntos fúnebres e de outras categorias e importância foram cada vez mais adentrando no campo da imprensa (circulação de coletores de lixo, cuidados com o espaço físico do cemitério, estimulação a vacinação e outros), e assim passando a fazer mais parte do cotidiano social da Vila. A Igreja passou a não ser mais a única e exclusiva dona dos assuntos políticos, administrativos e eclesiásticos.

Até o ano de 1919 o Padre Vicente Valentim da Cunha era o responsável eclesiástico da região e encarregado de propagar a fé entre os cidadãos que ali se encontravam. Além disso, foi muito importante para iniciar e acabar algumas construções bem relevantes para a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, como por exemplo, o tanque da missão.

No fim do mesmo ano de 1919 surge outro padre mais esclarecido e letrado que se tornou um personagem atuante para a comunidade da Vila (padre e Doutor João de Matos Freire de Carvalho), como já mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho, este foi o encarregado de construir um novo cemitério para a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité e de tratar sobre assuntos de administração e limites paroquiais.

O cônego João de Matos inicia seus trabalhos na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité depois que o Brasil se tornou um Estado Laico em 07 de janeiro de 1890. Esse acontecimento foi um marco importante para a progressão do pensamento liberal e progressista, tanto no Brasil quanto para a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, visto que:

Em 07 de janeiro de 1890, foi promulgado o Decreto 119-A, que tornava o Brasil (já republicano desde o golpe de 1889) um país laico. No ano seguinte, foi promulgada a Constituição Federal de 1891, a primeira da República. Esse documento também garantia a liberdade religiosa e retirava do governo e do Estado a adoção de uma posição religiosa oficial. O Decreto 119-A trouxe uma série de mudanças para a vida civil e para a organização governamental brasileira. Nessa ocasião, foi criado o casamento civil, tornando o casamento religioso opcional e a união civil a forma reconhecida pelo governo. Os cemitérios, antes administrados por igrejas, passaram a ser geridos pelo poder público. A opção pelo Estado laico faz parte do pensamento republicano e do positivismo, ideais que moveram as ações dos militares responsáveis pela Proclamação da República e

pelo governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca. (PORFÍRIO, 2021, p. 02).

A partir da introdução do Estado laico, a Igreja não era mais a instituição detentora sobre alguns assuntos de ordem social e religiosa, como por exemplo, os assuntos fúnebres. Com base na mudança, a imprensa, as elites e os políticos vão tratar de assuntos que antes só eram permitidos aos membros do clero.

Em Paripiranga-Bahia não foi diferente, os jornais *O Paladino* (1919-1938) e *O Ideal* (1953-1961) foram responsáveis por promover debates acerca de assuntos não abordados pela imprensa até então. Tais como, administração pública, salubridade, urbanização, arborização e assuntos fúnebres, incluindo colunas de críticas sociais.

Muitos periódicos passaram a ser importantes meios de cobrança às autoridades públicas, por melhorias na comunidade a qual estavam inseridos. Dessa forma, é importante ressaltar que alguns homens de imprensa e donos de jornais passaram a debater sobre os assuntos que antes eram do Clero na cidade de Paripiranga-Bahia, como por exemplo, o zelo pelo espaço fúnebre, que é a necrópole, sobre o próprio Código de Posturas da cidade e tantos outros assuntos de ordem religiosa.

Compreende-se, com isso, que o desenvolvimento social da cidade de Paripiranga-Bahia, em termos de assuntos religiosos e eclesiásticos, no geral foi dado em conjunto. Pois a Igreja Católica Apostólica Romana continuou exercendo um importante papel controlador de seus assuntos fúnebres e religiosos. Porém, passou a ter a importante “concorrência” de homens de letras que eram, por sua vez, preparados para tecer críticas construtivas acerca dos mais variados assuntos, incluindo os assuntos fúnebres e religiosos. Além disso, os jornais se tornaram ferramentas fundamentais para ascender um alerta quando fosse necessário, e isso acontecia tanto com relação à Igreja como também à prefeitura e aos políticos em geral.

Outro tema bastante relevante quando se fala do jornal *O Ideal* são as crônicas de Francino Silveira Déda. Esse homem de imprensa era natural da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, mas passou a residir em Simão Dias.

Déda era carinhosamente chamado de Sininho, apelido usado pelos parentes e amigos do cronista e escritor. Mesmo não morando mais na cidade de

Paripiranga-Bahia, continuou tendo o seu espaço no jornal *O Ideal*, destinado assim, para a escrita das suas crônicas sociais que, por sua vez, falavam sobre a cidade e suas histórias. Os escritos de Déda no periódico vinham sempre na terceira página, e era tido como uma fonte de leitura prazerosa e de lazer. Visto que, o mesmo escrevia sobre a história da cidade, destacando e dando ênfase aos antigos personagens que ajudaram a desenvolver a sociedade paripiranguense, seja no campo político, econômico, social e religioso. De acordo com Menezes (2020), é possível observar como era a dinâmica e a importância das crônicas do Sininho:

Contudo, não eram só essas notícias locais que engrandeciam pequenos gestos e grandes pessoas que circundavam as páginas de *O Ideal*. Na terceira folha, na coluna do centro vinha estampado abaixo da fotografia em clichê de Francino Silveira Déda, crônicas que serviam de informação e de diversão a sociedade leitora da época. Como Paripiranga sempre possuiu uma sociedade elitista e exaltadora das suas origens, as crônicas vinham narrar esses tempos áureos, pois a cidade já tinha passado por vários nomes e denominações, como Matas de Simão Dias, Malhada Vermelha, Patrocínio do Coité e definitivamente Paripiranga. (MENEZES, 2020, p. 39).

O sentimento de pertencimento ao lugar assim como de aspectos de identidade local e regional são importantes para a criação de uma narrativa que faça os cidadãos amar o seu lugar no qual estão inseridos. Segundo o historiador Maurice Halbwachs (2006), a memória coletiva pode ser aguçada e aprimorada cada vez mais, basta que se tenha um “gatilho” capaz de disparar as lembranças e ascender cada vez mais os fatos passados, fatos esses bons ou ruins, mas que de certa forma proporcionam esse sentimento de história e de narrativa local. Como já vimos, Déda era essa mola propulsora que ativava as memórias coletivas da população paripiranguense, através das suas crônicas narrativas que pertenciam ao periódico *O Ideal*.

Oliveira (2016), fala um pouco mais sobre a importância das crônicas de Déda. Segundo ela, os escritos de Déda era algo feito para o povo e de forma simples, isso fazia com que as pessoas gostassem de ler e sentissem prazer na leitura sobre a história dos seus antepassados. Dessa maneira, Oliveira (2016) relata:

As crônicas de Francino Silveira Déda, publicadas desde 1953, no semanário *O Ideal*, possuem como tema base as suas memórias de infância e juventude em malhada Vermelha e depois Patrocínio do Coité, (primeiras denominações de Paripiranga). Em cada um de seus textos, Déda revela momentos da História de Paripiranga, e descreve com riqueza de detalhes, aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que compunham a estrutura organizacional de Paripiranga, desde a sua fundação em 1846, às primeiras décadas do século XX” (OLIVEIRA, 2016, p. 07).

Com base no que foi visto neste tópico, foi possível analisar e conhecer um pouco sobre o surgimento do jornal *O Ideal*. Apresentamos aspectos de suas principais características, assim como os seus homens de imprensas, ou seja, pessoas que eram responsáveis pelo impresso. Desde seus fundadores e donos até a figura do cronista Déda. Para além de tudo isso, pudemos observar que o surgimento e o fortalecimento da imprensa, na cidade de Paripiranga-Bahia, ocasionaram um importante debate sobre questões que antes não eram abordadas por outras pessoas fora da Igreja Católica. Como por exemplo, os assuntos de salubridade pública envolvendo os eventos fúnebres, tais como enterros e sentinelas, além de trazerem importantes críticas sobre a necrópole da cidade.

Esse tópico introdutório serviu de base para a escrita dos demais e ajudará a tentarmos responder uma série de outros questionamentos envolvendo o jornal *O Ideal* e os assuntos relacionados à morte. Sendo assim, nos próximos tópicos deste último capítulo, continuaremos a observar as características do impresso e seu papel social no que diz respeito à salubridade pública, críticas sociais construtivas, as propagandas e mercado mortuário e poesias dos escritos do 02 de novembro (dia de finados).

Esperamos compreender a dinâmica desse jornal para a cidade de Paripiranga-Bahia, bem como o elo que liga os três capítulos dessa dissertação de mestrado, que é justamente a compreensão de que não somente o Padre João de Matos e Vicente Valentim, além do clero, eram os únicos responsáveis pelos assuntos fúnebres e de salubridade pública, mas sim, que após o 07 de janeiro de 1890, quando o Estado brasileiro se torna laico, abriu-se um debate maior e a imprensa ganha cada vez mais força para criticar e dialogar com os poderes públicos sobre diversos assuntos de ordem pública e cujo o interesse é de todos os setores sociais.

3.2- As críticas estampadas no periódico e o código de posturas da cidade

O desenvolvimento social da cidade de Paripiranga-Bahia, o qual foi fundamental no que diz respeito ao processo de crescimento cultural, trouxe um caminho sem volta para tratar de questões de higiene e salubridade pública. O processo de urbanização social, que ganhou força na cidade no início da segunda metade do século XX, foi capaz de atrair cada vez mais moradores para o lugar, entretanto, começaram a surgir os problemas de ordem pública, econômica, social e religiosa.

Dessa forma, uma parcela da população paripiranguense teve um importante aliado capaz de cobrar com veemência os poderes públicos e religiosos, quando os assuntos eram de ordem pública. O jornal *O Ideal* foi responsável por prestar esse papel social perante os munícipes do lugar.

Seus donos, embora membros da elite local optaram por produzir um impresso considerado progressista e voltado às resoluções e cobranças públicas e políticas. Dando certa liberdade aos seus redatores que, por sua vez, produziam colunas importantes nas quais traziam questionamentos e problemas a serem resolvidos pela prefeitura ou pelo clero. Deixando claro, assim, a importância da imprensa para o município de Paripiranga-Bahia.

O esclarecimento que o jornal *O Ideal* lança sobre a sociedade de Paripiranga-Bahia, no período entre 1953-1961, em partes, assemelha-se a dos jornais espalhados pelo Brasil e pelo mundo, ou seja, orientar, cobrar, servir e ser exemplo para a sociedade na qual está inserido. Esses são pilares que o periódico *O Ideal* usou no decorrer de sua existência.

Características como essas são destacadas por James William Goodwin Junior (2007), esse autor considera que a imprensa brasileira, como boa parte da europeia busca ser orientadora da moral pública e, principalmente, buscam os melhores homens de imprensa para compor o seu corpo editorial, querendo, dessa maneira, adquirir um alto nível de confiabilidade nas suas narrativas para com a sociedade.

Ainda de acordo com Goodwin Junior (2007), outra questão de suma necessidade para os jornais adquirirem sua confiança perante a sociedade era a isenção e a neutralidade em alguns casos políticos, pois, não era confortável ter seu

jornal metido em assuntos de ordem política e partidária. Entretanto, sabemos que não era a importância fundamental dos periódicos, muito pelo contrário, os mesmos eram por natureza frutos de certos acordos e de certas convivências nos meios da política. E isso não foi diferente com o Jornal *O Ideal*, visto que, os seus donos pertenciam a uma elite local, mas que se dizia “neutra” em seu editorial.

É importante lembrarmos que também existiam as imprensas que nasceram da política e que viviam única e exclusivamente de tratar assuntos explícitos sobre a política local, brasileira e do mundo, como bem explica Goodwin Junior (2007) “ [...] a imprensa operária, por exemplo, assumia quase sempre sua perspectiva classista [...]” (GOODWIN JUNIOR, 2007, p.81-82). Dessa maneira, os jornais de direita e de esquerda, que assumiam suas características, tinham, por sua vez, seus leitores ordenados de acordo com sua ideologia.

Voltando a tratar sobre o jornal *O Ideal*, de forma específica, é necessário salientar que muito embora pertencesse a uma elite local, cujo seus donos eram Menezes e Santana, o impresso ganhou destaque justamente por atuar de forma direta na cobrança social perante às autoridades públicas. Cobranças essas que iam desde questões econômicas até as questões religiosas e de salubridade pública, incluindo as novas mudanças nas práticas fúnebres que ganharam força no início do século XX, com novas ideias higienistas descritas por médicos sanitaristas que regulamentavam as ações de ordem fúnebre, tais como local dos cemitérios, estruturas das necrópoles, tempo necessário para os cortejos fúnebres e uma série de outras questões que acabaram sendo implantadas no código de posturas do município de Paripiranga-Bahia.

Na execução do seu papel social, o jornal *O Ideal* tinha algumas colunas importantes, cujo objetivo era trazer à baila situações de problemas sociais para que os órgãos públicos e eclesiásticos pudessem observar e se atentar ao problema descrito no impresso.

Um texto escrito por Faustino Dias, em 12 de julho de 1953, onde o título era “PRECARIEDADE”, o colunista faz duras críticas acerca do abandono do cemitério que havia sido construído anos antes pelo Padre João de Matos. A passagem do texto se dá em forma de narrativa do seu próprio dia a dia na sociedade de Paripiranga-Bahia, e começa quando o mesmo:

Estava sentado em um dos bancos do nosso aprazível jardim, sem ter em mente nenhum pensamento, apreciando somente a beleza das flores e sentindo o inebriante perfume natural das belíssimas rosas que neste domingo de sol o nosso jardim ostentava. Neste interim veio á mente de que naquele local onde eu me divertia com a natureza, era também o lugar onde fora edificada a Cidade dos mortos. Concentrei o pensamento e rendi uma prece, àqueles que jaziam sob nosso jardim, e fitei comovido, aquele obelisco, no qual a administração passada eternizara a saudade da geração atual, aos nossos antepassados. Daí resultou em mim o desejo de fazer uma visita ao Cemitério local. Resolvi de logo, e fui andando. Ao aproximar-me senti tristeza pelo aspecto de abandono de nosso Cemitério; a murada que o cerca está inacabada; um portão improvisado de última hora; as ervas daninhas cobrindo os túmulos; os carneiros enegrecidos e mal cuidados. Aqui, túmulos de gente humilde mas bem cuidados, com pés de flores, assinalados por cruces, dando assim uma demonstração viva da lembrança e a saudade dos parentes. Ali, dois ou três mausoléus recém-construídos trazendo sobre o mármore a inscrição: lembrança do papai, ou recordação do esposo. Acolá, os túmulos dos pobres; coitados! Sem uma cruz, sem inscrição alguma, somente vestígios de que ali está sepultado alguém. Apesar de não haver distinção de cor nem de posição social, pois todos ali estão, em igualdade de condições, há sim, e a demonstração de amor ou de desprezo aos que partiram para a outra vida. Mais adiante, tudo é desolação, e abandono. Tenho até pudor em escrever para conhecimento geral do público as condições do nosso Cemitério. Será que o povo esqueceu os entes queridos que lá estão? ou os restos mortais não merecem a nossa dedicação, veneração e até mesmo o nosso afeto? Lembremo-nos dos nossos irmãos que dormem tranquilamente o sono da eternidade, e façamos de sua morada uma sala de visita de nossa Cidade. Aqui fica lançada a ideia; lutemos, pois povo e autoridades para que seja reconstruída e melhorada a nossa futura e eterna morada, assim procedendo, estamos praticando um ato de humanidade, cumprindo uma obrigação para com os mortos que são dignos de maior e melhor tratamento. (DIAS, 1953, p. 01).

O texto acima evidencia a preocupação do colunista com a situação de abandono em que se encontrava a necrópole da cidade de Paripiranga-Bahia. Além de apontar e descrever o cenário desolador do ambiente que viu, Faustino Dias (1953) faz importantes reflexões de como as pessoas param de se preocupar com as outras depois que partem do plano terreno; segundo ele, a desorganização da casa dos mortos mostra que a sociedade não tem muito interesse em permanecer “cuidando” dos seus entes queridos depois da sua morte, “não existe respeito para com os restos mortais”.

Dessa maneira, podemos ver o jornal *O Ideal*, através do seu colunista Faustino Dias, criticando o poder público, com relação aos muros e ao portão

precário da necrópole, além de tecer comentários acerca da falta de cuidado e de zelo dos parentes e amigos com os túmulos dos finados.

A proposta do periódico em liberar colunas como esta era justamente apontar falhas na sociedade e buscar fazer com que os órgãos responsáveis resolvessem os problemas elencados, destacando, assim, o importante papel da imprensa para a manutenção da estrutura social, econômica e religiosa.

Além disso, Goodwin Junior (2007) aponta que estudar a imprensa é compreender o poder que envolve os discursos e a própria escrita de forma dura e contundente, nas quais buscam lançar na sociedade uma ideia de técnica, sabedoria e autoridade acerca dos assuntos abordados nos periódicos. Sobre isso, o autor compreende que:

Estudar a atuação da imprensa em um momento específico, num dado recorte espaço-temporal, é estudar as relações de poder dentro de uma sociedade, que moldam a compreensão que esta sociedade tem de si, e do próprio momento que vive. Abordar a imprensa como campo de estudo é, para além da história da técnica jornalística, uma história social: nela estão presentes elementos do jogo de forças que atuam num momento histórico – com destaque para as elites que controlam a escrita e a produção do jornal. (GOODWIN JUNIOR, 2007, p.77).

Ainda observando o papel do Jornal *o Ideal* para a comunicação social e, principalmente, como um instrumento de cobrança pública e popular, é necessário compreender que quando se fala de salubridade pública não estamos se referindo somente aos assuntos ligados diretamente à morte e à saúde, mas principalmente dos assuntos que indiretamente podem causar enormes transtornos à sociedade e levar a uma crise sanitária bem maior, caso não seja tratada de início.

Nessa perspectiva, o Jornal *o Ideal*, no dia 05 de julho de 1953, por meio do seu redator e colunista Silvio d’Azevedo, fez duras críticas sobre a coleta pública de lixo na cidade de Paripiranga-Bahia. Essas críticas se davam, sobretudo devido ao fato de que o poder público não agia de forma correta e de forma “técnica”, tal como já vinha acontecendo em outras partes do Brasil e do mundo.

Na coluna descrita como “PANORAMA DA CIDADE”, o colunista Silvio d’Azevedo critica a atual forma de se realizar as coletas de lixo e ao mesmo tempo propõe novas formas para adequar o serviço de acordo com os parâmetros

sanitários existentes em outras cidades do Brasil e do mundo. Esse colunista faz a seguinte crítica no periódico *O Ideal*:

Temos nesta coluna dedicada aos interesses imediatos da cidade e da coletividade, tecido comentários sobre vários assuntos de interesse público. Hoje, trataremos de assuntos que dizem respeito a limpeza pública da cidade. O serviço de coleta de lixo a domicílio, é feito duas vezes por semana em uma carroça adaptada com um depósito coletor descoberto; aí começa a falta de higiene na execução desse serviço de utilidade pública. Os lixos e detritos colhidos nos domicílios ficam expostos na carroça à vista de todos, percorrendo as ruas da cidade até completar o limite do depósito, só então, cheio, daquele monte de detritos, cinzas e materiais fétidas é conduzido para o local onde é lançado fora do perímetro urbano. Seria louvável que o Poder Executivo Municipal promovesse os meios de providenciar a cobertura do depósito coletor de lixo, por meio de uma tampa de zinco com dobradiças para abrir e fechar durante o percurso da coleta, a exemplo das que usam outras municipalidades onde os carros do lixo são motorizados. Além dessa medida, os vasos particulares deviam possuir também cobertura, para evitar que ficassem expostos sobre os passeios públicos, servindo de pasto aos <vira latas> que esgaravavam os ossos acumulados. Contudo, não estamos lembrando medidas inviáveis a serem tomadas pelos poderes competentes, são providências saneadoras que merecem especial atenção para o bem da higiene e da saúde pública. (D'AZEVEDO, 1953, p. 02).

Observando a crítica feita por d'Azevedo (1953), podemos compreender as características do Jornal *O Ideal* e, principalmente, verificar que essa era uma tendência por parte da maioria dos impressos de cunho progressista, ou seja, as críticas que envolviam o cotidiano social se faziam presentes e necessárias para a boa avaliação popular acerca desse veículo de imprensa.

Essa situação é descrita por Goodwin Junior (2007), o qual afirma que o novo comportamento social emergente, sobretudo na segunda metade do século XX, tem o jornal como importante instrumento para ajudar a “regulamentar” o que é certo e o que é errado dentro de um determinado contexto social.

Goodwin Junior (2007) compreende que a atuação de forma contundente por parte dos periódicos, fez com que os mesmos se fortalecessem de forma concreta e específica dentro da sociedade. Sobre isso o historiador compreende que:

Entre os muitos elementos que faziam parte desse mundo “moderno” e “civilizado”, a imprensa pretendia ocupar um lugar especial ao difundir, quer pelas notícias, quer pelos editoriais, os princípios dessa nova civilidade. Também ao criticar essa nova maneira de viver no

espaço urbano, seja ao denunciar as deficiências de sua implantação, seja ao questionar o sentido desse esforço. Por tudo isso, a imprensa é uma fonte privilegiada para a observação desse processo, e das reações a ele, em contextos históricos específicos. (GOODWIN JUNIOR, 2007, p.75).

Dessa maneira, é possível compreender que o papel da imprensa e dos homens que trabalhavam nos jornais, principalmente a partir da segunda metade do século XX, foi de grande serventia para a “evolução” social, nos aspectos de higiene e salubridade pública.

E para provar ainda mais a grande importância dos jornais para a sociedade de Paripiranga-Bahia, iremos analisar alguns artigos do código de posturas da então Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Muito embora os artigos do primeiro código de posturas da cidade datem do ano de 1927, poderemos compreender que a partir de críticas da população e, sobretudo, dos homens de imprensa contemporâneos às primeiras leis higienistas que, por sua vez, chegaram à Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité a partir de 1919, foi possível desenvolver importantes leis locais, capazes de ajudarem a sanar os problemas envolvendo a salubridade pública e a higiene.

Cumprindo seu papel social, o jornal *O Ideal* sempre fez questão de trazer nas suas páginas o código de posturas da cidade de Paripiranga-Bahia. O significado disso era justamente fazer com que as pessoas, sobretudo os seus assinantes, verificassem e ficassem informados sobre o que podia e o que não podia fazer na cidade.

Os assuntos religiosos, fúnebres, salubridade pública entre outros eram expostos no jornal através do código de posturas, cujos artigos iremos analisar agora: “CAPITULO VI HYGIENE E SALUBRIDADE PUBLICA; Art. 95. – O conselho Municipal, além da Hygiene e salubridade pública, resolve estabelecer as seguintes medidas e penas aos seus infractores”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 15). Como podemos observar, o capítulo VI do código de posturas já inicia de forma clara e contundente alertando os munícipes acerca dos problemas enfrentados na então Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, bem como das penas que deviam ser aplicadas com relação aos seus infratores.

Continuando a análise sobre o código de posturas, podemos observar que a higiene estava sendo constantemente revisada e posta em pauta pelos órgãos

públicos da Vila, tal como é exposto no artigo seguinte, “Art. 96.- serão obrigados os habitantes deste Município, apresentar seus filhos e fâmulos ou pessoas que estejam sob seu domínio, para a vacinação ao médico de hygiene, sob pena de 10\$000 de multa”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 15). Os casos de varíola, sarampo e outras doenças contagiosas se faziam presentes na Vila, artigos como o 96 do código de posturas, possivelmente ajudaram a amenizar essas moléstias que tantas vidas tiraram na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Ainda sobre a varíola e outras doenças temos o “Art. 97. – No caso de estar atacado de varíola ou outra moléstia contagiosa, algum morador desta vila, será o chefe da casa obrigado a retirá-lo para o lugar designado pelo Intendente, correndo as despesas por contada Intendência, uma vez que fique provada a sua miserabilidade”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 15). Este artigo do código de posturas deixa claro que as doenças deveriam ser combatidas com veemência e de forma a não proliferar e contagiar outras pessoas. Essas atitudes ajudaram a enfrentar os casos de varíola e de sarampo na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Assim como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, tudo isso foi possível graças às novas leis higienistas que surgiram na França entre o final do século XIX e início do XX, e vão chegar ao Brasil ainda nas primeiras décadas do século XX. Essas literaturas médicas foram importantes na constatação de doenças extremamente infecciosas e transmissíveis, além de ajudar a implantar leis de hygiene e salubridade pública por todo o Brasil, incluindo a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

A sequência de artigos do código de posturas que trata sobre as doenças infecciosas continua com o “Art. 98. - Quando por qualquer motivo, o pestoso (sic) permanecer em sua residência dentro da rua, sem que a autoridade sanitária ou o Intendente tenha disto ciência, o dono da casa pagará a multa de 30\$000 além das despesas de desinfecção do prédio”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p.16). Percebe-se com isso, que a ideia de salubridade pública e de hygiene coletiva já começava a ganhar contornos importantes do ponto de vista jurídico, pois o doente não poderia ficar na

sua casa de forma escondida e sem avisar ao poder público, sob pena de pagar multa e sofrer processos na esfera civil e penal.

Prosseguindo com as observações acerca do código de posturas da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, surge um artigo bem interessante, o qual afirma que: “Art. 99. – É proibido a vendaem de drogas venenosas em casa de molhados ou de gêneros alimentícios, sob pena de 30\$000 de multa ou prisão por 8 dias. Paragrapho único. – Taes drogas só poderão ser vendidas nas Pharmarcias”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 16). De certa forma, podemos compreender que a proibição de ervas naturais por terceiros que não fossem farmacêuticos ocorreu graças as perseguições religiosas, ou seja, as pessoas deveriam procurar a ciência ou a religião católica (padres e membros do clero), de forma a não apelar pelo saber popular e de religiões de matrizes africanas ou indígenas.

Sobre mortes por motivo de doenças contagiosas o artigo a seguir aborda que: “Art. 100. – É obrigado ao inquilino ou proprietário de casas onde se derem casos de morte, por moléstias contagiosas, procederem logo após o funeral, a competente desinfecção do prédio, sob pena de 20\$000 de multa”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 16). Essa lei do código de posturas é interessante porque trata da morte de forma direta, pois a tradição do velório não foi proibida, todavia, era preciso tomar certo cuidado para que as demais pessoas presentes no evento não acabassem por contrair a doença. Nota-se com isso, que a “visão” e a literatura médica já estavam imbricadas na sociedade brasileira e na Vila em questão, onde o cuidado para com o próximo deveria existir, a partir de então a higiene passou a ser caso de polícia, ou seja, além da higiene pessoal era necessário zelar pela higiene coletiva e isso tinha que ser seguido de acordo com o então código de posturas vigente na Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

Com o conhecimento sobre a origem das doenças cada vez mais aprimorado, as leis de higiene foram sendo criadas e apresentadas à população de forma geral, como explica o artigo seguinte do código de posturas “Art. 101. – É obrigado todos os habitantes desta Villa, conservarem as frentes, muros e quintaes de suas casas e estado de asseio e livre de estagnação de águas, sob pena de 10\$000 de multa ou 2 dias ne prisão”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE

NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 16). Observando essa lei chegamos à conclusão de que se tratava justamente de possíveis criatórios de insetos e mosquitos capazes de transmitirem as doenças para os seres humanos, hoje em dia é possível ver algo parecido nas orientações estaduais e federais acerca do mosquito da Dengue. Ou seja, cada cidadão dono de uma propriedade deveria zelar dela e não deixar água parada no chão ou em qualquer outro reservatório descoberto, evitando assim, os possíveis focos de doenças.

O código de posturas também fazia considerações aos estabelecimentos comerciais que recebiam mais clientes com frequência, tais como as barbearias:

Art. 121. – As lojas de barbeiros ou cabelereiros, terão a máxima limpeza possível, sendo varridas com frequência durante o dia; as toalhas e panos de barba só servirão uma vez, devendo haver todo o cuidado em evitar que os panos e toalhas que serviram ao freguez possam servir a outro, antes de novamente lavados. Os pentes, navalhas e escovas serão, diariamente, lavados com água de sabão e enxutos depois de passados em solução antseptica. As escarradeiras serão desinfectadas diariamente. Os infratores de qualquer disposição da presente postura, soffrerão a pena de 10\$000 de multa. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 18).

Observa-se que era preciso por parte do dono do estabelecimento, que tomasse as devidas precauções para evitar o contágio, bem como a proliferação de doenças infecciosas, agindo, assim, de acordo com as normas de higiene sobrepostas no código de posturas, como por exemplo, lavar as ferramentas de trabalho e higienizá-las constantemente e o que fosse possível tornar descartável ou de uso exclusivo para um só cliente.

Na sequência dessas análises, observaremos os assuntos relacionados de forma direta com a morte, assim como é explicitado na próxima lei, “Art. 128. – Ficam proibidos os caixões abertos conduzindo cadáver, sejam de crianças ou de adultos. Pena de 30\$000 de multa”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 19). Anteriormente a essa lei, os cortejos fúnebres, bem como os velórios eram feitos da forma que os parentes do finado queriam, ou seja, não existia uma preocupação com a proliferação de doenças infecciosas, muito pelo contrário, as pessoas mal sabiam que muitas doenças poderiam passar de pessoas para pessoas, incluindo entre elas os mortos.

Como já vimos neste e no primeiro capítulo desta dissertação, os cemitérios e os mortos são “capazes” de infectar um número muito grande de pessoas, no caso de um cadáver em específico, devido a uma possível doença contagiosa e no caso da necrópole por inteiro, devido aos *miasmas* (ares podres exalados dos cemitérios, fruto da decomposição dos corpos humanos), que entravam em contato com a população, sobretudo se o cemitério se encontrasse no centro da Vila.

A última lei que nos interessa deste código de posturas de Patrocínio do Coité, trata sobre horário de processos fúnebres, “Art. 129. – Os enterramentos só poderão ser feitos até às 18 horas. Pena de 30\$000 de multa”. (CÓDIGO DE POSTURAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DO COITÉ, 1927, p. 19). É possível observar que essa regulamentação no horário dos enterramentos foi importante porque no cemitério não existia qualquer outro tipo de luz que não fosse a solar.

Dessa forma, evitar enterros na parte da noite foi necessário para que pudesse coibir qualquer ato de vandalismo, ou erro por parte dos parentes e coveiros no ato de enterro, como por exemplo, colocar o caixão aberto na cova, não trancar as chaves do caixão ou correr o risco de derrubar o caixão e deixar o corpo do finado exposto. Essas medidas relacionadas de forma direta com os processos fúnebres ajudaram a regulamentar esse ato de fé e de solidariedade cristã.

Por fim, neste tópico foi possível observar que o Jornal *O Ideal* era um importante meio de comunicação e de cobrança social, onde seus redatores mais habilidosos e engajados com a ordem pública e com a população de Paripiranga-Bahia, buscaram tecer críticas sobre diversos assuntos relacionados à higiene e a salubridade pública. Compreendemos que possivelmente essas colunas do jornal *O Ideal* foram de grande serventia para ajudar a modernizar a estrutura social da cidade, desembocando, inclusive, nas novas leis e aprimorando as já existentes, visto que o código de posturas é criado no ano de 1927 e serviu como arcabouço legal para a diminuição de proliferação de doenças infecciosas e, consequentemente, de possíveis mortes causadas pelas mesmas.

Com isso, é notável o importante papel da imprensa numa sociedade em desenvolvimento tal como aconteceu em Patrocínio do Coité. Dessa forma, ajudou na criação de leis responsáveis por mudar as características sociais, religiosas e econômicas ligadas à morte. Observamos, também, que a Igreja católica, antes

detentora exclusiva desses assuntos, agora divide as atividades com a imprensa e com o poder público. Sendo o jornal, responsável pelas críticas construtivas e pelas cobranças, seja por parte dos membros do clero ou da política.

E, continuaremos a verificar a importância do jornal *O Ideal* para a história de Paripiranga-Bahia, bem como para os assuntos fúnebres, pois no próximo tópico analisaremos as características dos escritos do 02 de novembro (dia de finados), e das crônicas relacionadas ao assunto. Com isso, pretendemos mostrar que além de criticar e buscar melhorias sociais, *O Ideal* também tinha um viés poético e relacionado com a morte e com a religiosidade; na realidade os homens de imprensa que trabalhavam no jornal gostavam de escrever sobre tais questões, assim como veremos a seguir.

3.3- Morte e poesia: os escritos do dia de finados no impresso e suas representações

A trajetória do jornal *O Ideal* na cidade de Paripiranga-Bahia foi marcada pela atuação dos homens de imprensa que nele trabalhavam. Como mencionamos anteriormente, os assuntos eram os mais variados possíveis, iam desde a saúde e salubridade pública a economia e política. Sempre existia algum redator ou colunista capaz de opinar e levar questionamentos a quem fosse necessário, buscando, assim, uma melhoria social.

Todavia, neste último tópico deste terceiro capítulo, iremos observar atos envolvendo a cultura e a representação da morte através do periódico, observando, para isso, os escritos do 02 de novembro (dia de finados), data essa que era levada muito a sério pela comunidade e também pelo jornal *O Ideal*. O mesmo tinha por costume abrir seu editorial para a publicação de textos de caráter poético que traziam à baila os sentimentos do escritor, e ao mesmo tempo levava os seus assinantes a refletir sobre a vida e, principalmente, sobre a morte.

O redator e colunista do jornal *O Ideal*, Sebastião Araújo Santana, no dia 04 de novembro de 1956 publica um texto reflexivo sobre a morte e sobre o dia de finados, majoritariamente, esses textos descreviam as características dos dias de

finados e como as pessoas encaravam essa data para relembrar seus entes queridos. Relatando o dia dos mortos, Santana (1956) dissertou da seguinte forma:

(Dois de Novembro), A madrugada desponta ao dobre de finados, que ressoa das campanulas metálicas dos sinos. Ainda com as pálpebras pesadas e os olhos sonolentos, muitos se erguem dos seus leitos para acorrerem os templos a fim de ouvirem as primeiras missas que se celebram em sufrágios dos finados. Dois de Novembro! Dia consagrado aos mortos. Dia de romaria aos cemitérios. Lá nas necrópoles, no silêncio profundo aos mausoléus, à sombra dos ciprestes das alamedas, junto às cruzes de mármore que se alinham em várias direções, vão chegando os romeiros um a um. Sentindo o aroma forte dos cravos amarelos e o perfume suave dos lírios, todos nós vamos ali ter um encontro com a saudade. Vamos parar por momentos junto ao túmulo de um ente querido; meditar ante a lousa fria em figuram nomes e datas de um ser que nos foi caro. Ali concentrando o nosso pensamento nos mistérios da vida divisamos a realidade que tida à existência oferece como prêmio. E a nossa alma se confraterniza com a saudade em uma prece e nosso coração se contrai como a dar um amplexo na dor, enquanto as lágrimas furtivas deslizam sobre a face. São lágrima dos pais saudosos, e das mães inconsoláveis, dos filhos, dos esposos que tem sepultado na cidade dos mortos, no templo do silêncio e da eternidade os seus entes mais queridos. As preces se unificam numa silenciosa concentração por toda necrópole. E as lágrimas, a dor e as saudades se renovam. Ressargem no coração. É dois de Novembro! É o dia dos mortos!... (SANTANA, 1956, p. 03).

Com base no texto escrito por Santana (1956), é possível analisar e compreender a nuance que envolve o 02 de novembro (dia de finados). Podemos observar que o mesmo faz uma narrativa poética onde demonstra as características desse dia de lembranças. Primeiramente ele fala sobre a chegada das pessoas aos cemitérios, onde o cheiro forte de rosas e outras plantas levadas aos túmulos são marcantes; o silêncio na necrópole chega a ser ensurdecido, cada pessoa está lá por um só motivo, comum a todos, rezar pelo ente querido que partiu do plano terreno, irmãos, pais, mães, tias, primos e amigos, todos são lembrados naquele momento ímpar, momento de lembrar da vida de cada um e do que fez enquanto estava vivo.

Santana (1956) continua seu texto falando sobre o espaço físico do cemitério, apontando as características estruturais dos túmulos e dos corredores de pedra e mármore, verificando a grande quantidade de cruzes, datas de nascimento e

óbito e fotografias, vez ou outra alguma espécie de texto ou passagem bíblica estampada sobre o mármore.

Observando passagens como esta, fica de forma explícita a representação da morte de forma individual e coletiva, ou seja, cada indivíduo prestava a sua solidariedade de forma única e exclusiva. Todavia, o ato de frequentar as necrópoles no dia de finados, em grupos, missões ou romaria configura um simbolismo coletivo capaz de mobilizar um alto número de pessoas. Sobre isso, Sandra Jatahy Pesavento (2008) afirma que:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Portanto, o simbolismo pode ocorrer de forma oculta ou de forma explícita, a depender das formas de representação. No caso da representação da morte é possível por vezes observarmos o material, o físico além do oculto. A representação física seria nas necrópoles, através dos túmulos, esculturas, cruzeiros, frases e outras tantas obras capazes de expressar um verdadeiro sentimento com relação ao sobrenatural que a morte é; já a representação oculta e pessoal é justamente o ato exclusivo de cada indivíduo, ou seja, as pessoas rezam, choram, escrevem poemas e textos, e refletem sobre a morte, algumas chegando a pontos absurdos de “filosofia” sobre a morte, ou até mesmo visões e perca da sanidade mental, pois algumas pessoas não aceitam a perda de algum ente querido e acabam por ficarem com problemas psicológicos.

Ainda analisando o texto de Santana (1956), é importante compreender que nem todos saíam de suas casas para ir aos cemitérios, muito pelo contrário, somente uma pequena parte da comunidade ia para a casa dos mortos lembrarem-se deles. A morte, desperta nas pessoas variados sentimentos, os quais tomam uma maior proporção no dia 02 de novembro (dia de finados), para alguns, tempo de rezar pelas almas, já para outros, tempo de se isolar e tentar não se lembrar deste dia. Isso faz lembrarmos que a morte a cada tempo vem sofrendo alterações sociais

de acordo com o aumento do processo de civilização, ou seja, as pessoas em sua maioria preferem não falar sobre a morte e sobre seus entes queridos. Sobre esse importante assunto, o autor Norbert Elias (2001) compreende que:

[...] A morte é um dos grandes perigos biossociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. (ELIAS, 2001, p. 19).

Com isso, percebe-se que as “relações” entre vivos e mortos estão se distanciando cada vez mais. Inclusive, muitas pessoas levam anos para criarem a “coragem” ou vontade de ir aos cemitérios prestar homenagens aos parentes ou amigos falecidos.

Esse tema é por natureza algo delicado e conturbado dentro do processo social. Por isso, requer uma análise mais aprofundada com relação aos sentimentos individuais, o que não será o caso nesta dissertação de mestrado. Muito embora o nosso objetivo aqui seja demonstrar o que acontecia de forma mais explícita, como por exemplo, os textos poéticos do Jornal *O Ideal* e suas informações, a ponto de podermos entender mesmo que minimamente como se dava as características do dia de finados dentro desse recorte temporal e espacial, na cidade de Paripiranga-Bahia.

Continuando a análise acerca dos escritos do 02 de novembro (dia de finados), observaremos um texto escrito pelo assinante do Jornal *O Ideal*, José Vicente do Nascimento em 08 de novembro de 1953. O periódico tinha o costume de em algumas ocasiões publicar textos escritos pelos seus mais ilustres assinantes, a fim de estreitar as relações e ao mesmo tempo abrir o impresso para pessoas talentosas com as palavras. José Vicente do Nascimento escreveu uma passagem textual em sua própria residência no povoado Roça Nova, pertencente à Cidade de Paripiranga-Bahia, na qual descreve o dia de finados da seguinte forma:

LAGRIMAS E PRECES. Desperto-me ao alvorecer e ouço o gorjeio dos pássaros saudando estridente que surge, e no trinado estridente da passarada, deixava ouvir-se uma saudação sombria e monótona. Levanto-me e vejo que o horizonte apresentava-se inteiramente toldado, razão para obstar que o astro-rei focalizasse com sua luz fulgurante a face deste vale de lágrimas. Toda esta gravitação

penetrante da natureza coincidia com o dia de hoje, dia dedicado aos fieis defuntos, Para nós que temos fé, que cremos no prêmio e no castigo da justiça divina, temos que considerarmos que este dia é de recolhimento espiritual, dia de saudades e memória para os corações compassivos que nas suas preces, solicita do Juiz Supremo, a remissão e a luz para almas sofredoras, que esperam humildemente a sua purificação. E neste ensejo deliberei-me fazer uma visita a nossa necrópole, a morada dos que se foram para sempre, esquecidos talvez dos que ficaram. Ao transpor o limiar de sua porta, fiquei taciturno, ao lembra-me que decretado está – todo homem deve morrer! Morrem os gênios prodigiosos, escritores famosos, políticos e estadistas, ao desaparecerem do cenário da vida, o mundo abandona-os olvida-os porque suas glórias eram só do mundo e o mundo não tem azas para subir às inacessíveis alturas das regiões siderais. Bem disse um pensador - <<Os homens tem grande apego ao mundo, que não se apercebe deles>>. E ao penetrar neste sombrio recinto aproximei-me com pesar, do túmulo daquele que na vida tudo fez pelo meu bem estar. Daquele que sofria e compartilhava com a minha dor. Uma vez de pé junto ao seu jazigo, quis falar, mas senti que faltavam palavras para exprimir os sentimentos que me envolvia a alma; por isso, achei mais fácil chorar do que falar! Enquanto o coração segredava-me uma reminiscência pungente, que minha pena não pode traduzi-la, sobre o momento angustioso em que a mão impiedosa da morte ceifou a preciosa vida do meu saudoso pai. Na sua inexorável tarefa não respeita os pais dos entes queridos, entretanto não censuro a morte como desumano e traidora porque disse Fenelon: <<A morte não é a cessação do viver, mas, a fixação da vida em seu estado definitivo>> Resigna-me consciente, embora a morte nos fosse imposta como castigo, converteu-se em remédio, para uma vida sem fé pela misericórdia de Deus. Já disse alguém –<< A batalha da vida tem um heroísmo a resignação>> Resignados aguardamos o momento decisivo de nossa vida esse momento que nos parece horrível e cruciante, que para um coração sensível, é um momento de comiseração, ao vermos nos estertores um coração amigo que por nós sofreu e que tanto nos amou. É o meu triste caso, porque deploro, a horrível passagem para a eternidade, daquele que foi minha autoridade paterna do qual no seu momento extremo, não achava-se presente para oscular as mãos calosas e fazer a minha última despedida. Esta é a triste desventura porque lamento ainda mais a sua morte. Oxalá, que as minhas enternecidas lágrimas, não sejam estéreis e com elas as minhas preces, pedindo ao Credor o descanso eterno para sua alma, sejam ouvidas. Esse descanso inefável que só depois da morte se conquista. (NASCIMENTO, 1953, p. 01-02).

Com base no texto escrito por Nascimento (1953), é possível analisarmos importantes características de uma representação fúnebre de forma individual, visto que, o mesmo descreve com riqueza de detalhes como foi aquele 02 de novembro (dia de finados) para ele.

Logo ao amanhecer, Nascimento (1953) percebe que o dia não é “igual” a todos os outros, para ele o clima e o tempo estavam “pesados” diferentes dos normais, e isso é reforçado pela data que se encaixou no mesmo dia (finados).

Em seguida ele vai ao cemitério para prestar sentimentos a alma do seu querido pai, e ao entrar na necrópole já começa a fazer suas reflexões acerca da vida e da morte, pois, segundo ele aquele local seria a morada derradeira de todos os seres humanos. E de forma concisa vai descrevendo os seus sentimentos.

Chegando ao túmulo do seu pai continua com seus pensamentos sobre a vida e a morte. E compreende que a morte não liga para o que o finado foi enquanto estava vivo, completa ainda analisando que os homens fazem muito em vida, mas a morte não os consideram e não os dão crédito por aquilo que fizeram em tempos de estadia no plano terrestre.

De certa maneira, ao analisarmos tudo aquilo que Nascimento (1953) escreveu, podemos compreender que o consolo pela perda do seu pai, era a sua própria morte. A reflexão termina quando o mesmo percebe que aquele destino era inevitável e incontornável. O morrer biológico aconteceria de qualquer forma, o que restava era somente rezar pelos que já se foram e se preparar para a sua própria partida.

Todas essas lembranças e descrições do dia de finados, fazem-nos questionar como de fato é composta a representação da morte, as lembranças vivas daqueles que não mais estão vivos, por isso, seria a junção do presente com o não presente. O autor Roger Chartier (1998), faz a seguinte constatação acerca da representação:

A relação de representação- entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga- traça toda a teoria do signo do pensamento clássico, elaborada em sua maior complexidade pelos lógicos de Port Royaul (25). Por um lado, são essas modalidades variáveis que permitem discriminar diferentes categorias de signos (certos ou prováveis, naturais ou instituídos, aderentes a ou separados daquilo que é representado, etc.). (CHARTIER, 1998, p. 178).

Podemos refletir que segundo Chartier (1998) a representação trata-se diretamente da visão de mundo de um indivíduo no meio social, ou seja, a forma

como o mesmo idealiza todo o sistema em sua volta, incluindo o físico e o não palpável.

O sentimento que Nascimento (1953) teve ao perceber que aquele dia de finados estava diferente dos demais era puramente fruto do seu interior, da forma como o mesmo representou aquela data. E toda a reflexão que ele fez sobre a sua vida e sobre a sua morte, para além do ato de ir visitar o túmulo do seu pai, foi comparável ao novo processo de consciência individual que o historiador Philippe Ariès (2012), descreve em sua obra “Historia da morte no ocidente”; onde segundo o autor, as pessoas depois da Idade Média passaram a se preocupar mais com a sua própria partida, e existiu uma autorreflexão acerca do seu término biológico. Sobre isso, Ariès (2012), faz a seguinte análise:

Durante a segunda Idade Média, do século XII ao século XV, deu-se uma aproximação entre três categorias de representações mentais: as da morte, as do reconhecimento por parte de cada indivíduo de sua própria biografia e as do apego apaixonado às coisas e aos seres possuídos durante a vida. A morte tornou-se o lugar em que o homem melhor tomou consciência de si mesmo. (ARIES, 2012, p. 60).

Continuando com as observações acerca dos escritos do 02 de novembro, observaremos um último texto, este foi escrito pelo diretor proprietário do jornal *O Ideal*, Santana, no dia 01 de novembro de 1953. Neste texto, o autor analisa de forma poética o espaço físico do cemitério, bem como as pessoas que estavam lá naquele dia de finados. E faz a seguinte descrição:

Dois de Novembro... Lágrimas, luto, tristezas e recordações de entes queridos que já não pertencem ao reino da terra... Romarias aos cemitérios pranteiam com saudades a ausência dos que ali jazem sob a lousa fria... Missas por almas dos que sucumbiram pela morte terrena e nasceram para a vida eterna. Lírios roxos e trançados de goivos são depositados sobre os túmulos num preito de saudades. No meio dia da multidão em Maria, quantas lágrimas vertidas! Quantas! Em cada mausoléu, em cada túmulo alguém murmura em silenciosas preces com os corações alanceados de dor a ausência eterna dos entes queridos já convertidos em pó... A viúva pranteia o esposo idolatrado; a mãe chora o filhinho querido arrebatado pela morte, o esposo, a companheira que sucumbiu no vigor da existência; o pai chora o filho dos seus carinhos; a noiva a separação inesquecível do seu bem amado que o destino implacável a arrebatou. Em cada ângulo, vê-se lágrimas rolares silenciosas das faces chorosas,.. A tristeza e a dor transformam os semblantes... Dia

de Confraternização... Dia de preces e de saudades... No limbo, nas mansões infinitas as almas esperam o consolo das preces dos que ficam. Necrópole, cidade eterna singular estação terminal da vida... Aeroporto infalível para a outra vida... Goivos.. Lagrimas... Saudades... Missas de Requiem sobre os túmulos da cidade eterna... Eis em suma o Dois de Novembro!...(SANTANA, 1953, p.04).

De acordo com a descrição feita de forma poética pelo diretor proprietário do jornal *O Ideal*, Santana (1953), sobre o dia de finados, é interessante verificarmos a singularidade desta descrição e desse dia em específico. O cemitério é por natureza um local “pesado” e de recordações, lamentações e outros tantos sentimentos que se afloram ao penetrar seu ambiente. Nessa perspectiva, de acordo com o autor é possível notar o clima que existia no dia de finados, até porque, percebemos que as visitas nos cemitérios nessa data vêm diminuindo gradativamente com o passar dos anos, no período trabalhado nesta dissertação as pessoas de Paripiranga-Bahia sempre se faziam presentes nos eventos fúnebres, incluindo as visitas aos cemitérios no dia de finados, ou seja, uma boa parte da população era de certa forma apegada a religiosidade e a crença do pós-morte, de uma vida espiritual. Por isso, as romarias se faziam presentes na necrópole da cidade de Paripiranga-Bahia.

Acima de todas as observações feitas pelo escritor Sebastião Araújo de Santana (1953), destaca-se as lágrimas de saudades, derramadas pelos entes queridos daqueles que sucumbiram a morte; mães, pais, irmão, enfim todos aqueles que partiram deste plano espiritual e entraram no próximo, e inevitável plano do além-morte. As preces eram feitas, em sua grande maioria de forma individual, onde cada pessoa ia diretamente ao túmulo do seu finado, e lá passavam minutos ou até mesmo horas rezando e chorando pela alma do seu morto. Finaliza, mais uma vez, trazendo à tona que a última parada de todo ser humano será aquela, pelo menos a última parada dos restos mortais. Dessa forma, os cemitérios são lugares de memórias, onde cada espaço reflete as memórias de alguém, em cada metro quadrado ali, está contida a última fase da vida de alguém, ou seja, os seus restos mortais.

Este tema faz lembrarmos como os homens observam a morte, como este processo biológico é visto e é encarado pelos que ficam, isto é, pelos vivos. Vovelle (1987), observa que a morte é algo inteiramente de representação e imaginário, pois não sabemos o que de fato vem depois do nosso fim, por isso, somente os vivos podem imaginar o destino de cada um no seu pós-morte. Ou seja, a ideia da morte,

passa justamente pela ideia dos vivos, a imaginação parte dos vivos e não dos mortos, e essa imaginação é o que dá origem às religiões, onde cada uma busca lançar a sua luz com relação ao que de fato é a morte. Sobre esse assunto o autor conclui que:

[...] O tema de como os homens conceberam a morte e como imaginaram o além-mundo nos foi, de certa forma, imposto por estudos anteriores que realizamos sobre a sensibilidade coletiva na Provença do século XVIII, baseados em fontes cartoriais dos testamentos. A prática de encomendar missas de óbito às centenas, às vezes aos milhares ou mais simplesmente trintenas, que ainda se denominavam “missa de S. Gregório” na região de Nice no século XVIII, foi intensa a ponto de se tornar o teste quantitativo mais sensível do fervor popular e embora situada num nível de sentimento religioso que nossos contemporâneos julgariam sem dúvida inferior, reveste-se de tamanha importância que inevitavelmente propõe a questão das representações coletivas que regem a imagem do purgatório. (VOVELLE, 1987, p. 27).

Finalizando este último tópico deste trabalho dissertativo, foi possível compreendermos aspectos da importância que o jornal *O Ideal* teve na sociedade de Paripiranga-Bahia, além de levar notícias aos seus assinantes, como política, economia e religiosidade, o periódico fazia importantes textos sobre a morte, a fé e, principalmente, sobre o dia de finados. A “abertura” do jornal ao público fez com que textos ricos em detalhes fossem produzidos, para além dos escritos dos próprios redatores e colunistas do impresso. Por isso, podemos verificar, que o jornal *O Ideal* foi importante nesse processo religioso e social dentro da comunidade de Paripiranga-Bahia, e para nós historiadores apresenta-se como uma ótima fonte de pesquisa sobre variados assuntos, e no caso deste trabalho em específico, fez-se de grande valia para a compreensão da representação da morte, nos aspectos de imprensa e de evolução cultural, lançada à sociedade no período trabalhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação da morte é um campo fértil, capaz de abordar vários assuntos ligados com o seu objeto. Nessa perspectiva, os historiadores que buscam as análises no campo da história cultural vêm se aprimorando gradativamente nos estudos sobre os vários ritos, práticas, e no campo das mentalidades que os estudos sobre a morte os proporcionam.

Percebe-se também, que no cenário atual do século XXI, o campo da historiografia vem se transformando cada vez mais. Podemos observar que estudos tidos como inimagináveis de serem trabalhados, agora estão ganhando maior destaque no contexto da produção historiográfica, isso graças à introdução dos estudos da Escola dos Annales, na França em 1929.

Historiadores da Europa, e em especial da França, buscaram quebrar o paradigma da história e da historiografia positivista e de forma demasiada macro. Assim, surgem as produções historiográficas no campo da história cultural, com o objetivo central de ir mais a fundo nas questões do cotidiano das sociedades. Além disso, tivemos a implantação da história das mentalidades, cujo objetivo é compreender as práticas e as representações conjuntas, ou por meio de um excepcional comum, onde é possível trazer à baila a cultura imbricada no tocante à sociedade. É importante lembrarmos que isto não aconteceu somente nesse período, mas, principalmente, ganhou força a partir das décadas de 1970 e 1990.

A presente dissertação de mestrado buscou, por meio da história cultural, analisar as representações da morte na cidade de Paripiranga-Bahia, entre as décadas de (1919-1961). Para isso, foi necessário estudar os Livros de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, os quais detalham todo o processo de construção de um novo cemitério para o lugar, visto que, o antigo se encontrava no centro da Vila, e de acordo com as novas leis higienistas, surgidas na França no final do século XIX, não poderia nenhuma necrópole se encontrar nos centros urbanos, pois, os cemitérios eram grandes proliferadores de *miasmas* (ares podres), que poderiam causar uma série de doenças aos habitantes de um determinado lugar, os quais estivessem em constante convívio com a necrópole.

Vimos também, que o Padre João de Matos, sucessor do primeiro pároco da Vila de Patrocínio do Coité, Vicente Valentim da Cunha, buscou dialogar com os

poderes políticos e religiosos, a fim de chegarem a um acordo sobre a construção de um novo cemitério para a Vila. Além, de contar com a ajuda de dezenas de pessoas que viviam no lugar; verificando, assim, as representações imbricadas nesse processo de ordem religiosa e de salubridade pública.

Durante o primeiro capítulo deste trabalho dissertativo, conseguimos verificar as tratativas políticas e eclesiásticas para resolver esse problema que se fez presente com a chegada das novas leis higienistas, além de observarmos a cultura da morte na então Patrocínio do Coité. E lançamos uma importante questão: seria o Padre João de Matos e a Igreja Católica Apostólica Romana os únicos responsáveis pela construção do novo cemitério e pelos assuntos ligados à morte?

A partir do segundo capítulo, verificamos que não somente o Padre João de Matos e a Igreja Católica eram os responsáveis por tratarem dos assuntos religiosos e fúnebres, muito pelo contrário, os jornais produzidos em Patrocínio do Coité e depois em Paripiranga-Bahia, fizeram-se presentes nesses assuntos. Os periódicos eram responsáveis por levar informações aos seus assinantes e, conseqüentemente, a maioria dos habitantes do lugar.

Ainda no segundo capítulo deste trabalho, verificamos as importantes participações sociais do jornal *O Paladino* (1919-1938), e dos homens de imprensa que nele atuavam. Além de observarmos as diferenças entre os enterramentos dos indivíduos que detinham um maior poder político e social dentro da comunidade.

Para isso, verificamos as notas de necrologia das pessoas mais e menos influentes na comunidade da Vila de Patrocínio do Coité, ratificando a diferença nos anúncios fúnebres e, sobretudo, no trato do periódico para com a família enlutada. Onde as pessoas mais ricas tinham uma nota necrológica bem maior e mais enfeitada do que a de uma pessoa comum na comunidade, isso se chegasse ao ponto de ser anunciada no jornal, pois mais de 70% da população não detinha o poder necessário para ser notícia nos jornais, seja em vida ou em morte.

De qualquer forma, é importante salientar que o jornal *O Paladino* prestou grande serviço social em Paripiranga-Bahia, nos tempos de Patrocínio do Coité. A criação desse impresso possibilitou a ascensão do lugar, visto que passou a atrair cada vez mais uma elite e, conseqüentemente, trabalhadores de várias regiões, que vieram para a cidade em busca de trabalho e de uma vida melhor.

No terceiro e último capítulo deste trabalho dissertativo, continuamos com a hipótese de que não foi somente o Padre João de Matos e a Igreja Católica Apostólica Romana, os únicos responsáveis pelos assuntos fúnebres e de salubridade pública.

Muito pelo contrário, conseguimos analisar a importante participação dos homens de imprensa que atuavam em Paripiranga-Bahia.

O capítulo final vem mostrar a criação do jornal *O Ideal* (1953-1961), e a sua trajetória dentro da comunidade paripiranguense. Verificamos a atuação dos homens de imprensa que trabalhavam no impresso e seus escritos dentro de diversas perspectivas ligadas à morte direta ou indiretamente.

Dentre os escritos do jornal *O Ideal*, pudemos trazer à baila as críticas estampadas nos periódicos. Os homens letrados que trabalhavam no impresso criticavam de forma veemente a atuação do poder público e da Igreja com relação aos assuntos fúnebres e de salubridade pública, como por exemplo, o displicente cuidado com o cemitério e com a saúde da população de forma geral.

Além de criticar os órgãos religiosos e políticos, *O Ideal* prestava um relevante papel dentro da sociedade de Paripiranga-Bahia. A visibilidade do Código de Posturas no impresso, durante anos ajudou a formar nas pessoas um conhecimento do que era legal ou não perante a justiça, além de ajudar a modificar os costumes perante os eventos fúnebres, desde a morte até o momento derradeiro do enterramento.

O Ideal também abriu espaço para a reflexão e para a filosofia associada à morte direta ou indiretamente. Os homens de imprensa que nele trabalhavam, sempre faziam textos poéticos no dia 02 de novembro (dia de finados). Textos esses que, por sua vez, eram uma narrativa da realidade local e crônicas que refletiam o pensamento individual e coletivo acerca da morte.

As poesias em forma de crônica trazem com riqueza de detalhes o que acontecia no dia de finados em Paripiranga-Bahia e a sua importância para a reflexão dos seus contemporâneos com relação à morte.

Observamos que *O Ideal* era noticioso, poético e crítico. Essa diversidade e autoridade em poder opinar sobre a política, a economia, a sociedade e a religiosidade fez do periódico um importante e único meio de ajuda social e de ordem pública.

Logo, é inegável a atuação dos impressos dentro da sociedade de Paripiranga-Bahia. Tanto o jornal *O Paladino* (1919-1938), nos tempos de Patrocínio do Coité, quanto *O Ideal* (1953-1961), lançaram sobre seus contemporâneos à “luz” de uma nova sociedade mais civilizada e mais letrada.

Por fim, esperamos que este trabalho dissertativo tenha mostrado um pouco sobre a história cultural de Paripiranga no interior da Bahia, e compreendido o conceito de representação da morte por diversos vieses, como por exemplo, a atuação dos homens de imprensa através dos jornais *O Paladino* e *O Ideal*, da Igreja católica através do Padre João de Matos e do poder público através, sobretudo, das elites locais que pertenciam à classe política. E verificado que não somente o clero era responsável pelos assuntos fúnebres, mas também os periódicos que se faziam presentes na sociedade, elencando, assim, o desenvolvimento social de um determinado lugar que dispunha de um veículo de imprensa tão importante quanto foram os jornais.

Nosso desejo é que esta dissertação sirva de inspiração a outros pesquisadores da morte e da religiosidade, e que seja um arcabouço para futuros trabalhos sobre a história local, regional ou até mesmo nacional, visando assim, um enriquecimento da historiografia brasileira.

FONTES

ARAÚJO, Perpétua Batista Nascimento. **Entrevistada dia 29/02/2016**. Concedida a Robério José Santos Júnior. Acervo digital do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES. Paripiranga. Bahia.

ANDRADE, Paulo Matos de. **Entrevistado dia 12/03/2016**. Concedida a Robério José Santos Junior. Acervo digital do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES. Paripiranga. Bahia.

ARQUIVO NACIONAL, Fundo DK - Constituições e Emendas Constitucionais do. **Constituição para o Império do Brasil**. Rio de Janeiro. 1824.

ARQUIVO NACIONAL, Centro de Documentação e Informação do. **Constituição do Império do Brasil**. Fundo: Constituições e Emendas Constitucionais. Cod: DK. 1824.

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, em Paripiranga-Bahia. PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO. **Livro do Tombo II**. Paripiranga. Bahia. 1889.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatório da Província da Bahia em Prol da Regência, e Império de sua Magestade Imperial D. Pedro I e da Independência Política do Brasil**. Província da Bahia; Typographia Nacional; 1823. Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 15 de janeiro de 2016. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=5382&Pesq=L EIS%20E%20RESOLU%C3%87%C3%95ES%20DA%20ASSEMBL%C3%89IA%20PROV%20INCIAL%20DA%20BAHIA>.

DÉDA, Francino Silveira. **O Município e sua Edilidade**. O IDEAL. Ano I. Nº 04. Pag. 02. 24 de maio de 1953. Paripiranga. Bahia. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da UniAGES.

DÉDA, Francino Silveira. **As Escolas Primárias**. O Ideal, ano I. Nº 05. Pag. 04. Paripiranga, Bahia. 31 de maio de 1953. Acervo do LEPH - UniAGES. Paripiranga.

Jornal **O PALADINO**, (1919-1938).

Jornal **O IDEAL**, (1953-1961).

LEI nº. 8 de 11 de Abril de 1928. Códigos de Posturas do Município de Patrocínio do Coité. **Capítulo VI hygiene e salubridade pública**. Artigos 128 e 129. P. 19. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES. Paripiranga. Bahia.

LEPH. Laboratório de estudos e Pesquisa em História do Centro Universitário UniAGES. 2016. **Imagens antigas de Paripiranga-Bahia**. 2016.

LIMITES DO ESTADO DA BAHIA – **Bahia e Sergipe. Imprensa Oficial do Estado.** Vol. I. Salvador. Bahia. 1916. Pag. 406. Of. Nº. 160.

O PALADINO. **Ata da reunião do paço municipal a fim de se tratar da construção de um cemitério.** Ano IV; nº 31. p. 02. 03 de junho de 1923. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES. Paripiranga. Bahia.

O IDEAL” Ano II – de 01.08.54. Apud: SANTANA JR, Sebastião Araújo de. **Meus passos pela vida.** Aracaju. 2005; p 05.

O IDEAL. Ano II, nº 60, p. 01,20 de junho de 1954. Paripiranga. Acervo do LEPH - UniAGES. O Ideal. Ano II, nº 60, p. 01,20 de junho de 1954. Acervo do LEPH - UniAGES.

O IDEAL. Ano IV. nº 356. p. 01. **Paripiranga. Bahia.** 19 de junho de 1960. Acervo do LEPH-UniAGES. Paripiranga. Bahia.

PAROQUIA NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO. **Livro de Tombo I.** Cemitério. Paripiranga-Bahia. 1921. p. 23.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO. **Livros de óbito.** (1933-1952).

PARÓQUIA DE BOM CONSELHO DOS MONTES DO BOQUEIRÃO. **Livro do Tombo.** Bom Conselho. Bahia. 1845.

SANTANA, Roberto Santos de. **Fotografias.** Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Acervo pessoal. 2020.

SOUSA. João Batista de. **Paripiranga.** O IDEAL. Ano II. nº 66. 1954. p 04. Acervo Laboratório de Ensino e Pesquisas em História. UniAges, Paripiranga – BA.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Suelayne Oliveira. **“Capitolino, um artista Typographo e seu morrer”**: o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895) / Suelayne Oliveira Andrade – Curitiba: CRV, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **O homem perante a morte**. Portugal: Publicações Europa-América LDA. 2000.

AMARAL, Hermenegildo Braz do. **História de limites- Bahia/Sergipe**. Ed. 1916, Arquivo Público, Salvador/BA.

AMORIM, Fernando. **Memória histórica de Pombal**. Ed. Art Laros Serviços gráficos, ribeira do pombal/BA.

ARRAES, Damião Esdras A. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 6023 – **Informação e Documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BARBOZA, Rose. **"Parabéns pela cidade limpa"**: cidades, práticas higienistas e produção do espaço urbano, 2010.

BATISTA, Dogival Santana. **“O nome de Ana...”**: as influências do Padre João de Matos Freire de Carvalho e do coronel Sebastião da F. Andrade na mudança do nome da cidade de Simão Dias (1911-1912). São Cristóvão-Sergipe. 2007.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930)**: o ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Pe. João de Mattos Freire de. **Anápolis**: Conferência histórica no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ed. Sampaio e Cia. Aracaju. 1922.

CERQUEIRA, Telma Antonieta Sousa. **Bom conselho dos montes do Boqueirão**: Cícero Dantas. Salvador, BA: Arco-Íris, 1989.

CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. **Nos Domínios de Hades**: A representação Social da Morte em Aracaju/Se Durante a Primeira República. Universidade Federal de Alagoas Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes Programa de Pós-graduação em História MACEIÓ/AL, 2014.

CERQUEIRA, Telma Antonieta Sousa. **Bom conselho dos montes do Boqueirão**: Cícero Dantas. Salvador, BA: Arco-Íris, 1989.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **Pedro Barbosa Leal e a Colonização do Sertão da Bahia no Século XVIII**. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH. Natal-RN. 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações: 1988.

_____.Textos, Impressões e Leituras. In: **A nova História Cultural**, p.211 – 238. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COSTA, Paulo Segundo da. **Campo Santo**: resumo histórico. Salvador: Contexto & Arte, 2007.

DANTAS. Mônica Duarte. **(Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano: Itapicuru (1549-1822))**. Penélope, nº 23. USP. São Paulo. 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DINIZ, Jaime C. **Mestres de Capela da Misericórdia da Bahia, 1647-1810**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1993.

DORNELLES, Beatriz. **Características de jornais e leitores interioranos no final do século XX**. Professora Dra do Departamento de Pós-Graduação da Famecos/PUCRS, 2005.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido de, Envelhecer e morrer. Tradução, Plínio Dentzien.- Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. **O enredo como método de análise**. 2004, p. 95-109. In: **História & Narrativa**: A ciência e a arte da escrita histórica/ Jurandir Malerba. (Organizador). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FAGUNDES, Elivane Suzart. **GRÊMIO SOCIAL ESPORTIVO VITÓRIA**: espaço de sociabilidade da elite paripiranguense (1945-1970). Monografia (licenciatura em História – UniAGES, Centro Universitário UniAGES, Paripiranga, Bahia-2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª edição: LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85-103.

GOODWIN JUNIOR, James William. **Cidades de Papel**: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Social- São Paulo, 2007, p. 26.

GONÇALVES, Osvaldo de Sales. **Cícero Dantas-100 anos**. Composição JB de Brito, Ed. Emita- serviços gráficos, salvador/BA.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou – São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LIMA, Lana Lage da Gama. **O Padroado e a Sustentação do clero no Brasil Colonial**. AECULUM-Revista de História. João Pessoa. Paraíba. Jan/Jun. 2014.

LIMA, Robério Dias. **Memórias da Nossa Imprensa**. Paripiranga, 31 de Agosto de 1998.

LIMA, Tania Andrade. **De Morcegos e caveiras a cruzes e livros**: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidades sociais). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.2 p.87-150 jan/dez. 1994.

_____. **Humores e odores**: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX In: Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos, v. 3, nº 3, Rio de Janeiro, nov/feb. 1996.

LINHARES, Maria Yedda L. (Org.). **História geral do Brasil (da colonização portuguesa à modernização autoritária)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MELO, Mariana Ferreira de. **Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, solidariedade e poder**. Rio de Janeiro, 1997.

MENEZES, Juan Kleber Silva. **Memórias do jornalismo em Paripiranga-Ba (1919-1960)**. Centro Universitário UniAGES. Paripiranga-Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Sonia Maria. **“O fausto dos mortos”**: catálogo das esculturas do cemitério Santa Isabel de Aracaju (1862-2001). 2002. 223 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2002.

ntzien.- Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Ferreira de. **O jornalismo como ferramenta de recuperação da história**: As crônicas de Francino Silveira Déda e as memórias de Paripiranga (1920-1960). V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 24 á 27 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, Ana Maria Ferreira de. MORAIS, Kely Andrade; SOUZA, Vanessa Nascimento. **Procissão das almas**: Patrimônio Imaterial de Paripiranga. Estudo de campo. Núcleo de Estudos em Pesquisa Histórica Laboratório de Ensino e Pesquisa em História. Centro Universitário UniAGES. 2017.

OLIVEIRA, Ana Maria Ferreira de. **Sob o signo da cruz, a malhada vermelha floresce**: a origem de Paripiranga nas memórias paroquiais de (1840-1900): Universidade Federal de Sergipe Centro e Educação Superior Departamento de História – HDI. Lagarto Sergipe, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PORFÍRIO, Francisco. **"Estado laico"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/estado-laico.htm>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

REIS, Antunes Santana. **“... POR SERGIPE CONTRA A BAHIA...”**: Padre João de Matos F. de Carvalho e a discussão de limites entre Sergipe e Bahia (1904-1914). São Cristóvão-Sergipe, 2012.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas á morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Salvador: FFCH / UFBA, 2008.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias**: uma abordagem historiográfica. São Paulo: Alameda, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de

Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: UnB, 1981.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900-1950. (Dissertação de Mestrado) Salvador, UFBA, 1998.

SANTOS JUNIOR, Robério José. **A morte pede passagem:** os costumes fúnebres e as atitudes da população de Paripiranga - BA, para com a morte e os mortos (1920-1940). In: V Congresso sergipano de história e V Encontro Estadual de História da Anpuh/SE, 2016, Aracaju. Anais eletrônico do V Congresso sergipano de história e V Encontro Estadual de História da Anpuh/SE. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE, 2016.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA BAHIA. ***Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>)***. 2020.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira.** São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1991.

SANTOS, Márcio Marcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750.** Monografia (graduação). USP. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; São Paulo; 2010.

SANTANA, Roberto Santos de. **Adustina – Sua História.** Aracaju. J. Andrade. 2008.

SANTANA JR, Sebastião Araújo de. **Meus Passos pela vida:** Autobiografia. Aracaju. Publicação Independente. 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da vida e da morte:** um estudo do catolicismo no sertão da Bahia- São Paulo: Ática, 1982.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História:** Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. Tradução de Maria Julia Goldwasser. 1987.